



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

SÍLVIA RÉGIA CHAVES DE F. SIMÕES

EDUCAÇÃO CIGANA: Entre-lugares entre Escola e Comunidade Étnica

**ORIENTADOR: Prof. Dr. REINALDO MATIAS FLEURI/UFSC
CO-ORIENTADORA: Prof^a Dra. NADIR ESPERANÇA AZIBEIRO /UDESC**

FLORIANÓPOLIS

2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

SÍLVIA RÉGIA CHAVES DE F. SIMÕES

EDUCAÇÃO CIGANA: Entre-lugares entre Escola e Comunidade Étnica

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação – CED da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Matias Fleuri/UFSC

Co-orientadora: Prof^a Dra. Nadir Esperança Azibeiro /UDESC

FLORIANÓPOLIS

2007



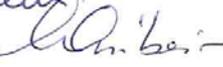
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

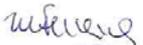
**"EDUCAÇÃO CIGANA: ENTRE-LUGARES ENTRE ESCOLA E COMUNIDADE
ÉTNICA"**

Dissertação submetida ao Colegiado do
Curso de Mestrado em Educação do
Centro de Ciências da Educação em
cumprimento parcial para a obtenção
do título de Mestre em Educação

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 11/10/2007

Dr. Reinaldo Matias Fleuri (CED/UFSC-Orientador) 

Dra. Nadir Esperança Azibeiro (UDESC/SC-Co-orientadora) 

Dra. Márcia Ondina Vieira Ferreira (UFPE/RS-Examinadora) 

Dra. Cristiana de Azevedo Tramonte (CED/UFSC-Examinadora) 

Dra. Gilka Elvira Ponzi Girardello (CED/UFSC-Suplente)


Prof. Enelda Oto Shiroma
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Educação

SILVIA RÉGIA CHAVES DE FREITAS SIMÕES

FLORIANÓPOLIS/SANTA CATARINA/OUTUBRO/2007

AGRADECIMENTOS

Meus primeiros agradecimentos são para a família Ivanovichi, que desde o primeiro encontro nos acolheu com tanto carinho e generosidade, e a todos os ciganos que por seu intermédio pudemos conhecer.

Agradeço ao meu orientador, Dr. Reinaldo Matias Fleuri CED/UFSC e à minha co-orientadora, Dra. Nadir Esperança Azibeiro/UDESC.

Sou grata à banca examinadora: Dra. Márcia Ondina Vieira Ferreira/UFPE-RS, Dra. Cristiana Tramonte CED/UFSC e a Dra. Gilka Elvira Ponzi Girardelli CED/UFSC.

Agradeço ainda:

Aos professores do Programa de Pós-graduação do Centro de Ciências da Educação da Universidade federal de Santa Catarina, PPGE/CED/UFSC.

A Secretária do Programa de Pós-graduação do Centro de Ciências da Educação, PPGE/CED/UFSC.

Ao Núcleo Mover de Intercultura, Educação Popular e Movimentos Sociais, mover/Ced/UfSC.

Aos colegas de mestrado: Ana Elise, Benedito, Dione, Dorothi, Karine, Lucia, Raquel e Rose.

E ainda a todas as pessoas que de certa forma contribuíram com a elaboração dessa dissertação e com minha opção em fazer o mestrado:

Paulo César Mendonça Simões.

Anand de Freitas F.

Beatriz de Freitas F.

Clara de Freitas F.

Ivanete Nardi.

Leonardo Correia Almeida.

Cátia Weber.

Prof. Dr. Márcio Pena Corte Real/UDESC.

Drauzio Pezzoni Annunciato.

Prof. Dr. Bruno Emanuel Santana da Silva/UNIVALI.

Prof. Dr. Willer Barbosa, UFV/MG.

Profª. Ms.Cristina Bonetti, UEGO /GO.

Prof. Dr. Pedro Veiga Marcote, Univ.da Coruña/ES.

Prof. Dr. Mario Jorge Cardoso Freitas, Univ. do Minho/UM/PT.

Ass.Social: Simone Machado.

Ana Luiza Vaz.

Leonardo Pissele.

Profª. Dra.Edaléia Ribeiro, CSE/DSS/UFSC.

Profª Iliane Kholler, CSE/DSS/UFSC.

Profª Dra. Tereza Kleba Lisboa, CSE/DSS/UFSC.

Ivana Hermano.

Walter Beviláqua.

Ana Cristina Vieira di'Lucia.

Drndo.Paulo Eduardo Antunes Grijó /UFSC.

A todos que contribuíram com esse trabalho, muito obrigada.

A Eraldo Moreira Barroso (in memória), ser muito caro ao nosso coração, que partiu precocemente durante a elaboração deste trabalho.

CIGANOS(XIV)

Se eu fosse cigano,
Para que me serviriam as vidraças?

Se eu fosse cigano,
Como seria a minha geografia?

Se eu fosse cigano,
como a noite
viajaria pelo meu sonho?

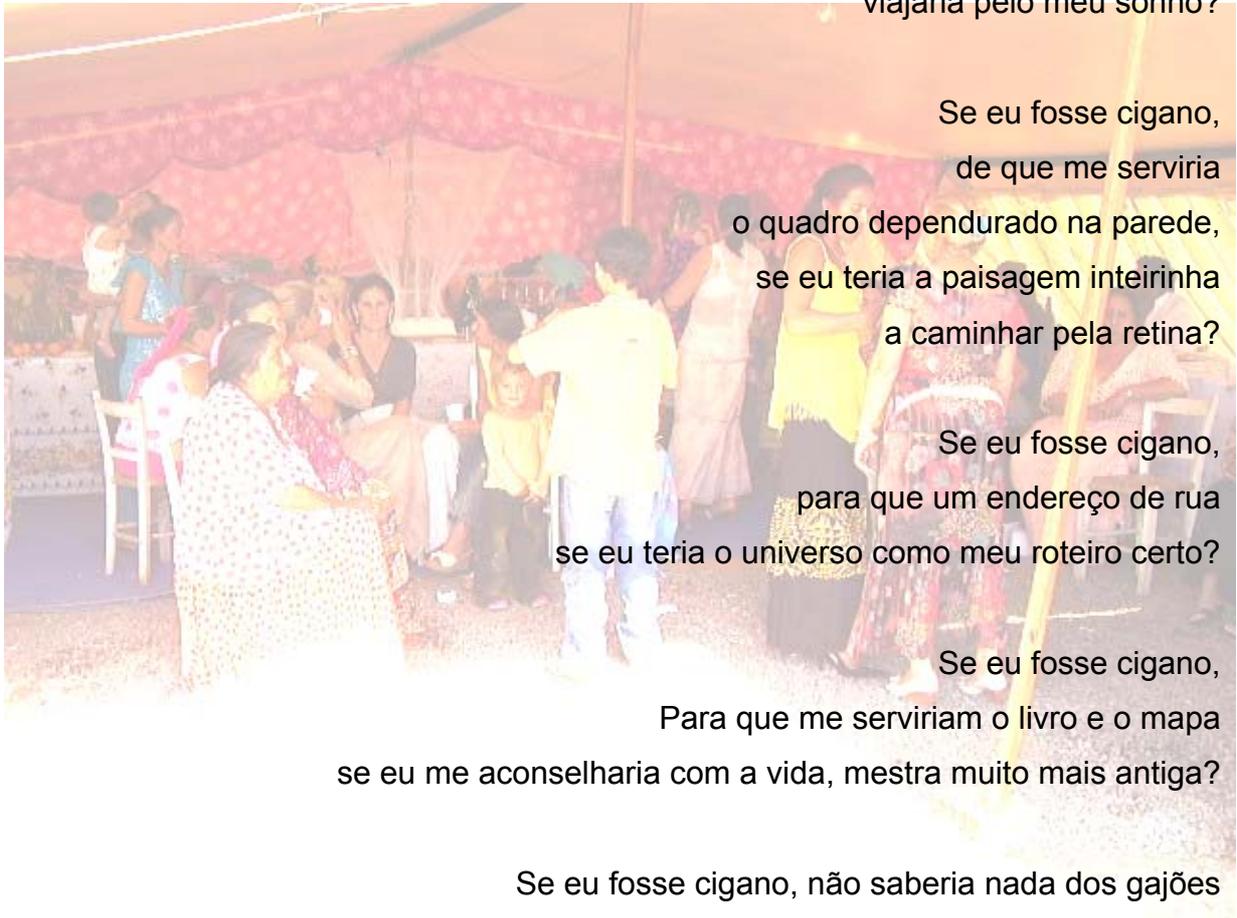
Se eu fosse cigano,
de que me serviria
o quadro dependurado na parede,
se eu teria a paisagem inteirinha
a caminhar pela retina?

Se eu fosse cigano,
para que um endereço de rua
se eu teria o universo como meu roteiro certo?

Se eu fosse cigano,
Para que me serviriam o livro e o mapa
se eu me aconselharia com a vida, mestra muito mais antiga?

Se eu fosse cigano, não saberia nada dos gajões
Passageiros do mesmo barco, mal nos conhecemos,
Nessa longa viagem
De reticências...

(Atiço Vilas-Boas da Mota).



RESUMO

O presente trabalho traz a apresentação e análise sobre a etnia cigana, sua história; seu tipo de organização social; os atuais processos de interlocução com o poder político brasileiro na elaboração de Políticas Públicas; apresentamos também o relato de um estudo de caso realizado com uma família cigana residente no município de Palhoça/SC/ Brasil. sobre as idéias que alguns ciganos, residentes no município de Palhoça-SC/Brasil, têm sobre educação e quais seriam os valores que estes atribuem à escola formal e à comunidade étnica.

Palavras-chave: Ciganos; história; educação; escola formal; comunidade étnica.

ABSTRACT

This work presents and analyses the gypsy ethny, its history, its social organization, the actual process of dialog with the Brazilian political power on the elaboration of the Public Politics. We also present a case study realized with a gypsy family resident in Palhoça-Santa Catarina-Brasil about what ideas they have about education and what values they would give to the formal school and the ethnic community.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I	10
1.1 MINHA APROXIMAÇÃO COM O TEMA.....	10
1.2. INTRODUÇÃO.....	16
1.3. PRIMEIRAS PEGADAS E OBSTÁCULOS EPISTEMOLÓGICOS NA BUSCA DOS SUJEITOS.....	19
1.4. METODOLOGIA.....	21
CAPÍTULO II	26
2.1. ORIGEM: A EPOPÉIA ANCESTRAL DE UM POVO ITINERANTE.....	26
2.1.1 Algumas evidências de ciganos na pré-história.....	28
2.1.2 Ciganos e tradição musical.....	39
2.1.3 A população cigana europeia e o uso da linguagem.....	41
2.1.4 Grupos ciganos: classificação.....	42
2.1.5 Revolução Industrial e ressurgimento das migrações ciganas.....	43
2.1.6 Vítimas invisíveis do holocausto.....	46
2.2 O INÍCIO DA LONGA ESTRADA EM DIREÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	50
2.2.1 Da invisibilidade à conquista de direitos fundamentais.....	56
2.3 FAMÍLIA IVANOVICHI: UM ESTUDO DE CASO MATIZADO POR UM OLHAR ETNOGRÁFICO.....	62
2.3.1 Educação cigana: processos educativos e o papel da escola.....	77
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	95

CAPÍTULO I

1.1 MINHA APROXIMAÇÃO COM O TEMA

Se há alguns anos alguém me perguntasse o queria “ser quando crescesse,” a última coisa que eu responderia seria “ser professora”. Não que atribuísse à docência qualquer valor menor. Simplesmente não me ocorreria incluí-la em minhas reflexões sobre o devir.

Apesar de haver nascido em uma capital, Fortaleza/CE, o fato de ser nordestina me colocava num contexto em que a questão agrária estava presente, o que me fazia pensar em ser agrônoma, inclusive por que meus pais eram fazendeiros, e assim eu estaria dando-lhes “muito gosto”. Essa expressão “dar gosto” é muito usada no nordeste como sinônimo de satisfação, contentamento ou realização.

Como está distante esse tempo! Daquela época restou somente essa lembrança, a de uma intenção não realizada. A certa altura decidi que a vida acadêmica não faria parte de meus planos mais imediatos; queria aproveitar minha juventude, “viver a vida”. Caí no mundo, conheci lugares, pessoas, quantas pessoas, cada uma com as suas dores, alegrias, medos, desejos, vidas árduas, sofridas.

Nesse meu caminho, em torno dos treze para quatorze anos de idade, defrontei-me com os ciganos pela primeira vez. Esse encontro se deu na fazenda Lagedo, situada no município de Itapebussú, distante mais ou menos 50 km de Fortaleza-CE, de propriedade da família Barroso¹. Lá era o local para onde, todos os anos, durante o período das férias, meu irmão mais novo, eu e mais um tanto de jovens amigos nos dirigíamos. A fazenda apresentava a configuração típica das fazendas nordestinas: casa grande avarandada, paredes brancas e janelas pintadas de azul, reminiscência da arquitetura colonial brasileira, muitas portas e janelas, muitos quartos, todos com intercomunicação, pois portas era o que não faltava. A

¹ A família Barroso tinha como patriarca o Sr. Tenente Barroso e sua esposa Tenisse. Na época aqui reportada, administrava e vivia na fazenda um dos filhos do casal, o Sr. Tadeu Barroso, sua esposa Odele Moreira Barroso e seus filhos, Eveline e Eraldo(1975-2006).

sala de jantar era imensa, e comportava uma mesa tão grande quanto a própria sala. A cozinha era um lugar maravilhoso, pois ali se encontrava o fogão à lenha, o paiol (onde se guardavam as rapaduras, bananas, carne seca, etc) e era também o local onde ocorriam boas conversas, enquanto preparavam-se os alimentos.

Nesse tempo, banheiro dentro de casa era um luxo que poucos tinham, normalmente ele se localizava no quintal, constituído de um vaso sanitário e um tanque de cimento de onde se retirava água com uma lata de querosene grande, reciclada, apesar de naquela época não haver preocupações de cunho ecológico (ao menos assim explicitadas).

Os cavalos e burros eram um capítulo à parte, pois, como no nordeste se pratica muita vaquejada, a fazenda tinha uma mini-pista e um Prado. A vaquejada é um esporte popular oriundo da atividade exercida pelo vaqueiro nordestino, que no seu dia-a-dia se embrenha na aridez da caatinga atrás do gado. Ocorre num espaço longo e um pouco estreito onde dois cavaleiros, montados em cavalos velozes e bem treinados, devem ladear um boi, ou garrote, e dessa forma derrubá-lo ao chão enlaçando sua calda. Essa prática, com o passar dos anos, tem se sofisticado de tal forma que nos dias atuais sua execução envolve altíssimas cifras e uma mega-estrutura na organização. Os cavalos, assim, eram objetos de disputa de crianças e jovens que passavam as férias no Lagedo. Sabíamos cavalgar muito bem, pois nossos pais cedo nos ensinavam a montar, encilhar os animais e colocar os arreios.

Um pouco mais distante da casa grande havia o açude, local que poderia ser classificado como multiuso, pois era espaço de lazer nos finais de semana, quando íamos nadar. Era também onde os animais bebiam água e se banhavam, e de onde se retirava água, utilizando galões levados na cabeça em cima de rodias de panos ou nos lombos de homens ou de burros, a fim de servir como água para banho, lavagem de roupa, de utensílios domésticos, e, em algumas circunstâncias, até para beber. No lado oposto ao do açude situava-se uma serra, intitulada Serra do Lagedo, que acredito ter dado origem ao nome da fazenda. Lá por aqueles lados havia uma construção meio abandonada que se constituiu no local onde convivi com os ciganos, dando início a essa amizade que um dia iria se transformar em curiosidade epistemológica.

No Nordeste é comum que a casa da fazenda, a antiga casa grande, seja construída em local mais alto, mais visível. Talvez essa opção se dê por questões de

segurança ou pela necessidade de demarcação de poder territorial. O fato é que a casa grande da fazenda Lagedo estava situada em uma posição tal que possibilitava vislumbrar uma região mais baixa, intitulada prado ou baixio, por onde passava uma estreita estrada de areia branquinha, que servia de acesso às propriedades dos arredores.

Foi nessa estrada que, um dia, sentados na varanda da casa grande, vislumbramos uma pequena caravana, qual um exército de “Brancaleone”², que se aproximava lentamente sobre o sol escaldante. Aquela aparição me chamou a atenção por vários aspectos. Primeiro porque, apesar do meio primário de condução que utilizavam e das agruras do clima, eles não se mostravam aborrecidos nem tampouco cansados. Segundo, pela altivez com que se locomoviam e pelos trajes que usavam: as mulheres, com roupas coloridas, chamativas, traziam jóias nas orelhas, no pescoço, nos braços e nos dedos. Os homens usavam chapéu de massa e possuíam grandes anéis nos dedos, além de quase todos os adultos terem ouro aplicado nos dentes, hábito comum entre os ciganos daquela época como forma de demonstrarem status.

Os ciganos têm por hábito pedirem licença aos proprietários das fazendas para pousarem ou “arrancharem”. O pouso difere do arranchamento por ser de curta duração, levando às vezes apenas uma noite, enquanto o arranchamento pode durar até meses. Naquela ocasião o cigano mais idoso aproximou-se para solicitar a permissão, o que não trouxe maiores questionamentos por ser aquela família velha conhecida dos Barrosos, sendo eu, naquele momento, a única desconhecida dos ciganos.

Para este povo, a figura mais importante é o patriarca, ou o chefe de um grupo. Naquela, o Senhor Cigano Batista era quem tomava todas as decisões. Era um homem de pele morena, forte, e o que mais me chamava atenção em sua figura era a expressão do seu olhar, um olhar profundo, sereno e extremamente firme. Além de “Seu”³ Cigano Batista, havia mais três homens (um adulto e dois adolescentes), algumas crianças e três mulheres. A presença de adolescentes no grupo foi o que possibilitou minha aproximação com essa família. Todos os dias nos encontrávamos e nos divertíamos bastante. Ora nadávamos no açude, ora

² Trata-se da obra **O Incrível Exército de Brancaleone** de Mario Monicelli (1966). Também foi produzido o filme, **O INCRÍVEL EXÉRCITO DE BRANCALEONE (L’Incredible Armata Brancaleone**, ITA 1965). DIREÇÃO: Mário Monicelli. Look Filmes.

³ Termo usado no Nordeste como forma de tratamento em substituição a Senhor.

jogávamos futebol ou saíamos a cavalo, momentos em que aprontávamos bastante.

Os grupos ciganos têm uma forma bastante particular de se organizarem. Possuem uma divisão de tarefas em que, no caso daquele grupo, aos homens cabia a provisão da família, seu sustento, o qual era feito através do comércio de animais e de jóias. As mulheres, além dos afazeres domésticos, cabia o cuidado dos animais juntamente com seus filhos maiores. Nossos encontros com os meninos ciganos, portanto, só ocorriam depois destes haverem realizado suas “obrigações” domésticas.

Um fato novo contribuiu para que os últimos obstáculos que restringiam minha relação com os ciganos caíssem por terra. Certo dia, meus pais vieram até a fazenda, pois estaria acontecendo algum tipo de comemoração, que nesse momento não me vem à memória. Os ciganos também foram convidados e estavam presentes. Ao ser apresentada ao Seu Cigano Batista, minha mãe achou que o conhecia de algum lugar. Ela era natural de São João do Jaguaribe, cidade situada mais ao sul do estado do Ceará. Seu pai, meu avô materno, chamado Nemésio Guerreiro, era muito conhecido naquela região por sua fama de curar picada de cobra. Além disso, o casarão onde morava com minha avó, Ana, muitas vezes servia de hotel, pois naquele tempo não havia nenhum na cidade. Receber as pessoas, acolhê-las e alimentá-las gratuitamente fazia com que meus avós fossem conhecidos e admirados por muitos.

O fato é que minha mãe, ao ser apresentada ao Seu Cigano Batista, achou sua fisionomia familiar, perguntou-lhe se em suas andanças pelo sertão cearense ele e sua família não teriam passado por São João, ao que ele respondeu que sim. Em seguida ela perguntou-lhe se ele conhecia meu avô, ao que ele respondeu afirmativamente. Minha mãe lembrou de tê-lo visto quando ainda era criança em casa de seus pais. A partir desse momento passei a ter livre acesso ao “rancho”, tendo lá inclusive dormido algumas vezes. Era nesses momentos que eu ouvia os ciganos falarem, sem, entretanto, nada compreender, pois entre eles só se falava o idioma romaní ou romanês.

O tempo passava e a rotina de férias era sempre a mesma: a fazenda, os ciganos⁴ e as aventuras com os jovens ciganos, que cresciam tanto quanto nós. A

⁴ Os ciganos costumam estabelecer sua itinerância de acordo com alguns critérios dentre eles, condições climáticas, estações do ano etc. No caso desse grupo a que nos referimos, todo mês de junho e julho, eles se dirigiam a essa região onde está localizada a fazenda Lagedo.

certa altura da linha do tempo meus interesses cambiaram e a fazenda se instalou num recanto da minha memória. Os ciganos, entretanto, não desistiram de mim: em virtude da dificuldade de acesso aos serviços de atenção básica em saúde, eles passaram a vir até a cidade onde eu vivia com meus pais e ficavam hospedados conosco até conseguirem ser atendidos pela rede, o que às vezes levava até uma semana.

A vida novamente me levou para mais longe, meus pais continuaram me dando notícias deles, mas depois de certo tempo eles também sumiram. Refletindo hoje sobre esse encontro, me recordo de Paulo Freire, quando este fala da troca de saberes. Consigo identificar o que aprendi ou o que me levava a buscar esse povo com o qual somente tempos mais tarde pude identificar aproximações e semelhanças com a forma de sentir e ler o mundo.

O mundo deu muitas voltas até que tornei a encontrá-los em outro contexto histórico, e principalmente social, que me incitou a realizar algumas reflexões norteadas por um olhar não mais ingênuo sobre a realidade, mas carregado de um estranhamento. O conhecimento construído até aquele momento me permitia ensaiar algumas leituras, conhecimento que, recordando Melucci, se assemelha a uma bricolagem, à captação e combinação de sinais cujo significado depende da variação do ponto de vista, da perspectiva particular do observador, e que o processo de observar pressupõe algumas “contaminações”, fruto de nossas próprias emoções, saberes que interferem e interagem com o observado (Melucci,2001).

Foi assim que me reencontrei com os ciganos na Europa, em 1995 e em 2001. Esses encontros se deram nas ruas de Roma e Madri, num momento em que buscávamos compreender o emaranhado que é o encontro multicultural nessas cidades. Meu interesse pelos ciganos fazia com que minha atenção ficasse mais focada neles. Foram momentos preciosos para um olhar de pesquisador, mas ao mesmo tempo muito doloroso para quem acredita que é possível conviver com o “diferente”. Foi ainda sob os impactos das observações do campo empírico que me propus a realizar um trabalho acadêmico que possibilitasse dar visibilidade aos contextos observados. Meu propósito, entretanto, não encontrou ressonância no meio acadêmico no qual me encontrava inserida. Compreendi que talvez não fosse o momento, tampouco o lugar apropriado para essa empreitada, “deixei dormir”.

Em 2002 nos mudamos de Goiânia para Florianópolis, à procura da tão

almejada qualidade de vida. Nesse período fui convidada pelo Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular/NESSOP⁵ para fazer parte, como educadora, de um curso de formação sócio-política de gestores comunitários da Grande Florianópolis. Particpei durante dois anos desse projeto, até que em 2004 fui convidada para dar aula, como professora substituta, no Curso de Serviço Social da UFSC. Essa experiência foi o que me motivou a candidatar-me ao mestrado em ciências da educação nessa mesma Universidade.

O ingresso ao mestrado reacendeu meu antigo desejo, e assim foi que decidi, junto com meu orientador, o Professor Dr. Reinaldo Matias Fleuri, e com minha co-orientadora, Prof^a Dra. Nadir Esperança Azibeiro, a mudar o tema da pesquisa, focalizando a história dos ciganos. Tratava-se de um desafio, por ser um tema pouco pesquisado, com bibliografia escassa, particularmente no caso do Brasil. As pesquisas brasileiras sobre ciganos foram desenvolvidas prioritariamente, pela antropologia⁶, geografia⁷, sociologia e história⁸, não sendo do nosso conhecimento nenhuma na área de educação. Dessa forma, a realização dessa pesquisa foi extremamente gratificante por me permitir contribuir com a perpetuação da cultura cigana, além de colaborar com a ampliação do conhecimento já construído.

⁵ O NESSOP, é um núcleo de extensão do Curso de Serviço Social da UFSC.

⁶ SOUZA, M. A.: Os ciganos "calon" do Catumbi: ofício, etnografia e memória urbana;

⁷ Paisagens & Ciganos, Rio Claro: UNESP, Tese de Doutorado em Geografia; SANTOS, Virginia R. dos: Espacialidade e Territorialidade dos grupos ciganos na Cidade de São Paulo; 1; 210; Português; Martin, Andre Roberto (Docente);GEOGRAFIA HUMANA; SOCIEDADE URBANA: METRÓPOLE E TERRITÓRIO. serviços.capes.gov.br

⁸ Ferrari, Flôrcia Um olhar obliquo:contribuições para o imaginário ocidental sobre o cigano. São Paulo, 2002. 267 p. + anexos. Dissertação (Mestrado) Localização: Biblioteca Central - FFLCH/USP.

1.2. INTRODUÇÃO

O povo cigano é identificado na história a partir do ano III a.C. Existem sinais que localizam sua origem no norte da Índia, mais exatamente na região do Punjab, onde hoje se encontra o Paquistão. A partir do século XII, os ciganos se dividiram pelo mundo em dois ramos: o asiático (ciganos da Palestina) e o europeu (ciganos da Pérsia e da Armênia), os quais posteriormente se espalharam por toda Europa.

Em suas andanças pela Europa, os países que mais bem acolheram os ciganos foram Portugal e, principalmente, Espanha. Esses países, aproveitando-se da expansão de suas navegações, deportaram os ciganos em situação degradante, os quais, antes de partir, eram submetidos ao corte de pedaço de uma de suas orelhas, o que denunciava sua condição miserável de “degredados perigosos” e “marginais” por onde quer que passassem.

Vários relatos históricos sinalizam, dessa forma, a chegada dos primeiros ciganos no Brasil, aproximadamente no ano de 1574, na cidade do Rio de Janeiro. A partir dessa data também se inicia o processo de migração dos ciganos para outras regiões do País. Há registros de ciganos em Minas Gerais, na Bahia, em Goiás, em estados do Nordeste, no Pará e no Rio Grande do Sul. Apesar de não haver registros específicos que indiquem a presença de ciganos no estado de Santa Catarina, acredita-se que estes também estiveram presentes neste Estado, uma vez que os documentos históricos sinalizam a existência de ciganos nos estados vizinhos, Paraná e Rio Grande do Sul, o que fez crer que para eles se deslocarem de um estado a outro deveriam adentrar também o Estado de Santa Catarina.

Atualmente a presença cigana é identificada em todos os estados do Brasil e sua inserção se dá em todas as camadas sociais. Em Santa Catarina, bem como nos outros dois estados do Sul, existe um grande número de ciganos Rom sedentários e nômades. Além disso, em virtude da proximidade com a Argentina, freqüentemente se encontram ciganos desse país em giro por esses estados.

Apesar dos ciganos fazerem parte da identidade social brasileira, sua figura continua sendo vista pela sociedade com o mesmo preconceito e discriminação de outros tempos. Soma-se a isso o desinteresse com que as autoridades brasileiras

vinham historicamente tratando sua existência e importância na composição do patrimônio cultural.

Apesar da Constituição de 1988 declarar que toda pessoa nascida no Brasil possui direitos iguais, no caso dos ciganos e de algumas outras minorias étnicas, esses direitos foram negligenciados. Isto, em parte, se deve ao fato de não possuírem o mesmo tipo de organização social dos outros grupos, classificados como tradicionais, e particularmente por seu nomadismo, que os impede de estabelecerem vínculos ou de se inserirem em estruturas sociais normativas que lhes garantam acesso a equipamentos sociais. Além disso, enfrentam obstáculos de acessibilidade a documentos obrigatórios de identificação civil, ao ensino e à permanência na escola. Soma-se a isso as dificuldades relativas à inclusão social e cultural e à preservação de suas tradições.

A dificuldade dos ciganos se organizarem decorre da forma como se constituem e da relação que estabelecem com seu entorno. Os ciganos, apesar de respeitarem e se adequarem às leis das sociedades nas quais estão inseridos, internamente dispõem de um outro tipo de organização. Esses elementos dificultam, e muitas vezes inviabilizam a efetivação de políticas públicas para a garantia de seus direitos. Nesse sentido, alguns grupos ciganos da Europa têm avançado um pouco e dado sinal de certo tipo de organização com a qual possam expressar demandas e fazer valer direitos assegurados nas constituições, pelos estados-nacionais.

Essa busca por direitos, como observa Melucci, trata-se hoje de um elemento característico das chamadas sociedades de “alta complexidade”, que estão “a recolocar nos conflitos étnico-nacionais” questões sociais emergentes, dentre elas a da identidade étnica de pertencimento, de idioma, de inserção nos processos decisórios, de discriminação entre outros.

Para os ciganos, entretanto, algumas demandas são mais urgentes. O acesso à saúde, à documentação, à educação. A relação destes com a escola representa uma forte contradição encontrada em seu meio, pois, se por um lado este acesso leva ao conhecimento, por outro traz a possibilidade de desconstrução e de desaparecimento da cultura cigana. A possibilidade dessa cultura desaparecer é algo que preocupa tanto aos ciganos quanto a todos aqueles que investigam, estudam ou simplesmente admiram essa cultura. Nesse sentido foi que decidimos

elaborar esta dissertação onde além de pretender analisar os contextos educacionais nos quais estão inseridos os ciganos, que são a educação intra-étnica e a escola formal, também pretendemos colaborar para um maior entendimento sobre essa etnia.

A pesquisa portanto, desenvolveu-se a partir dos seguintes objetivos: Analisar as idéias de educação representadas pela comunidade cigana Rom, residente no município de Palhoça (SC, Brasil), focalizando os significados e suas ambivalências emergentes na relação entre escola e comunidade étnica.

O projeto de pesquisa desenvolveu-se na linha de Movimentos Sociais e Educação, constituindo-se numa investigação voltada para a área de educação cigana na relação com a escola formal e com a educação no seu grupo de pertença. No plano teórico utilizei diferentes concepções de diversos autores sobre o tema em questão, a saber: Melucci, que discute os movimentos identitários nas “sociedades complexas” dentre eles o de construção da identidade étnica. Geertz e Homi Bhabha que discutem cultura, significados e pertencimento; Paulo Freire, Cortesão e Ferreira, que elaboram reflexões sobre a escola na sociedade contemporânea; Fleuri, Marín, Silva, Falteri, Azibeiro e Susi que desenvolvem discussões sobre multiculturalismo, interculturalidade, identidade, escola etc e tal.

Os sujeitos ciganos que deram voz e sentido a este estudo foram muitos aqui representados por aqueles com os quais convivemos mais vezes e de forma mais pessoal, que foram: Rosa e Fábio Ivanovichi e seus filhos, Milena, Eduardo, Estela e Estefani. Lolita e Laécio e seu filho Tiago. Carlos e Terezinha, Mariana, Ana Lúcia, Regina, Adriana, Luana, Graziela, Bugre, Diego, Suelen e seus avós, Carmelita e Lourenço, Gorda, entre outros. Essas pessoas colaboraram espontaneamente com o trabalho sendo que, antes de qualquer entrevista ou conversa, procuramos informar a pessoa ou ao grupo do que se tratava e se eles concordavam que publicássemos suas falas e depoimento.

Esse estudo está organizado em três capítulos. O primeiro apresenta um pouco da história dos ciganos, os processos migratórios e os aspectos sociais e culturais, enfatizando sua chegada na América Latina, particularmente no Brasil. O segundo capítulo trata de direitos fundamentais, evidenciando alguns dispositivos legais das leis brasileiras e o que os ciganos pensam sobre eles, além de destacar as atuais ações e interlocuções dos ciganos com as políticas sociais brasileiras. O

peças não-ciganas. O desafio que estava posto, portanto, era de, em primeiro lugar, localizá-los, para posteriormente iniciar um processo de aproximação. Nesse sentido tornamo-nos freqüentadora assídua da Praça XV de Novembro⁹, pois em inúmeras ocasiões havíamos observado algumas ciganas lendo mão, ou simplesmente pedindo esmolas. A princípio tentamos estabelecer um diálogo um pouco descomprometido, mas notávamos um certo ar de desconfiança quando nos apresentávamos como pesquisadora.

Refletindo sobre esse tipo de reação, recordamo-nos da forma com a Prefeitura Municipal de Florianópolis vem conduzindo suas políticas públicas, principalmente no que diz respeito à “estética urbana”. Essa conduta teve início em gestões anteriores e consiste em abordagem sistemática de pessoas sem residência fixa, recém-chegadas a Florianópolis, que são então “convidadas” a retornarem a seus locais de origem¹⁰. Esse fato dificultou nossa aproximação com esses grupos da Praça. Percebemos que seria necessário re-elaborar estratégias, buscar outros caminhos. Abandonamos, portanto, a Praça e tomamos o rumo do Mercado Público Municipal. Encontramos um grupo de mulheres que apresentavam características distintas das do grupo anterior: os traços fisionômicos eram mais delicados e a forma de abordarem as pessoas também. Vendiam alguns bordados e também se ofereciam para ler a sorte. Quando nos aproximamos, desculparam-se por não poderem colaborar, pois se diziam originárias de Caxias do Sul (RS), vindo a Florianópolis esporadicamente. Posteriormente encontrámo-as de forma tão fugidia quanto da primeira. E novamente as pegadas sumiam.

Dias depois, recordamo-nos de que uma das ciganas da Praça havia mencionado algo sobre ciganos em Biguaçu-SC¹¹. Buscamos informações na Prefeitura Municipal desse município, que dizia desconhecer a presença de ciganos, mas que recentemente uma cigana moradora de rua havia sido encaminhada pela Prefeitura ao município de Mafra-SC¹² para reagrupamento familiar. Entramos em contato com o Serviço Social da Prefeitura de Mafra que, após uma investigação realizada junto a uma historiadora da cidade, informou-nos que as caravanas

⁹ A Praça XV de Novembro está situada no centro da cidade de Florianópolis (SC, Brasil).

¹⁰ A Prefeitura Municipal de Florianópolis disponibilizava passagens rodoviárias além de um *Kit* de higiene pessoal que deveria ser usado no momento da partida.

¹¹ Biguaçu é município que faz parte da zona conurbada de Florianópolis-SC, situado a 25 km do centro desta cidade.

¹² Município situado ao Norte Catarinense.

ciganas costumavam passar por esse município, porém não permaneciam por muito tempo. Retomamos o contato com a assistente social de Biguaçu-SC, que me sugeriu investigar o município de Palhoça. Iniciamos uma verdadeira peregrinação pelas secretarias desse município, até encontrar, na Secretaria de Saúde a enfermeira-chefe do Programa de Saúde da Família (PSF), a Sra. Mariléia, que nos confirmou a existência de ciganos sedentários e nômades no município. Nessa mesma semana ela e uma agente de saúde nos acompanharam aos locais onde viviam os ciganos.

Outro desafio e obstáculo metodológico para a realização desta pesquisa foi a bibliografia sobre o povo cigano no mundo e no Brasil, que é bastante restrita e de difícil acesso. Mesmo assim, procuramos elaborar esse estudo, sempre que possível, a partir das fontes. Para o estudo da história do povo cigano na Europa, utilizamos a obra clássica *Egypcios*, numa edição em espanhol intitulada “Gitanos”¹³, escrita por Angus Fraser,¹⁴ considerado um dos principais e mais sérios autores sobre a cultura cigana. Segundo alguns críticos, ele preencheu um vazio sobre essa cultura. Sua obra *Egypcios* está traduzida para vários idiomas. Quanto à história dos ciganos no Brasil utilizei como referência bibliográfica duas obras clássicas intituladas: “Os Ciganos no Brasil e Cancioneiro dos Ciganos”, de autoria de Mello Morais Filho (1886) e “Os Ciganos do Brasil”, escrito por José B. D’Oliveira China (1936). Essa obra faz parte do acervo da Universidade Estadual de Campinas /UNICAMP¹⁵.

1.4 METODOLOGIA

“O que atrai na produção do conhecimento é a existência do desconhecido, é o sentido da novidade e o confronto com o que nos é estranho” (MINAYO, 1993).

Essa pesquisa privilegiou a abordagem qualitativa que, como explica,

¹³ Essa obra me foi gentilmente enviada de Coruña/Espanha, pelo prof. .Dr. Pedro Veiga Marcote, a quem sou muito grata.

¹⁴ Sir Angus Fraser: Falecido em maio de 2001. Foi diretor do Departamento Aduanas de Grã Bretanha de 1988 a 1992, e ocupou o cargo de assessor do Primeiro Ministro Inglês em Matérias de eficácia e governo. Em 1985 lhe foi concedido o título de Sir. Fraser realizou várias obras sobre ciganos (Ariel, 2005).

Ludke, citando Bogdan e Biklen, “supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra através do trabalho intensivo de campo” (LUDKE, 1986:11). Desta forma, para a realização do estudo de campo, buscou-se estabelecer uma agenda sistemática de saídas combinadas em comum acordo com os sujeitos¹⁶. Nesse sentido, Madalena Freire, chama atenção quando menciona que “observar não é invadir o espaço do outro sem pauta, sem planejamento nem devolução e muito menos sem encontro marcado” (WEFFORT, 1996).

Essas mediações preliminares são fundamentais, pois demonstram, por parte do pesquisador, a preocupação em respeitar as rotinas de seus sujeitos, infundindo confiança e compromisso ético. Por outro lado, percebe-se que estes estabelecem com o pesquisador uma relação de co-responsabilidade e co-autoria, passando assim a se esforçar em cumprir horários ou comunicar alterações de agenda, além de fornecer informações adicionais para colaboração com a pesquisa. Neste caso, os ciganos sempre avisavam quando chegavam “novas barracas” nômades. Também colaboraram com a bibliografia, enviando, através do grupo que vive em Piçarras/SC, um livro escrito por uma cigana e que, de acordo com eles, é muito importante, por tratar-se da história de seu povo contada por um deles.

Ainda sobre pesquisa qualitativa, Madalena Freire, nos exorta a rompermos com o que ela chama de “modelo autoritário”, a aprendermos com a observação atenta e sensível a desconstruir nosso olhar “estereotipado”, carregado de preconceitos e juízo de valor. Para Minayo (1993), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa se reveste em uma trama de multi-significados, desafiando o pesquisador a ultrapassar limites, desconstruir paradigmas e muitas vezes re-significar suas práticas.

Como procedimento metodológico, utilizamos o estudo de caso que, como explica Merriam, (1988, apud BAGDAN e BIKLER, 1982) “trata-se da observação

¹⁶ De acordo com Rey (apud, Kramer; Freitas e Souza, 2003), “ a própria utilização dos termos objeto ou sujeito no fazer da pesquisa reflete a posição do pesquisador quanto à sua forma de focalizar e compreender a realidade”. Ele ainda observa que, considerar a pessoa pesquisada como sujeito significa reconhecer que ela é capaz de observar e refletir sobre sua própria realidade tornando-se assim co-participante da elaboração da pesquisa.

detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico”. O pesquisador, ao eleger o estudo de caso como procedimento metodológico na fase preliminar de sua investigação, ainda não possui perguntas específicas. O primeiro passo consiste em aproximar-se das pessoas, delimitar os espaços e elaborar o cronograma de atividades.

Nossa aproximação com o grupo cigano com o qual realizamos a pesquisa, teve início em março de 2006. A coleta de dados ocorreu durante todo o ano de 2006 encerrando-se em junho de 2007, quando passamos a sistematizar e finalizar a análise dos mesmos. Para esse estudo, nos utilizamos prioritariamente do diário de campo, pois, as tentativas de realizarmos entrevistas gravadas, não foram bem sucedidas. Os ciganos gostam de falar alto e estarem sempre em grupo, esse elemento não permitia que a pesquisadora conseguisse posteriormente entender as falas registradas. Também utilizamos imagens, tiramos algumas fotografias de festas e atividades de rotina da família e de grupos nômades.

O diário de campo, conforme Bosco Pinto, “trata-se do primeiro instrumento metodológico adotado pela investigação-ação”. De acordo com o uso que se faça dele, pode apresentar amplas possibilidades, convertendo-se, dessa forma, não apenas em um instrumento de registros, mas também em um espaço privilegiado de reflexão e avaliação, de outras mediações entre os sujeitos pesquisados e o pesquisador. Enfatizando a importância do diário de campo, Bosco Pinto afirma que seu uso contínuo desenvolve o hábito do exercício da escrita, da reflexão e da avaliação dos fatos vivenciados. Neto identifica o diário de campo como “um amigo silencioso” (NETO, 1993). Sua colaboração pressupõe uma conduta ética quanto à fidedignidade no momento de transcrever as informações, bem como do sigilo que se deve manter sobre as mesmas, caso haja essa solicitação por parte dos sujeitos. Ainda sobre os cuidados metodológicos com o diário de campo, sugere-se que as anotações ocorram o mais próximo possível do momento da ocorrência dos fatos, a fim de evitar o risco de que, por um lapso de memória, ocorram omissões ou alterações dos dados.

Ainda como forma de abordagem metodológica, adotei a entrevista, que, como observa Minayo, “é uma conversa a dois que possui um propósito bem definido”. A entrevista é definida também por Madalena Freire, como “um olhar com pauta, com interesse no que o outro está comunicando, pois, cada palavra, cada

gesto possui significados, intencionalidades que somente um olhar atento é capaz de desvelar” (WEFFORT,1996). A entrevista é o meio pelo qual o pesquisador faz emergir, a partir das falas dos sujeitos, seu imaginário, suas representações simbólicas e sua dimensão espiritual. Nesse sentido, como explica Alves (1991), as entrevistas qualitativas são pouco estruturadas, parecendo mais uma conversa. Esse procedimento tem por objetivo criar uma atmosfera descontraída, fazendo com que as pessoas se sintam à vontade para falarem sobre si mesmas.

A influência do pensamento positivista nas ciências sociais teve como resultado uma leitura e representação da realidade observada em forma de dados inquestionáveis, obtidos por meio de métodos precisos, seguros e reforçados pela “neutralidade” do pesquisador. A sociologia compreensiva surgiu, como observa Minayo (1993), com a importante missão de compreender e interpretar a vida humana em suas diferentes expressões, tendo o significado como conceito-chave das análises. O meio-termo apareceu posteriormente, com o surgimento da abordagem dialética, que propõe conciliar aspectos das vivências exteriores do ser humano, considerando, contudo, os significados que se atribuem a estas e as formas como as experimenta.

A tarefa de adentrar esse universo de significados e depois materializá-lo encontrou na etnografia o caminho mais apropriado, por se tratar de uma investigação sobre etnia. No entanto, Menga (1986) chama a atenção para o cuidado que se deve ter ao classificar uma pesquisa, particularmente na área de educação, como etnográfica. Na opinião da autora, algumas adequações que foram feitas nesse tipo de pesquisa levaram a uma descaracterização do modelo que a princípio foi instituído. Para ela, uma pesquisa, para ser classificada como etnográfica, “deve ter um sentido específico”. Sprandey (apud MENGA, 1986) explica que a etnografia “se trata da descrição de um sistema de significados culturais de um determinado grupo”. Etnografia, portanto, seria “o ramo das ciências humanas que tem por objetivo o estudo propriamente descritivo das etnias e de suas atividades. É uma ciência que possui como atribuição essencial produzir análises” (LAROUSSE,1978).

A escolha por fazer uma pesquisa matizada apenas por um olhar etnográfico se deu a partir da constatação de que desenvolver um estudo etnográfico exigiria do pesquisador, além de um conhecimento teórico-metodológico específico, a

disponibilidade do tempo suficiente que essa modalidade necessita. Para Bodgan e Biklen (1994), o tempo é uma das dificuldades mais freqüentes encontradas pelos investigadores na elaboração de uma pesquisa qualitativa, particularmente para aqueles que optaram em fazer um estudo de caso.

Esta pesquisa teria como proposta estar atenta não somente aos conteúdos verbalizados, mas também para o não-dito, para o dito de outra forma, com outras linguagens.

O meio ambiente, ou o meio no qual estão inseridos os sujeitos, também se constituiria em um espaço privilegiado de observação. O modo como agimos, como nos vestimos, como nos alimentamos e o local onde vivemos revelam muito daquilo que somos, dos nossos valores e crenças na identidade com a qual nos constituímos. Dessa forma decidimos que durante os encontros buscaríamos desenvolver outras habilidades que não se restringissem somente à oralidade. Tentaríamos perceber os elementos presentes no ambiente e o que eles teriam a revelar. Seria uma tentativa de dar voz a esses seres ditos “inanimados”, deixá-los falar e buscar compreendê-los como parte da dimensão histórica, social e cultural na qual estão imbricados os sujeitos.

CAPÍTULO II

2.1. ORIGEM: A EPOPÉIA ANCESTRAL DE UM POVO ITINERANTE



Foto¹⁷

“La verdadera historia de la raza gitana está en el estudio de su lengua”.

(Declaração de um grande erudito, citada por Angus Fraser, 2005).

A origem dos ciganos, em virtude da ausência de documentação escrita, têm praticamente desconhecida metade de sua história. Outro elemento significativo em relação à gênese é o de que grande parte dos escritos foram feitos por não-ciganos, podendo, portanto, ter havido equívocos na observação, interpretação e compreensão das representações que compõem essa cultura.

A vida nômade dos ciganos é um dos fatores que têm dificultado a determinação de sua origem social e étnica. As relações interculturais que os ciganos iam estabelecendo por onde passavam foram exercendo profundas alterações no uso de seu idioma, o Romani¹⁸ a ponto de, conforme Fraser (2005), alguns grupos terem perdido totalmente seu uso. A utilização da história da língua, portanto, já não se constituía num meio seguro que possibilitasse estabelecer nexos

¹⁷<http://vidacigana.zip.net>, acessado em 22 junho de 2007.

¹⁸ Língua usada pelos grupos ciganos.

entre língua e raça. Assim, buscou-se, por meio da antropologia física, realizar um estudo antropométrico¹⁹ comparativo dos ciganos. O referido estudo foi realizado pelo antropólogo físico Eugène Pititard e publicado em 1932.

Para realizá-lo, Pititard escolheu os ciganos dos Balcãs²⁰, e após uma ampla pesquisa determinou algumas características étnicas. Ao manifestar opinião sobre o resultado do próprio estudo, Pititard classificou os gitanos do grupo Tziganes como possuidores de uma belíssima estética humana que:

A menudo se encuentran entre ellos hombres bien parecidos y mujeres muy bellas. Su complexión morena (tant legèrement basané), cabelo negro azabache, nariz recta bien formada, dientes blancos, ojos marrón oscuros muy abiertos, ya tengan expresión languida e vivaz la agilidad de su porte y la armonía de sus movimientos, los colocan por encima de moches pueblos europeos en lo que a belleza física respecta.

Freqüentemente se encontram entre eles homens bem parecidos e mulheres muito belas. Suas feições morenas (ligeiramente bsané), cabelo negro azabache, nariz reto bem formado, dentes brancos, olhos marrons escuros muito abertos, mesmo que tenham expressão triste. É vivaz a agilidade de seu porte, e a harmonia de seus movimentos os colocam superiores a muitos povos europeus no que diz respeito à beleza física. (PITTARD, 1932, apud FRASER, 2005).

Essa pesquisa, no entanto, foi considerada ineficiente por seu próprio autor. Outros trabalhos, também realizados a partir da medição do crânio a fim de se descobrirem os tipos raciais, mostraram-se inconsistentes, sem exatidão e sem precisão estatística. Experiências posteriores ao estudo da origem cigana por meio da análise da estrutura cranial vêm ocorrendo continuamente.

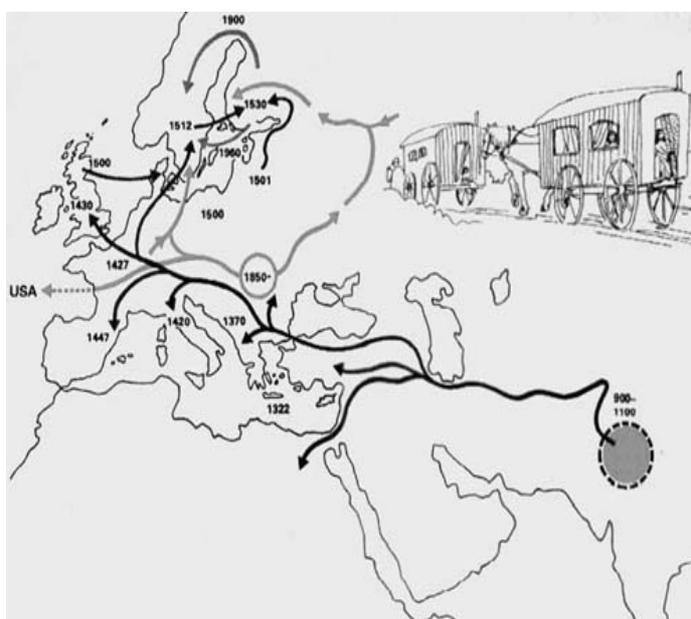
Já a pesquisa pela análise dos grupos sanguíneos, com a inclusão de elementos bioquímicos referentes à hereditariedade, tem fornecido algumas pistas sobre a origem cigana. Uma das mais fortes é apontada tanto pela antropologia física como pela genética de populações e identifica a Índia como seu local de origem.

¹⁹ Antropometria é o conjunto de técnicas utilizadas para medir o corpo humano ou suas partes.

²⁰ Balcãs é o nome histórico e geográfico para referir-se à região sudeste da Europa, que engloba Albânia, Bósnia-Herzegovina, Bulgária, Montenegro, Grécia, República da Macedônia, Sérvia, a porção europeia da Turquia (Trácia) bem como, algumas vezes, a Croácia, a Romênia e a Eslovênia. O termo deriva da palavra turca para montanha e faz referência à cordilheira dos Balcãs, que se estende do leste da Sérvia até o Mar Negro.

Até hoje não foi possível, contudo, descobrir quais foram os motivos e as circunstâncias que desencadearam a migração e a disseminação dos ciganos para diversas partes do mundo. A própria convivência dos ciganos com múltiplas culturas, as influências lingüísticas, demográficas, sociolingüísticas e históricas, como observa Fraser (2005), têm se constituído num elemento que dificulta sua verdadeira composição étnica.

2.1.1 Algumas evidências de ciganos na pré-história



(Crédito:²¹) O mapa reconstitui os caminhos utilizados pelos ciganos do oriente para Europa e suas respectivas datas.

As primeiras evidências de ciganos da pré-história foram encontradas em alguns manuscritos persas do reinado do monarca Bahram Gur (O Grande Caçador), que reinou até o ano de 438. Os ciganos da Pérsia tiveram que aprender a se comunicar por meio da língua oficial. Apesar de alguns especialistas discordarem da possibilidade de convivência cigana com os árabes invasores da

²¹ <http://www.eca.usp.br/nucleos/njr/>

Pérsia, a existência de palavras árabes no idioma romaní prova o contrário.

A Armênia foi provavelmente o destino escolhido pelos ciganos ao se retirarem da Pérsia, que também se encontrava sob o domínio dos árabes. A presença cigana em Constantinopla está registrada em um texto hagiográfico georgiano: “la vida de San Jorge el athonita, composto no Monte Athos entorno de 1068” Fraser (2005). Outras referências que confirmam a presença dos ciganos no Império Constantino são os escritos do cronista Teodoro Balsán, no século XII, no *Canoni LXI* do concílio de Trullo (692).

É interessante ressaltar que a figura dos ciganos em Bizâncio possuía aspectos bastante ambíguos: por um lado, algumas pessoas os identificavam como ladrões, feiticeiros etc., por outro, inclusive pelos imperadores, eram vistos com simpatia, principalmente por seus presságios e habilidades circenses.

Um elemento importante na convivência dos ciganos com a população bizantina e grega foi o conhecimento que eles obtiveram sobre os princípios cristãos. Essa iniciação seria muito valiosa, como explica Fraser, para o momento de sua chegada ao ocidente, que nessa época era predominantemente cristão. Assim, no ano de 1417 eles passaram por uma grande transformação, pois, se antes eram vistos como malfeitores e vadios, aproveitando-se dos conhecimentos adquiridos, chegavam à Europa Central e Ocidental envoltos em uma aura de santidade na figura de peregrinos. Essa peregrinação cigana começou no oeste dos Bálcãs, e pela forma como estava organizada causou bastante impacto na população. Fraser comenta que, se no período anterior os ciganos buscavam passar despercebidos, nesse eles faziam questão de ser vistos e de chamar atenção.

Fue como si algún genio no reconocido, estimulado quizás por todas las prisiones en los Balcanes, se hubiese dado cuenta de las ventajas potenciales que podían derivarse del ambiente religioso de la época y hubiese ideado una estrategia para explotarla, aumentando las perspectivas de supervivencia (FRASER, 2005).

Essa estratégia possibilitou que eles obtivessem inúmeros benefícios. Além disso, as contribuições feitas a peregrinos, por serem ato de virtuosidade, também eram benéficas para quem as praticava. Como enfatiza Fraser, era como se o cosmos houvesse lhes dado uma trégua histórica, e tudo o que lhes cabia era aproveitá-la plenamente (FRASER, 2005).

As peregrinações, além de contarem com o apoio da população, tiveram como principal articulador o então imperador Carlos Magno, que declarou a colaboração com os peregrinos onde quer fossem encontrados como uma obrigação civil. Por serem identificados como peregrinos, os ciganos também fizeram uso das cartas de proteção, ou salvo-condutos, conseguindo, dessa forma, transitar livremente. Um detalhe interessante é que quando se fazia necessária à apresentação de tais cartas, eles o faziam contando sempre a mesma história sobre seus antepassados: diziam que eram originários do Egito Menor, que haviam abandonado a fé cristã e se convertido ao paganismo, e que, posteriormente, por haverem se arrependido, lhes foi imposto como penitência que alguns membros de sua família vagassem pelo mundo para pagar ou expiar esse pecado. Esse relato causava tão forte impressão nas pessoas que não tardava que doações generosas lhes chegassem às mãos. Acredita-se que a partir de 1417 tenha se iniciado o período mais promissor para eles.

O destino cigano, no entanto, não demoraria a sofrer novo revés. No ano de 1430, como narra Fraser (2005), embalados pelo “canto da sereia,” eles partiram em direção ao Leste Europeu, acreditando que encontrariam nessas terras sorte igual ou melhor à que estavam tendo até então. Sua chegada à Europa do Leste causava certa repulsa nas pessoas. Primeiro por seu tipo físico: a pele de cor escura, a baixa estatura, os cabelos negros e mal tratados. Até os formatos de suas mãos causavam estranheza àquele povo, acostumado a um outro padrão estético. Os trajes dos homens e das mulheres também eram alvo de curiosidade e crítica das populações.

A velha história que costumavam contar sobre sua origem, que sofria algumas adaptações de acordo com a região por onde passavam, foi o grave equívoco que cometeram em relação a essa região. Quando começavam a contar que estavam vagando pelo mundo há sete anos como punição por haverem negado socorro à Sagrada Família quando de sua fuga para o Egito, em vez de comoverem as pessoas, geravam indignação e repulsa. Nesse período a Alemanha foi o primeiro país a tratar os ciganos sem nenhuma deferência. Ainda na Alemanha, em 1497, os ciganos foram acusados pelo regime Imperial Romano Germânico de serem espiões, o que declarou sua expulsão.

Um fenômeno interessante que aconteceu nesse período foi a quantidade de ciganos que possuía título de nobreza, tais como conde, duque, dentre outros. Como explica Fraser (2005), não se sabe ao certo se eram eles que se auto-intitulavam ou se os títulos lhes haviam sido concedidos pelo próprio grupo ou por alguma autoridade.

A saga cigana em território francês está registrada após a Guerra dos Cem Anos (1453). Nesse período, a França ainda não contava com um poder central organizado, elemento favorável para os propósitos dos ciganos, que continuavam recebendo benefícios das populações por onde passavam. Nesse território os ciganos eram considerados também “bohemios”, pois se diziam originários da Bohemia²². Mesmo apesar de serem bem recebidos em algumas cidades francesas, em outras eram expulsos.

Na Espanha a presença cigana está sinalizada em torno do ano de 1447. De acordo com os registros, os líderes ciganos eram muito bem tratados pela nobreza espanhola, da qual recebiam generosas doações. Nas últimas décadas do século XV a situação novamente mudou, em virtude de uma nova onda de imigrantes ciganos que chegaram à Espanha pelo Mediterrâneo. Eles se diziam originários da Grécia, de onde teriam fugido do domínio dos turcos. No ano de 1499 um decreto dos Reis Católicos alterava a situação dos ciganos, que passaram a ser considerados indesejáveis. Carlo I, após tornar-se Imperador Carlos V, desencadeou uma série de perseguições contra eles, o que na verdade tinha por objetivo enviá-los às galeras para ampliar o contingente de remadores.

As referências sobre ciganos em Portugal aparecem no início do século XVI por meio de uma melodia do cancionero popular. É interessante ressaltar que os portugueses foram os primeiros a usarem a palavra “cigano” para denominar os “gitanos”, como eram chamados pelos espanhóis, italianos e alemães. Os países da Europa Central e do Leste Europeu, por sua vez, usavam palavras derivadas de “atsinganos” para denominá-los. Portugal teve a mesma atitude dos demais países da Europa, aplicando muitas sanções à permanência de ciganos em seu território. Para os ciganos de origem portuguesa, a pena era a deportação para as colônias situadas em território africano.

Quanto aos Países Baixos, a tolerância em relação aos ciganos também

²² Região que, após a Primeira Guerra Mundial, passou a fazer parte da antiga Checoslováquia, hoje República Tcheca.

passou por uma série de modificações.

Na Itália, a existência de ciganos foi descoberta a partir de um incidente ocorrido em Milão, o assassinato da família de um “conde” cigano por outro cigano. Mais registros também apontam para a existência de ciganos em território italiano. Nos Estados Papais foram decretadas duras restrições à permanência dos ciganos, principalmente quando estes se dirigiam a Roma.

Na Hungria e na Transilvânia, por causa de suas habilidades, os ciganos foram declarados servos do Rei. Essa situação de escravidão durou de 1476 a aproximadamente 1848, ano em que foi abolida essa lei. Em 1526 os turcos invadiram a Hungria implantando o domínio otomano. Esse acontecimento não teve grandes conseqüências para os ciganos por sua capacidade de adaptação: durante esse regime alguns ciganos chegaram até a se converter ao islamismo.

Existem inúmeros registros sobre ciganos na Escócia e na Inglaterra do século XV. Entretanto, alguns autores advertem que, devido ao grande número de grupos nômades que existiam nesse período, nem todos os grupos identificados como ciganos de fato o eram, apesar da semelhança de seus estilos de vida. De acordo com esses registros, a convivência dos ciganos nesses dois países foi pacífica.

As questões envolvendo os ciganos e sua relação com os governantes e a comunidade dos países europeus iriam, da metade do século XVI até o final do século XVIII, evidenciar-se cada vez mais, até porque, ao longo desse período, algumas transformações sociais²³ aconteceram, e começava a se espalhar a ideologia de que todo homem deveria trabalhar, promover seu sustento e o sustento dos seus. A configuração religiosa também havia sofrido alterações: o ideal de simplicidade e pobreza, as peregrinações que tinham na figura de São Francisco de Assis seu expoente máximo, já não causavam tanta impressão na população. Junte-se a isso a forte atuação de Martin Lutero, que fazia duras críticas e empreendia combates ferrenhos à Igreja Católica Apostólica Romana. De acordo com Fraser, essas transformações deixaram os ciganos à mercê da própria sorte. Ele diz que mesmo apesar disso a rotina de vida nômade deles não sofreu grandes alterações. Continuou a ocorrer “a clássica combinação de uma legislação compulsiva e uma aplicação ineficiente” (Fraser, 2005).

As perseguições e os decretos continuaram impondo leis severas e práticas punitivas, pelas quais os ciganos eram submetidos a açoites, confisco de bens, enforcamento e a marcação com ferro em brasa. Até mesmo as mulheres, em algumas cidades, foram submetidas aos açoites e queimaduras. O simples fato de ser cigano era considerado crime e levava-os à forca até mesmo sem haverem sido julgados. As crianças menores de 14 anos eram apreendidas e conduzidas a asilos ou a adoção. O mais grave, nesse período, foram as premiações em dinheiro ou em bens, adquiridos da própria vítima, para aqueles que matassem ciganos. Essas medidas se acentuaram durante o período em que durou a Guerra dos Trinta Anos (1551-1774). Um fato interessante é que, alguns ciganos nesse período, ingressaram no exército onde trabalhavam na fabricação de armas e munições.

No final do século XVII, com a reconquista austríaca da Hungria e da Transilvânia, a vida dos ciganos novamente se alteraria. O Imperador Carlos VI e a então Imperatriz Maria Tereza implementaram uma série de medidas na Hungria e na Eslováquia tendo, como objetivo, conter os ciganos e desencadear um processo de desconstrução de sua identidade étnica. “Se uno busca un único ejemplo de un país donde tanto el enfoque aniquilador como el asimilador fueron elevados a sus extremos, proporcionando diversos modelos para otras naciones que tendrían fuerte repercusión hasta el século XX, ese país es España” (FRASER, 2005). A Espanha regida por Felipe II, filho de Carlos V, como observa Fraser, inaugurou, em 1550, um longo período de perseguições, maus tratos físicos e psicológicos, além do extermínio de centenas de ciganos. O Parlamento e o Clero foram as duas instituições que idealizaram e estimularam as desumanas leis decretadas por Felipe II, tendo em vista a destruição e o aniquilamento da etnia cigana em terras espanholas.

No reinado de Felipe III, o Clero, para fundamentar suas perseguições aos ciganos, localizou na história de Caím alguns elementos que poderiam afirmar que os ciganos eram seus descendentes e que, portanto, deveriam ser exterminados. Essa teoria é citada por diversos pesquisadores. No ano de 1616 surgiu uma nova lei, que oferecia aos ciganos duas possibilidades: a primeira seria de partirem definitivamente, sob pena de serem mortos; a outra era de permanecerem, fixarem residência, abrindo mão de seu idioma, de sua forma de vestir e dos nomes que usavam. Até a palavra “gitano” deveria desaparecer. Tais medidas tinham por

propósito destituir os ciganos de sua cultura original e inseri-los na cultura espanhola, já que os reis espanhóis estavam sendo pressionados pelo Clero e pela Corte Suprema, que buscavam todas as formas de subjugar, escravizar e destruir os ciganos.

Todas essas questões envolvendo os ciganos, conforme Fraser, encontravam-se dentro de um contexto histórico em que a acentuada redução populacional não oferecia à Espanha outra saída, a não ser a integração, praticamente forçada, de todos aqueles que não estivessem assimilados e assentados. Além disso, qualquer pessoa que encontrasse algum cigano “vagando” ou “vagabundeando” poderia se apropriar dele, tornando-o seu escravo. Com a posse do último monarca da dinastia Habsburgo, os ciganos continuaram sendo vítimas de constrangimentos e humilhações. A dinastia Borbon não alterou as restritivas leis anti-ciganas de seus predecessores. As implementações e reformas que vinham ocorrendo na Espanha não permitiam que indivíduos e grupos de vida livre continuassem ociosos. Era necessário colocá-los para trabalhar. Essa atitude deixava clara a intenção de desconstrução da identidade étnica do povo cigano. Nesse sentido, em virtude do êxito alcançado pelo processo de sedentarização, a Espanha conseguiu reduzir sua população nômade a um pequeno número de ciganos.

Por causa da insubmissão dos ciganos, entretanto, a pretensa assimilação não aconteceu dentro dos moldes propostos pelo Clero. Em julho de 1749, seguindo um plano idealizado pelo então bispo de Oviedo²⁴, o Rei Fernando VI promoveu a apreensão de nove a doze mil ciganos. Os destinos desses prisioneiros foram os mais diversos, sendo que alguns, por sua capacidade de adaptação e por uma conduta irrepreensível, obtiveram permissão para retornarem à Espanha e o direito a alguns benefícios. Carlos III foi, na linha de sucessão, o próximo rei a governar a Espanha. Em 1763 ele ordenou que todos os ciganos que se encontrassem prisioneiros fossem postos em liberdade. Os mecanismos de integração, entretanto,

²⁴ A esse respeito, Azibeiro (2006) observa que, para além da disputa que opôs Bartolomeu de Las Casas, defensor da humanidade e dos nativos das Américas (embora não aceitasse sua cultura e quisesse convertê-la à fé cristã), e Oviedo e Sepúlveda, que os consideravam bruta animália, a idéia de existência de várias espécies de humanos vai continuar a imperar até meados do século XVIII (e a influência desse imaginário na produção de preconceitos e estereótipos perdura até nossos dias. Lineu, fundador da moderna classificação das espécies, inclui, em 1735, a espécie humana no Reino animal e na ordem dos primatas, sob a designação específica de *Homo Sapiens*, classificando-a segundo critérios, em grande parte geográficos, em seis raças: europeus, americanos, asiáticos, africanos, selvagens e monstros. (apud MARQUES, 1995)

continuaram os mesmos: a proibição do uso da língua e da realização de atividades costumeiramente exercidas pelos ciganos. As punições também continuaram sem grandes alterações. O modelo aniquilador e assimilador imposto aos ciganos pela Espanha, já observado por Fraser, foi amplamente aplicado em países como Portugal, Itália, Suíça, Suécia, Dinamarca, Rússia e sul dos Países Baixos.

Portugal nesse sentido foi o país que iniciou o processo de deportações, que a seu turno também viria a se constituir em um novo modelo na resolução dos problemas advindos da permanente insubordinação cigana. As deportações de ciganos para as colônias portuguesas solucionavam dois problemas: primeiro, livrar-se da numerosa quantidade de ciganos, agravada com os recém-banidos da Espanha. Segundo, pelo fato de as colônias portuguesas possuírem uma demanda muito grande de mão-de-obra, as colônias africanas foram as primeiras contempladas com o banimento de ciganos. As deportações promovidas por Portugal, como enfatiza Fraser, merecem uma atenção especial por ter sido a partir delas que ocorreu o ingresso dos primeiros ciganos em terras brasileiras.

Chamava-se João de Torres e veio acompanhado de mulher e filhos (Coelho, China, Foletier, Fontes, Fraser, Espinosa, Martins). Nesse mesmo período, os ciganos nascidos portugueses que se negassem a fixar residência foram enviados em grupos para a então província do Maranhão. No ano de 1760 a população cigana no Brasil já possuía uma constituição significativa, a ponto do Governador Geral solicitar ao Rei José medidas reguladoras sobre estes por seu modo indisciplinado de viver. Outras famílias vieram após o 1º decreto, datado de 27 de agosto de 1685. Decretos posteriores ocorreram nos anos de 1718, 1724, 1726 e 1749.

Em 1815 o Brasil foi elevado à condição de reino. Em 1818 celebraram-se no Rio de Janeiro as núpcias de D. Pedro I com a princesa D. Leopoldina, essa solenidade envolveu em sua realização, além de atos religiosos, muitas festas em que está registrada a participação de ciganos em apresentações culturais. Como prêmio por sua belíssima exibição, foi que eles obtiveram das mãos do próprio D. João VI, recompensas em forma de patentes militares para alguns ciganos e jóias para as ciganas, o que muito os honrou e envaideceu.

Mello Moraes diz, que existe uma hipótese de que o Brasil tenha sido o primeiro país da América a receber os ciganos que teriam sido expulsos de Portugal

a partir do século XIII. O ato governamental mais antigo nesse sentido foi a resolução de D. Sebastião, em 1574 já referido anteriormente. No ano de 1686 um novo decreto de degredo é assinado por Portugal, sendo que dessa vez o destino não era o Rio de Janeiro, mas o estado do Maranhão. Posteriormente, em 1718, 1724, 1726 e 1740, outros decretos degradaram ciganos de Portugal para os estados de Pernambuco e Bahia. Além disso, ordenavam que os governos proibissem aos ciganos recém chegados o uso da língua e da gíria, não permitindo que os pais as ensinassem a seus filhos, no intuito de que deixassem de ser faladas. A existência de ciganos no estado de São Paulo está registrada a partir do ano de 1726.

Na segunda metade do século XVIII, ao tomarem conhecimento de inúmeras medidas regulamentares, os ciganos começaram uma grande migração para o interior do país. Um aspecto interessante ainda sobre os ciganos do Rio de Janeiro foi a atuação destes como “oficiais de justiça” e “meirinhos” nos principais juizados e cartórios forenses dessa cidade. Como observa Mello Moraes, essa participação ativa na vida societária leva a crer que no século XIX o número de ciganos vivendo no Rio de Janeiro era bastante expressivo. Esse aspecto relativo à inserção dos ciganos na vida societária do Rio de Janeiro, também expressa a forma ambígua e contraditória com que se dão as relações interculturais dos ciganos com as sociedades com as quais convive. No Brasil, é possível constatar-se esse fenômeno, ao observarmos que, ao mesmo tempo em que eles constituíam relações de confiança, a ponto de exercerem atividades profissionais em órgãos públicos e privados, por outro lado eram vistos e descritos pela imprensa da época, de forma preconceituosa e discriminadora, como no exemplo a seguir:

Com os emigrados de Portugal veio também para o Brasil a praga dos ciganos. Gente ociosa e de poucos escrúpulos, ganharam eles aqui reputação bem merecida dos mais refinados velhacos: ninguém que tivesse juízo se metia com eles em negócio, porque tinha certeza de levar carolo. A poesia de seus costumes e de suas crenças, de que muito se fala, deixaram-na da outra banda do oceano; para cá só trouxeram maus hábitos, esperteza e velhacaria, e se não, o nosso Leonardo pode dizer alguma coisa à respeito. Viviam em quase completamente ociosidade; não tinham noite sem festa. Moravam ordinariamente um pouco arredados das ruas populares, e viviam em plena liberdade. As mulheres trajavam com um certo luxo relativo aos seus haveres: usavam muito de rendas e fitas davam preferência a tudo o que era encarnado, e nenhuma delas dispensava pelo menos

um cordão de ouro no pescoço; os homens não tinham outra distinção mais do que alguns traços fisionômicos particulares que os faziam conhecidos. (ALMEIDA, 1980).

Durante o período que compõe o primeiro e o segundo Império, o Rio de Janeiro foi considerado “Capital da Ciganada”, havendo aí, inclusive, o Beco dos Ciganos. Há também, no mesmo período, inúmeros registros de presença ou existência de ciganos em São Paulo, no Paraná, no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, que depois do Rio de Janeiro foi um dos principais redutos de ciganos (CHINA,1936).

A Bahia foi também um dos estados que primeiramente recebeu ciganos, fato registrado em documentos que datam de 1718 (CHINA, 1936). No estado da Bahia, a partir de 1761, os ciganos modificaram completamente seu modo de vida, convertendo-se em sitiantes, em lavradores.

Já o estado do Ceará, conforme o autor João de Norte²⁵, recebeu muitos ciganos em virtude de decretos emitidos por Marquês de Pombal (CHINA,1936). O Maranhão teve as primeiras chegadas, documentadas, de ciganos, datadas de junho e agosto de 1686, por decreto assinado em Lisboa pelo então monarca D. Pedro. É interessante observar que no Brasil-colônia havia, acerca da nomenclatura usada para definir os ciganos, aquilo que China (1936), aponta como uma verdadeira “confusão”. De forma geral, em todo o país eles eram designados de ciganos, mas na Bahia, entretanto, eram chamados de mouros, em alguns lugares do Norte eram tratados por ciganos do Egito, no Rio Grande do Sul, de egípcios, em Minas Gerais, de judeus, e no meio literário era comum serem classificados como boêmios ou zíngaros.

Existem algumas hipóteses de autores que acreditam que os ciganos tenham sua origem na América, constituindo famílias e sobrevivendo do comércio de animais, de trocas e vendas, de mendicância, de leitura de mão corte de feitiço, além de pequenos furtos praticados pelas mulheres e crianças. Ainda na concepção desses autores os ciganos chamados “estrangeiros”, por sua vez, seriam provenientes das regiões dos Bálcãs e tinham como atividade profissional a caldeiraria, arte adquirida de seus ancestrais. Os “estrangeiros” usavam o idioma de sua nacionalidade, enquanto os grupos nacionais, ou ciganos brasileiros, usavam o

²⁵ Pseudônimo usado pelo escritor Câmara Cascudo.

romaní quando queriam conversar entre si sobre assunto que não desejavam compartilhar com os não-ciganos.

A Espanha priorizou o Norte da África como principal destino para suas deportações.

Eran gitanos nuevos. Hombres y mujeres jóvenes que solo conocían su propia lengua, ejemplares hermosos de piel aceitada y manos inteligentes, cuyos bailes y músicas sembraron en las calles un pánico de alborotada alegría [...] En un instante transformaron la aldea. Los habitantes [...] se encontraron de pronto perdidos en sus propios calles, aturdidos por la feria multitudinaria” (GARCIA MARQUES, 1982, apud FUENTES, MARTINEZ, ESPINOSA 2000).

A chegada dos ciganos, mais especificamente dos “Rom”, na América, coincide com o período em que ocorreram as primeiras invasões dos europeus a este continente. Pesquisadores relatam que na terceira viagem de Cristóvão Colombo às Américas, faziam parte de sua tripulação quatro ciganos “Rom”, conhecidos pela alcunha de “Egipcianos ou Egípcios”. Esse pequeno grupo era formado por Antón do Egipto, Macias do Egipto, Catalina do Egipto e Maria do Egipto. Dentre algumas hipóteses que puderam elucidar a chegada desses ciganos, está a de que eles teriam sido contemplados com o indulto aplicado pelo governo espanhol, no dia 22 de junho de 1497, e a oportunidade de viverem em uma colônia da Espanha (FUENTES, MARTINEZ, ESPINOSA, 2000).

España procuraba igualmente deshacerse de sus gitanos mandandolos a África ou a América. Las deportaciones a África fueran particularmente frecuentes bajo el reinado de Fernando VI. En 1775, gitanos que se obstinaban en seguir siendo nómadas fueron obligados al servicio militar en América” (DE VAUX FOLETIER, 1974 apud FUENTES, MARTINEZ, ESPINOSA, 2000).

Outra possibilidade, que não pode ser descartada, é a de que alguns ciganos condenados às galeras tenham conseguido fugir, fixando-se nas Américas.

A rota de imigração dos ciganos europeus tinha início na América Central, mais precisamente no Panamá, e seguia por Antioquia, Sabana de Bogotá, Las Costas, até lugares ermos (FUENTES, MARTINEZ, ESPINOSA, 2000). Quanto à imigração cigana nas Américas Latina e do Norte, há registros que indicam sua chegada, na segunda metade do século XIX, com a denominação de “húngaros”.

Em virtude das perseguições impostas pelo regime nazista, os ciganos resolveram estabelecer outra rota de fuga, que, como observa Hasler [...].

Despues de uma permanência em Bélgica, atravesaron Francia hace médio siglo. Llegaron a España, donde tomaron eu apellido de Gómez, y tomaron pasaje para Venezuela, desde donde prosiguieron a los países vecino. Um Bueno número de ellos se estableció en Colombia. (HASLER 1984:115, apud FUENTES, MARTINEZ, ESPINOSA, 2000).

A Inglaterra, no reinado de Isabel I, estabelecia a deportação de malfeitores perigosos e reincidentes.

A partir do século XV até o XIX, uma parte da Europa esteve sob o domínio do Império Otomano. A ocupação turca não promoveu grandes transformações na vida dos ciganos, como comenta Fraser (2005). Na verdade, os turcos tinham por princípio não interferir muito na cultura e nos hábitos das comunidades ocupadas. Para eles, o importante era que os cidadãos pagassem seus tributos aos governos locais, que, por sinal, em algumas localidades eram administrados por auto-governos. De certa forma é possível afirmar que a vida dos ciganos durante o Império Otomano, com algumas exceções, foi mais amena do que na Europa anterior à invasão turca, pois a legislação otomana lhes permitia que se deslocassem com facilidade, exercessem atividades artísticas e profissionais, incluindo a fabricação de armas e munições. Por suas notórias habilidades nesse trabalho, acompanharam as forças militares nas guerras, nas funções de músicos e de restauradores de armas.

2.1.2 Ciganos e tradição musical

Os ciganos adquiriram, ao longo de sua história, a fama de serem excelentes músicos, cantores e bailarinos. Essas habilidades, particularmente no que diz respeito à música, surgiram de sua necessidade de sobrevivência. Ao se relacionarem com outras culturas, passavam a assimilar suas tendências e gostos musicais, conhecendo os tipos de instrumentos, até mesmo os mais exóticos. Essa

naturalidade com que os ciganos se imiscuíam nos diferentes contextos é uma de suas mais marcantes características.

No decorrer do século XIX o prestígio musical dos ciganos na Espanha, na Rússia e na Hungria alcançou patamares elevados a ponto de estes se tornarem parte da identidade cultural desses países. Eles se integraram de tal modo à tradição cultural húngara que se distanciaram completamente de sua própria tradição. No século XIX o status que os músicos ciganos alcançaram, principalmente os que procediam do noroeste do país, colocou-os numa situação privilegiada, pois a música cigana era bastante admirada e ouvida.

Um dos mais famosos músicos ciganos foi o célebre violinista Janos Bihari (1764-1827), da Bratislava, que se apresentava juntamente com sua orquestra em diversas festividades públicas e privadas, chegando inclusive a tocar para monarcas e autoridades. Bihari criou, juntamente com um outro músico, que depois viria a se tornar seu sucessor, uma linguagem musical que possuía o estilo “verbunkos”, um tipo de música militar que foi incluída no cancionário popular húngaro. Posteriormente a fama dos músicos ciganos transcendeu as fronteiras húngaras. Apresentaram-se em várias turnês internacionais e chegaram a tocar para o príncipe herdeiro e depois para o próprio rei da Rússia, no ano de 1865.

A fama musical de alguns ciganos levou-os a se casarem com mulheres de origens nobres, entrando assim para a aristocracia russa. Os russos se sentiam particularmente atraídos pelo canto cigano, principalmente quando este era entoado por um conjunto de vozes. Nos corais, a participação feminina era uma atração à parte, pois, além de cantarem, as mulheres também dançavam. Toda essa influência da música cigana na cultura musical russa se deu ao longo do século XIX, e tanto a aristocracia quanto a burguesia se deixaram encantar pelas canções românticas de estilo cigano. Estas poderiam ser compostas ou não por ciganos, pois era comum russos comporem músicas ciganas, por serem moda na época.

Na Espanha, a música cigana teve tanta repercussão quanto na Hungria e na Rússia, constituindo-se em elemento importante nas celebrações religiosas e de cunho popular. Na região da Andaluzia, especificamente, a música cigana adquiriu uma nova configuração, oriunda da mescla com outros estilos musicais, que originou o que se conhece como “flamenco”. Existem algumas controvérsias quanto a sua origem, pois alguns pesquisadores a atribuem aos mouros, e outros, aos ciganos. O

que se sabe ao certo é que esse estilo expandiu-se pela península Ibérica através de músicos andaluzes e ciganos, passando a se constituir em uma das principais expressões musicais da Espanha, particularmente da região sul²⁶.

2.1.3 A população cigana europeia e o uso da linguagem

As investigações realizadas no intuito de conhecer o número aproximado da população cigana, devido à dificuldade oriunda do tipo de vida que as etnias nômades levam, chegou a uma soma aproximada, elaborada a partir de alguns censos, referidos por Fraser em sua 1ª edição em espanhol, ficando assim constituída conforme figura abaixo:

País	População/hab/ciganos
Romênia	1.000.000
Bulgária	500.000
CEI (Rússia, Ucrânia etc.), Espanha, Eslováquia e Sérvia-Montenegro	250.000
Macedônia, República Checa, França e Grécia	100.000
Polônia, Portugal e Bósnia	25.000
Grécia e Áustria	10.000
Suécia, Eslovênia, Finlândia, Países Baixos, Bélgica, Lituânia, Letônia, Estônia e Dinamarca	1.000
Irlanda, Luxemburgo, Noruega e Chipre	menos de 1.000

Fonte: Fraser, 2005.

Como explica Fraser, a tentativa de classificação lingüística envolvendo os diferentes grupos ciganos constitui-se numa tarefa praticamente impossível, pois “Ninguna lengua es fija cada año, el inglés adquire una ciem palabras mayoritaria nuevas o nuevos significados para las ya existentes. El “romani” es especialmente dinâmico” (FRASER, 2005). No ano de 1874, o então pesquisador Franz Miklosich

²⁶ A Andaluzia está localizada na parte meridional da Espanha. Sua capital administrativa é Sevilha, e sua capital judicial é Granada. O nome Andaluzia provém de “Al-Andaluz”, que é como os mulçumanos chamavam a Península Ibérica.

elaborou uma classificação do “romani” da Europa, que foi, na ocasião, apresentado composto por treze dialetos. O fato dos ciganos assimilarem o idioma da cultura na qual estão inseridos os fez bilíngües, fenômeno considerado por muitos especialistas como um forte empecilho para que o status de língua única nunca tenha sido conquistado pelo “romani”, continuando a ser classificado como uma língua aglutinadora.

2.1.4 Grupos ciganos: classificação

A classificação dos grupos ciganos Rom se encontra subdividida em quatro principais grupos: os Kalderash, os Macvaya, os Lovara e os Curara. Apesar de possuir diferenças em alguns aspectos específicos, inclusive de linguagem, esses grupos se reconhecem e se aceitam como Rom, sendo permitido assim que sejam celebrados casamentos entre eles.

As famílias são em geral divididas em clãs, e quando compostas por três gerações, são designadas de “tséra”. Um ajuntamento de famílias Rom reunidas por algum motivo específico, por sua vez, é denominado de “compañia” e se submete ao comando de um “rombaró” (grande homem). A “compañia” constitui também aspectos políticos, sociais e morais, além de econômicos. As decisões, conflitos ou questões que ocorram no interior de uma “compañia” são discutidas pelo grupo. Os casos mais complexos ou polêmicos são resolvidos por uma espécie de tribunal, intitulado de kris²⁷, em que alguns homens de diferentes clãs, já em idade avançada, nomeiam um ou mais juízes para que, por meio das leis ciganas, deliberem sobre a questão em pauta.

Os membros dos clãs são parentes, e este parentesco faz com que se assistam mutuamente e colaborem entre si. Os casamentos realizados entre eles são uma forma de manter e fortalecer esses vínculos. O matrimônio entre o povo

²⁷ O Kris é um conselho cigano, composto por homens anciãos, que tem por missão refletir e decidir sobre problemas de ordem interna dos grupos. Esse conselho tem para o cigano, um valor superior ao da justiça comum. Em algumas situações o cigano, ao cometer algum delito, além de passar pelas leis dos não-ciganos, também passará pelo julgamento interno, muitas vezes bem mais rigoroso do que o anterior. O Kris, por exemplo, pode deliberar a expulsão de uma pessoa de seu grupo, o que para o cigano representaria a perda de sua identidade grupal e uma marca para o resto de sua existência.

Rom costuma acontecer entre primos do mesmo clã, podendo ocorrer também entre pessoas de uma mesma “compañia”, estreitando assim os laços ente as famílias dos noivos. A lei cigana e a instituição do kris não necessariamente são inerentes a todos os grupos ciganos. O que alguns pesquisadores afirmam é que, além dos “Rom”, os “Sinti” da Alemanha e da Áustria também costumam resolver suas questões internas por meio de leis próprias e do conselho de anciões.

No final do século XIX, conforme Fraser (2005), a Europa começou a ser invadida por alguns sentimentos que posteriormente dariam origem a fatos que, como coloca o autor, marcariam as páginas negras da história do mundo. Tudo começou quando, em nome do desenvolvimento das nações européias, alguns teóricos, dentre eles o francês Conde de Gabineau, começaram a difundir uma teoria que tinha por objetivo provar a existência de uma espécie de hierarquia racial, na qual a raça “ariana” estava confirmada como a mais pura e superior às demais. Além da classificação de superiores e inferiores, Gabineau também elaborou uma subdivisão dentro das ordens inferiores, as raças híbridas e mescladas.

Esse pretexto fez com que fossem iniciadas inúmeras ações com o intuito de banir todos os ciganos do continente europeu. Dessa forma, no ano de 1876, César Lombroso, ao estudar a origem dos povos inferiores, particularmente a gênese dos ciganos, classificou-os como de má índole, elogiando-os somente quanto às suas habilidades artísticas e musicais.

2.1.5 Revolução Industrial e ressurgimento das migrações ciganas

Com o advento da Revolução Industrial, a Europa se viu impulsionada por um outro modelo de desenvolvimento econômico, desencadeado pela Inglaterra, que em meados do século XIX havia se constituído em uma sociedade industrial com uma numerosa população urbana. Apesar das pressões do governo inglês para que todos assimilassem e se integrassem ao novo modelo, os ciganos não manifestavam nenhum interesse pelos empregos na produção fabril. Por sua excepcional capacidade de adaptação, o que eles fizeram foi empreender uma nova dinâmica a suas atividades de ambulantes, deslocando-se pelo interior da Inglaterra

e desenvolvendo suas tradicionais habilidades. Um fato curioso é que, por suas idas e vindas da capital para a zona urbana, e em virtude da precariedade dos meios de comunicação, os ciganos se tornaram os principais informantes dos últimos acontecimentos e das ditas “fofocas” da cidade.

Nesse período também aconteceram algumas mudanças na escravatura cigana.

[...] los seres humanos llevaban cadenas en brazos y piernas, otros cepos de hierro en torno a la frente, y aún otros collares de metal en el cuello. Crueles, azotes y otros castigos, tales como la inanición, ser colgado sobre un fuego humeante, la incomunicación, y ser arrojado desnudo a la nieve o a un río helado, tal era el tratamiento que se imponía al desdichado gitano. La santidad del matrimonio y los lazos familiares eran asimismo puesto en ridículo: se separaba a la esposa del marido, e se arrebatava la hija e la madre, se arrancaba a los niños, del pecho de aquellas que los trajeron al mundo, y se los vendía a diferentes compradores de todos los rincones de Rumanía, como ganado. (FRASER, 2005).

Nos anos de 1828 a 1834, algumas medidas começaram a libertar os escravos ciganos, que por muitos anos haviam sido convertidos em pessoas submissas e fragilizadas. A Revolução Industrial, entretanto, não pôs fim à escravidão. O que ela fez foi re-configurar, dissimular os mecanismos opressores, revestindo com outra roupagem os processos de subalternização²⁸. O modelo fabril foi o princípio do processo de homogeneização da humanidade e de aniquilamento do indivíduo no que diz respeito à sua subjetividade, criatividade e criticidade.

Somente no ano de 1864, após a elaboração da constituição da Romênia, é que foi promulgada a libertação dos escravos ciganos, com a concessão de direito à cidadania romena, apesar de os sentimentos xenófobos, discriminatórios e racistas terem continuado. Ainda durante esse mesmo século, os ciganos começaram a abandonar a Hungria e os Bálcãs. A influência do idioma romeno associado ao idioma cigano romaní viria a se constituir naquilo que Fraser denomina de um status autoproclamado “Rom”. Aos grupos intitulados “Rom” se incluíam os Kalderasa (trabalhadores de cobre), os Lovara (Chalanes?) e os Curasa (fabricantes de coadores e peneiras). Os grupos ciganos Boyás (garimpeiros de ouro), os Rudari

²⁸ Como *subalternidade*, Azibeiro entende as “relações que produzem hierarquizações ou subalternizações”; Refere-se também “à produção de subjetividades que se submetem e inferiorizam” (AZIBEIRO, 2006).

(mineiros) e os Ursari (domadores de urso) também viveram em territórios Balcãs no mesmo período, entretanto esses grupos haviam perdido completamente o romaní, falando somente o idioma romeno.

Sua saída dos Balcãs deu início a um novo processo migratório, que teve como uma de suas principais características a separação dos grupos denominados “Rom”. O povo “Rom” se expandiu mundo afora, sendo possível encontrá-los na Europa e nas Américas. A rota dos ciganos era a mesma de seus antepassados. No entanto, a forma como eram recebidos foi diversa. Na maioria dos países eram recebidos como figuras exóticas que atraíam muita curiosidade.

Na metade do século XIX, com o reinício das migrações ciganas, tornaram a ocorrer situações muito parecidas com as vividas durante a idade média. Os Países Baixos reeditaram algumas medidas já extintas, a fim de manter os ciganos longe de seu território. A Alemanha, por sua vez, nunca desistiu de exercer uma atenta vigilância sobre as idas e vindas dos ciganos nômades, tolerando em seu território somente os ciganos “Sinti” que possuíssem nacionalidade alemã. Tais medidas não carregavam nenhuma intencionalidade de caráter racista. O que de fato preocupava as autoridades era a questão imigratória, que dava seus primeiros passos para o que viria, anos depois, a se constituir no mais grave “problema” social da contemporaneidade²⁹.

A Suíça, buscando eliminar de vez o nomadismo, implantou um projeto, aparentemente filantrópico, junto aos jovens, denominado pró-juventude, embasado nas “teorias eugénicas”, que visavam integrar as crianças nômades inserindo-as forçosamente na sociedade. A execução desse projeto promoveu uma série de seqüestros de crianças pequenas, que se viram, da noite para o dia, subtraídas da convivência de seus familiares, perdiam definitivamente seus nomes e iam parar em abrigos. Estima-se que 600 crianças tenham sido submetidas a essa determinação até o ano de 1973.

Na França, apesar de um senso realizado no ano de 1898 ter acusado a presença de quatrocentos mil nômades, a medida editada foi à aprovação, em junho de 1912, de um carnê de identificação que possibilitava à polícia francesa o acompanhamento da rotina das comunidades nômades para responsabilizá-las por algum tipo de distúrbio ou delito promovido por estes em seu território. A

²⁹ Ver a esse respeito Sayad, 1998.

implementação deste sistema, por sua vez, desencadeou uma série de equívocos: abuso de poder, perseguições e discriminações contra os ciganos.

O tratamento infringido aos ciganos pelo governo inglês era norteado por um conjunto de leis às quais também estavam submetidos todos os desocupados.

2.1.6 Vítimas invisíveis do holocausto

“O ano de 1933 daria início ao período mais negro da humanidade, particularmente para duas etnias: os judeus e os ciganos” (FRASER, 2005).

Em 1937, um dos emissários do regime nazista declarou:

Fue la persistencia de la debilidad y mendacidad internas la Republica de Weimar las que le hicieran demostrar, su falta de instinto para enfrentar a la cuestión gitana. Para ella, los sinti eran un asunto criminal como mucho. Nosotros, por otro lado, consideramos la cuestión gitana sobre todo como un problema racial, que debe resolverse y que está siendo resuelto. (FRASER, 2005).

À medida que os ciganos iam sendo comparados aos judeus, começava-se a impor a elaboração de uma classificação racial que teria por objetivo diferenciá-los dos cidadãos comuns. Em 1935 foram introduzidas algumas leis, com o intuito de declarar “plena nacionalidade” para os cidadãos do Reich, e algumas proibições, principalmente de casamentos destes com pessoas ciganas, que poderiam interferir no projeto da nova sociedade ariana. Nessa perspectiva, em 1937 instituiu-se o “Centro de Investigação para Higiene Racial e Biológica da População”, em Berlim. Esse Centro se constituiu no principal local de pesquisas visando identificar a relação entre a genética dos ciganos e sua tendência à criminalidade. Essa investigação foi realizada pelo psiquiatra e psicólogo Dr. Robert Ritter, que iniciou suas pesquisas utilizando as impressões digitais dos ciganos, suas genealogias e medidas antropométricas, coletando, inclusive, sangue de ciganos para amostra. As primeiras conclusões de Ritter sobre seus estudos foram conhecidas em 1940, quando ele advertia que:

Hemos podido establecer que más del noventa por ciento de los llamados gitanos nativos son de sangre mestiza... Posteriores resultados de nuestras investigaciones nos han permitido caracterizar a los gitanos como un pueblo de origen etnológica completamente primitiva, cuyo retraso mental lo hace incapaz de una verdadera adaptación social... La cuestión gitana solo poca resolviere cuando se reúna junto al grupo principal de individuos gitanos asociales e inútiles de sangre mestiza en grandes campos de trabajos forzados y los mantenga allí trabajando, y cuando se detenga de una vez por todas la reproducción de dicha población de sangre mestiza. (FRASER, 2005).

Entre os anos de 1943 a 1944, no relatório enviado à Associação Alemã para Investigação, Ritter tinha como resultado parcial a indicação do número de 23.822 ciganos investigados. Nesse período várias medidas “higiênico-raciais” foram efetivadas.

Na Áustria, que também fazia parte do Reich, os ciganos foram perseguidos e capturados com a justificativa da proteção do “sangue nórdico”. Após a prisão foram esterilizados, enviados para campos de trabalhos forçados e para os campos de concentração. Com a invasão alemã da URSS, em junho de 1941, as questões tanto judias quanto ciganas precisavam ser resolvidas. Dessa forma, em dezembro desse mesmo ano iniciaram-se as operações de eliminação dos ciganos, num distante campo de extermínio polaco, onde estima-se que, ao final da operação, tenham sido mortos, asfixiados com monóxido de carbono, cerca de cinco mil ciganos.

O último “golpe de misericórdia” foi deferido pelos nazistas com uma dedicação especial, como descreve Fraser:

Auschwitz-Birkeenu habían sidos ampliados recientemente, lãs câmeras de gás y los crematórios, com capacidad diãria em esse momento para vários miles, habían estado funcionando a pleno rendimiento durante vários meses y se estaba preparando uma sección especial para los gitanos. (FRASER 2005).

O decreto de Auschwitz, contudo, poupou a vida dos ciganos que estivessem servindo às forças armadas ou que houvessem contraído núpcias com mulheres árias. No entanto, em ambos os casos, eles foram esterilizados. Outros sobreviveram para servir de amostra da “primitiva vida indo-germânica”. Os selecionados foram os “Sintí” e os “Lalleri”, ciganos alemães de raça pura que não

se mesclaram com outros grupos. O tempo de duração do campo de Auschwitz foi de dezessete meses, e este era o que possuía a maior concentração de ciganos. Sua população estimada era de 23.000 pessoas, das quais 20.000 foram mortas por esgotamento físico e mental, por fome, por execução ou durante experiências “médico-científicas”. As práticas “médico-científicas” do campo de Auschwitz eram coordenadas e executadas pelo Dr. Josef Mengele, que infligiu a judeus e ciganos os mais atrozes sofrimentos. Em agosto de 1944 o martírio dos ciganos chegaria ao fim: numa mesma noite, 2.897 mulheres, crianças e alguns ex-soldados de Wehrmacht foram mortos nas câmaras de gás.

Apesar de Polônia, Romênia, Iugoslávia, Rússia e Hungria terem sido os locais onde ocorreu o maior número de mortes, foram Alemanha e Iugoslávia que agiram com maior crueldade em relação aos ciganos. A Iugoslávia, com a colaboração da Croácia, cometeu tantas atrocidades que a própria polícia alemã ficou estarecida. Na Sérvia, entretanto, os ciganos eram freqüentemente executados por fuzilamento após um sinistro cálculo em que, para cada alemão morto pela resistência, cem ciganos eram executados, e para cada um alemão ferido, cinquenta ciganos eram mortos. Em agosto de 1942 a Sérvia se auto-proclamou o primeiro país a livrar-se completamente da presença de ciganos e judeus.

Mesmo apoiando o regime nazista, a Itália, a Hungria e a União Soviética não compactuavam com a excessiva violência cometida contra judeus e ciganos. A Bulgária, dentre todos, foi o único país que não adotou a “limpeza étnica”, tendo, portanto, sido alvo de muitas críticas por parte do governo nazista.

Apesar das dificuldades para se obterem registros precisos sobre a quantidade de ciganos mortos nesse período, e também pela ausência de testemunhas, estima-se que nos anos em que a Europa esteve sob o domínio de Hitler tenham sido mortos em torno de meio milhão de ciganos. Os que conseguiram sobreviver adquiriram inúmeras seqüelas para o resto de suas vidas.

Ao final da Segunda Guerra Mundial os ciganos estavam espalhados por toda Europa. As fugas e as deportações foram as principais responsáveis por esses deslocamentos. O fim da Guerra e o fechamento e destruição dos campos de concentração e extermínio não proporcionaram nenhuma transformação na vida dos ciganos. Os sobreviventes foram largados ao desamparo. Famílias inteiras haviam

sido transferidas de seu país, como no caso dos “Sinti”, que, ao retornarem, eram vistos com preconceito e desconfiança por seu próprio grupo étnico.

Nos anos cinquenta alguns grupos ciganos tentaram voltar a seus locais de origem. Outros abandonavam a zona rural indo para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida na indústria ou na construção civil. Nesse mesmo período, um grupo numeroso de “Roms” que havia sido deportado para a União Soviética retornou para a Polônia e encontrou muitas dificuldades ao se relacionarem com os “Rom” que permaneceram, por não aceitarem algumas alterações realizadas no código de contaminação³⁰.

Nos anos sessenta teve início outro grande fluxo migratório cigano. Desta vez, a rota escolhida foi dos Bálcãs até o Ocidente. O ponto de partida foi da Iugoslávia, e os destinos foram: Itália, França, Países Baixos, Alemanha e Áustria. Esse novo processo migratório não era realizado apenas pelos ciganos: outros grupos, de diferentes línguas e tribos, também fizeram parte desse momento. A busca constante pela sobrevivência, dificultada pelo analfabetismo e pelo uso de dialetos, fazia com que os ciganos encontrassem muitas dificuldades. Cada país procurava, à sua maneira, encontrar soluções para a questão cigana. Sobre esse período, Fraser observa que esse processo migratório desencadeou algumas alterações, tanto na estrutura social e política dos países como também na organização social cigana. Algumas dessas modificações foram o deslocamento da ênfase no grupo para a família nuclear e o enfraquecimento das lideranças, a partir da assimilação que eles estavam fazendo dos modelos ocidentais de competitividade.

³⁰ A contaminação dentro da cultura cigana diz respeito tanto às relações interculturais que podem provocar alterações na cultura de origem como também de um conjunto de normas que eles observam quanto à manipulação de objetos de higiene e utensílios domésticos. Em relação a isso, pude observar, durante a realização da pesquisa de campo, que os grupos tradicionais são os que ainda preservam os costumes conforme a “contaminação”. Penso que, por tratar-se de algo bastante complexo, alguns grupos tenham feito a opção por uma vida mais prática. Alguns ciganos com os quais conversamos sobre essa questão criticam os grupos tradicionalistas, chamando-os de atrasados.

2.2 O INÍCIO DA LONGA ESTRADA EM DIREÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Nós, ciganos só temos uma religião: a liberdade.
 Em troca dela renunciamos à riqueza, ao poder, à ciência e a sua glória.
 Vivemos cada dia como se fosse o último.
 Quando se morre, se deixa tudo: um miserável carroção ou um grande império.
 E nós cremos que naquele momento é muito melhor ter sido ciganos do que reis.
 Não pensamos na morte. Não a tememos, eis tudo.
 O nosso segredo está em gozar a cada dia as pequenas coisas
 Que a vida nos oferece e que os outros homens não sabem apreciar;
 Uma manhã de sol, um banho em uma nascente,
 O olhar de alguém que nos ama.
 É difícil entender estas coisas, eu sei. Cigano se nasce.
 Gostamos de caminhar sob as estrelas
 Contam-se coisas estranhas sobre os ciganos.
 Dizem que lêem o futuro nas estrelas e que possuem o filtro do amor.
 As pessoas não crêem nas coisas que não sabem explicar.
 Nós, ao contrário, não procuramos explicar coisas nas quais cremos.
 Nossa vida é simples, primitiva.
 Basta-nos ter o céu por telhado,
 Um fogo para nos aquecer e as nossas canções quando estamos tristes.
 (Vittorio Mauer Pasquale/cigano Spatzo)

No período pós-guerra uma parte da Europa passou a ser dirigida pelo regime comunista, que tinha como propósito oferecer melhores condições de vida para seus cidadãos, inclusive para as minorias étnicas.

A União Soviética, que nos anos anteriores à Segunda Guerra, já havia iniciado alguns avanços na garantia de direitos à população cigana, retrocedeu, no pós-guerra, passando a declarar ilegal o nomadismo. Ainda com relação a direitos, a Polônia foi o primeiro país do bloco comunista a tentar de fato integrar os ciganos, oferecendo-lhes moradia, trabalho e facultando livre acesso das crianças ciganas à escola. Para os adultos, foram organizadas “oficinas cooperativas”, idealizadas a partir das próprias vocações e habilidades dos participantes e de suas atividades tradicionais. A existência de numerosa população nômade comprometia o bom andamento dos projetos. Dessa forma, no ano de 1964 a Polônia adotou algumas medidas na tentativa de frear as constantes migrações ciganas.

A Hungria, em 1958 instituiu um comitê consultivo cigano, que foi desarticulado em 1960, após a consideração de que os ciganos não constituíam uma minoria etnia nacional. Nos anos seguintes foram fundadas outras instituições,

com o objetivo de reiniciar o diálogo com o governo.

A Tchecoslováquia, em primeiro lugar, pretendia oferecer moradia, emprego e escola, a fim de forçar a assimilação dos ciganos. Em 1958, todas as crianças ciganas deveriam estar na escola, as famílias deveriam estar assentadas, e às que não estivessem lhes seria negado trabalho. Quanto aos nômades, teriam seus carros queimados, seus animais mortos e suas casas incendiadas, o que de fato aconteceu. Tais acontecimentos surtiram o efeito desejado, pois a população nômade praticamente desapareceu. Quem não se submeteu passou a ser ignorado pelas autoridades.

Na Romênia os ciganos não eram nem mesmo reconhecidos como minoria étnica. Somente nos anos setenta o governo, percebendo o forte interesse destes pelo trabalho assalariado, na indústria e nas cooperativas, resolveu desenvolver um processo de sedentarização sem, no entanto, reconhecê-los. Os ciganos também foram obrigados a conviver em guetos urbanos ou em zonas rurais, ambos em condições deploráveis.

A Bulgária, por sua vez, levou trinta anos no processo de assimilação dos ciganos. Durante esse período, várias medidas foram tomadas, dentre elas a proibição da realização de viagens, a obrigatoriedade de ingresso no trabalho formal, o desmonte dos bairros ciganos, a obrigatoriedade do ensino técnico para os jovens, a proibição de publicações como periódicos e jornais, a substituição dos nomes de origem turca por eslavos, a eliminação do termo “cigano” de documentos e registros, e, por fim, a proibição do exercício de atividades musicais do folclore turco ou de outra nacionalidade estrangeira. Apesar de lhes terem sido impostas uma série de proibições, a vida dos ciganos na Bulgária, devido aos favoráveis aspectos econômicos, os levou a um processo de adaptação ao estilo de vida búlgara sem grandes contratemplos.

O fato de a Iugoslávia ter se constituído no país onde vivia o maior contingente de ciganos do Leste Europeu exigiu que as autoridades locais passassem a elaborar políticas multiculturais, iniciando por conceder aos ciganos o status de minoria étnica e reconhecendo sua nacionalidade. O termo “cigan”, carregado de intencionalidade racista, foi substituído por “rom” principalmente por iniciativa da mídia, que passou a produzir programas falados em “romani”, que a partir de 1983 também foi implantado em várias escolas primárias. A dificuldade de

assiduidade à escola se tornou um elemento dificultador para o aprendizado das crianças ciganas. Muitas delas, entretanto, conseguiram concluir seus estudos e se tornaram profissionais liberais. Outros optaram por realizar trabalhos esporádicos, e muitos seguiram os passos de seus antepassados, praticando as mesmas atividades destes: a fabricação de artefatos de cobre ou de ferro, a leitura do futuro ou a simples mendicância. Mais recentemente, alguns trocaram as tendas por furgões e vivem nos subúrbios dos grandes centros urbanos comercializando objetos novos e usados.

Na Europa Central a mudança da legislação acerca da etnia cigana aconteceu de maneira distinta das demais regiões. As principais preocupações giravam em torno de questões como moradia, emprego, educação e controle sanitário. Cada país instituía suas prioridades a partir das demandas emergentes, mas, de modo geral, a moradia era sempre um elemento chave, em virtude das limitações territoriais às quais está sujeita a Europa. Assentar grandes contingentes, portanto, torna-se sempre um problema complexo. As questões sanitárias, por sua vez, se apresentavam de fácil resolução.

O que de fato se configurou como um grande desafio, entretanto, foi a educação. Aconteceram tentativas por iniciativas de vários segmentos: governo, ONGs, voluntários e iniciativa privada. Todos envidaram esforços no intuito de contribuir para a inclusão cigana em espaços educacionais. Mesmo assim, muitos não lograram êxito, pelos seguintes motivos: a prática do nomadismo, que dificultava a assiduidade das crianças às aulas, o déficit de conteúdo, que desencadeava constantes protestos por parte da comunidade dos não-ciganos, que os acusava de tirarem vagas públicas dos que tinham melhores condições de acompanharem os conteúdos. E, por último, conflitos sociais gerados por uma atitude de constante desconfiança e preconceito contra as crianças ciganas.

Se observarmos os elementos apontados como dificultadores do acesso e da permanência das crianças e dos jovens ciganos a escola, vamos identificar que nos dias atuais eles são os mesmos. Essa constatação nos remete a diferentes questionamentos por exemplo: seriam os elementos culturais os responsáveis pela permanente precariedade da relação dos ciganos com a escola? ou desde muito tempo as políticas públicas não conseguem ou não se interessam de fato por essa questão?

No cenário internacional, as discussões sobre as questões ciganas resultavam freqüentemente em inúmeras sugestões e opiniões que, ao serem colocadas em prática, apresentavam sérias limitações e impossibilidades. Os Ministros, a Assembléia e alguns órgãos do Conselho Europeu, que representavam a maior parte dos países não-comunistas, elaboraram algumas “soluções e recomendações” que demonstravam suas insatisfações quanto à situação de discriminação e desamparo em que se encontravam os ciganos. Nesse sentido eles sugeriam que medidas reparadoras fossem efetivadas.

A forma como vinham sendo tratadas as populações ciganas e a ineficiência de políticas sociais chamou a atenção da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, que, a partir de 1977, começou a dedicar mais atenção a essa causa.

A Comunidade Européia iniciou, no ano de 1984, um trabalho pela necessidade de inclusão dos ciganos, principalmente no que diz respeito à educação. Em maio de 1989, o Conselho de Ministros Europeu emitiu um comunicado alertando sobre a necessidade de se realizar um esforço global removendo os principais obstáculos para que as crianças ciganas nômades tivessem acesso à escola, e ainda para que a educação tivesse como pressuposto o respeito às diferenças culturais e as aulas fossem ministradas por profissionais devidamente preparados. Apesar das recomendações do Conselho, a tarefa não se apresentava tão fácil, pois dos quase meio milhão de crianças, a metade nunca havia ido à escola, e, da outra metade, somente trinta a quarenta por cento ia com certa assiduidade.

No caso dos adultos, a situação era ainda mais grave, tendo em vista que em torno de cinquenta por cento deles eram analfabetos. No ano de 1990, durante a reunião do Congresso de Seguridade e Cooperação na Europa, foi assinado um tratado em que trinta e quatro governos de países europeus se comprometiam em garantir direitos fundamentais às minorias étnicas, condenando qualquer tipo de atos discriminatórios. Apesar da boa intenção dos governos em repararem injustiças e perseguições, a sociedade européia não se sensibilizou.

Com a derrubada do totalitarismo, o Leste Europeu entrou em uma grave crise econômica. As populações da Hungria, da Bulgária, da Romênia, da Tchecoslováquia e da Polônia passaram a responsabilizar os ciganos por suas

dificuldades e começaram a promover uma série de ataques a esses grupos. Sobre esse período, José Marin³¹ observa, que os ciganos por não possuírem capacidade de organização e representação política e pela ausência de mediadores, (ao desaparecer completamente o Estado autoritário, controlador e paternalista, a antiga União Soviética) se viram sem nenhuma condição de fazer valer seus direitos. Dessa forma, alguns se renderam aos processos de assimilação e integração, outros caíram numa situação de delinquência e marginalidade. Os que resolveram resistir optaram pela imigração, tendo sido a Alemanha o primeiro destino escolhido. Posteriormente eles se deslocaram até a França, onde conseguiram instituir espaços de resistência e sobrevivência.

De 1990 a 1993 os ciganos, particularmente os do Leste Europeu e da Alemanha, foram vítimas freqüentes de perseguições por parte de policiais e da população. Com o surgimento, em 1993, do Mercado Único da Comunidade Européia, que de uma certa forma facilitava a circulação entre os países, a população cigana novamente se viu diante da possibilidade de exercer com maior liberdade o direito de ir e vir.

Somente no ano de 1994 é que a União Européia promulgou uma Resolução que ratificava alguns aspectos já colocados pelo Conselho e reconhecia o povo Rom como uma das mais significativas minorias étnicas da EU (DHNE, 2007). Ainda no ano de 1994 aconteceu em Sevilha o I Congresso Cigano da União Européia, que teve como foco questões ligadas aos direitos sociais. Posteriormente, os ciganos realizaram quatro congressos mundiais com a presença de vários países, representados por seus delegados, em um momento em que inúmeras propostas foram amplamente apresentadas e discutidas. Dentre todos os congressos, um dos mais importantes foi o Internacional Rom, que aconteceu em 1991. Nesse evento foi elaborado um documento contendo um conjunto de orientações e estratégias políticas para os Rom, bem como para todos os viajantes.

A Europa, por ter se constituído no local para onde inicialmente os ciganos se deslocaram, é hoje o continente com maior população cigana, espalhada por grande parte de seu território e dividida em diversos clãs. Apesar disso, em momento algum o povo cigano foi reconhecido ou identificado como patrimônio

³¹ Trecho retirado de entrevista concedida à autora, pelo Prof.dr.José Marin, no dia 15/11/2006, durante a realização do II Colóquio Internacional de Intercultura e Sustentabilidade, promovido pelo núcleo Mover de pesquisas interculturais, ced/Ufsc. O Prof. José Marin é professor da Universidade de Genebra.

cultural. “Os ciganos sempre foram desprezados e mesmo vilipendiados pelas populações européas que atravessavam em sua marcha, as quaes, por natural escrúpulo, evitavam mescla com elles” (CHINA,1936). Ao observarmos a data em que foi feita essa afirmação, poderemos constatar que o tratamento desumano e desigual a que os ciganos estão expostos não é novo.

Mesmo após a Segunda Guerra Mundial, quando centenas de ciganos foram exterminados pelo holocausto, e entidades ciganas foram criadas para lutar por seus direitos, nenhuma delas foi bem sucedida. Marín aponta que a ausência, nos registros históricos oficiais, do massacre de meio milhão de ciganos, deve-se ao fato deles não terem possuído nenhum representante político, intelectual ou de grupos econômicos que denunciasses essa situação “trágica”. Ele ainda ressalta que, em relação ao holocausto, se os ciganos tivessem recebido de volta os bens que lhes foram confiscados e as indenizações pelos crimes cometidos contra eles, não estariam hoje na condição miserável em que se encontram (MARÍN,2006).

Atualmente a Europa tem avançado muito em suas legislações no que diz respeito ao reconhecimento de direitos fundamentais e coletivos. As questões envolvendo território³² e minorias étnicas vêm se destacando na agenda dos Estados-nacionais em regime de urgência. Como observa Melucci (2001), nos dias atuais, “até em virtude de números conflitos que vêm ocorrendo no mundo, as lutas étnico-nacionais têm recolocado, no centro das atenções, o papel da identidade étnica”. É importante situar, como principal causa do aparecimento desses conflitos, a velocidade com que a “mundialização” tem se deslocado em direção às culturas na tentativa de homogeneizá-las, particularmente as culturas minoritárias. No entanto, no que diz respeito aos ciganos europeus nos dias de hoje, Marín (2006) explica que se trata de uma situação muito difícil, particularmente na Espanha, onde, “existem pais de família que tiram seus filhos da escola porque lá existem crianças Cigana”³³.

³² Os conceitos de território têm se alargado para além da concepção geográfica. Para Gehlen e Riella, o conceito de território inclui “a noção de *patrimônio sociocultural*, e a *necessidade de mobilização dos recursos e das competências através de atribuições de responsabilidades sociais, por meio de processos participativos. A mobilização do patrimônio local induz a redinamização do território, através de novas modalidades de integração e de valorização dos recursos e dos produtos locais, como componentes do patrimônio sociocultural coletivo*”. Ivaldo Gehlen, professor do Departamento de Sociologia e dos Programas de Pós-Graduação de Sociologia, de Desenvolvimento Rural e de Agronegócios da UFRGS. Alberto Riella, professor do Departamento de Sociologia – Universidad de la República (Uruguai), Doutor em Sociologia – UFRGS. www.scielo.br/scielo.

³³ Traduzido do espanhol para o português pela pesquisadora.

Ele comenta que as pessoas costumam atribuir aos ciganos situações envolvendo drogas, violência e todos os problemas. Denuncia, ainda, que os ciganos encontram-se numa condição de sobrevivência “desesperada”, e que a situação está muito mais difícil hoje do que no passado, já que eles atualmente se encontram sob o controle da polícia, da sociedade e das fronteiras. Enfatiza ainda que a Europa está num processo de “precariedade das políticas sociais” no qual as políticas neoliberais estão destruindo as que foram construídas há muito tempo. Ele coloca que, além disso, essas dificuldades estão fazendo sofrer toda a sociedade, fazendo-a, portanto, sentir a necessidade de encontrar culpados. “Assim é que se busca, através da mídia, responsabilizar os imigrantes pelo desaparecimento dos postos de trabalho e os ciganos pelo enrudecimento da violência e da degradação” (MARÍN,2006). As sociedades multiculturais europeias, na concepção dele, possuem processos de assimilação cultural, não existindo respeito ou reconhecimento das identidades culturais, nem tampouco vontade política ou mediadores que ajudem a elaborar programas para essa população.

2.2.1 Da invisibilidade à conquista de direitos fundamentais

A corrente histórico-sociológica no Brasil, tratou de todas as questões relativas à nossa formação étnica, analisou todos os aspectos predominantes da nossa “gens”, mas deixou à margem, esquecida, pequena parte dessa “gens”, um elemento que, embora frágil, concorreu e concorre ainda donde há de surgir o tipo brasileiro. Esse elemento é o cigano. (CHINA, 1936).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 não contém artigo ou inciso que trate especificamente da minoria cigana. No entanto, se “são considerados brasileiros todos os nascidos na República Federativa do Brasil” (CF, Art.12º, “a”), aos ciganos que aqui nasceram também lhes é assegurado, nos termos da Lei, os mesmos direitos de qualquer cidadão brasileiro. Nesse sentido a Constituição traz as seguintes disposições:

Cap.I Art. 5º: “todos são iguais perante a lei, sem restrições de qualquer natureza garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros, residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, igualdade, à segurança e à propriedade”.

Esse artigo, no que diz respeito aos ciganos e às outras minorias étnicas, vem sendo negligenciado. É possível constatar esse fato nos depoimentos dos ciganos, quando interrogados sobre desigualdade, ao responderem que, “se com seus avós foi assim, e com seus pais também, com eles é que não haveria de ser diferente”³⁴. Para os ciganos, as questões como, igualdade e propriedade sempre foram de pouca relevância. Na verdade, a liberdade é o que se constitui para eles em um valor inexorável, como eles próprios costumam expressar ao afirmarem que sua liberdade não tem preço. Por esse motivo é que os ciganos não admitem a simples possibilidade de estabelecerem vínculo empregatício com quem quer que seja. No máximo, em alguns períodos, eles realizam trabalhos sazonais. “Para eles a escravidão é um dogma, a disciplina um código medieval; tudo pró-sociedade” (CHINA, 1936).

No que diz respeito à propriedade, se no passado, por sua condição nômade, os ciganos não lhes atribuíam muita importância, hoje está na pauta de suas principais reivindicações. No entanto, a demanda por território, emergida a partir das atuais interlocuções de representantes ciganos com o Governo, não possui as mesmas características, por exemplo, da dos indígenas. Os ciganos por sua tradição nômade, dificilmente reivindicariam um espaço definitivo de moradia, pois, na concepção deles, sua casa é o mundo. A reivindicação deles é por áreas urbanas em cidades com população superior a duzentas mil pessoas que seriam cedidas pelas prefeituras, em comodata aos grupos nômades, por um tempo determinado, e deveriam contar com instalações sanitárias, elétricas, água, áreas coletivas de cozinha e lavanderia, além de telefone público.

Sobre territorialidade, a Constituição no mesmo Art.5º, XV, afirma que é livre a locomoção no Território Nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens, (CF, 1988). Apesar do direito constitucional de ir e vir, a violência tem se constituído num dos principais fatores de sedentarização dos ciganos. A insegurança dos acampamentos e a constante perseguição de fiscais municipais, vigilância sanitária e polícia têm sido uma ameaça a um hábito milenar que é o nomadismo.

³⁴ Diário de campo n° 7.

Assim era há anos. Hoje, é o mesmo. Seus costumes persistem. Apenas mudaram de habitat. Alheios à civilização e progresso expulsaram-os, com suas violências iníquas, mais para o fundo, além dos sertões paulistas, para Mato Grosso, para Goyaz, para Minas. Repetiu-se e repeti-se ainda, o crime que os afugentou, nos tempos da escravidão, do jugo luzitano, fugiram dos índios, de medo das cadeias nos colônias os autochtones para os confins dos sertões [...]. (CHINA, 1936).

Como se vê, os ciganos de longa data abominavam e temiam a violência, contradizendo assim aqueles que os classificam de arruaceiros, brigalhões, etc. Ao comentarem sobre a insegurança da vida em barracas, os ciganos fazem o seguinte depoimento, “o que nos salva é que a maioria dos ladrões tem medo de cigano, mal sabem eles que nós é que morremos de medo deles”³⁵.

Nesse sentido, Curitiba (PR) é a primeira cidade brasileira a designar uma área devidamente estruturada para o acampamento provisório de caravanas ciganas de passagem por essa cidade. Normalmente, o que ocorre é que os grupos ciganos, a fim de garantirem sua segurança, ao chegarem em um local novo, alugam um terreno, ficando, dessa forma, além de um pouco mais resguardados, livres dos incômodos causados pelos órgãos de fiscalização e repressão. Quando se trata de ciganos com situação financeira precária, as dificuldades se tornam ainda maiores, pois, além de terem que lidar com a insegurança, na maioria das vezes ficam sem água, sem luz e sem ter onde satisfazerem suas necessidades fisiológicas. Em alguns lugares, conseguem negociar com os moradores a compra de água, e muitas vezes até de energia.

O Art.5º XLI também coloca que a lei punirá qualquer discriminação aleatória dos direitos e liberdades fundamentais (CF, 1988). Os ciganos, como já mencionado, naturalizaram o tipo de tratamento que as sociedades não-ciganas têm, ao longo do tempo, dispensado a eles. Alguns demonstram, em seus depoimentos, que reconhecem esses direitos por terem nascido no Brasil e por pagarem impostos nos produtos que utilizam ou consomem. Para eles, no entanto, a luta pela sobrevivência é o que existe de fundamental e que por possuírem um trabalho autônomo, o tempo torna-se um elemento valiosíssimo. Qualquer outra demanda que possa lhes subtrair tempo é considerada de menos valor, sem importância. Ao longo de sua existência, eles se estruturaram de tal forma que os

³⁵ Diário de campo nº 12.

rumores do mundo à sua volta não têm a menor ressonância em suas vidas.

Durante a realização da pesquisa, em momento algum presenciamos conversas sobre fatos de outro cotidiano que não fosse o deles. Para a sociedade não-cigana, isso pode parecer estranho, mas, para alguns estudiosos, talvez tenha sido essa uma de suas formas de preservação. Os ciganos possuem bastante dificuldade de se inserirem em estruturas sociais normativas. A esse respeito, Marin observa que, “pela própria necessidade de preservação é que eles se tornam refratários a qualquer tipo de tutela ou de utilização de sua cultura por interesses políticos ou econômicos” (MARIN, 2006). Apesar de respeitarem e se adequarem às leis das sociedades onde vivem ou passam, internamente dispõem de um outro tipo de organização.

Devido a essa dificuldade, não somente do povo cigano, mas também de outras minorias étnicas, foi que a Constituição Federal atribuiu ao Ministério Público a incumbência de promover, a princípio, a defesa dos povos indígenas (CF, art 232), e, posteriormente, com a instituição da Lei complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, ampliou essa medida às minorias étnicas (Art.6 VII, “c”).

Em abril de 1994 foi criada a Câmara de Coordenação e Revisão dos Direitos das Comunidades Indígenas e Minorias Ciganas (DHNET, 2007). Apesar dos dispositivos acima mencionados, nesse período as políticas públicas brasileiras pouco avançaram para a concretização de direitos.

Somente em 2006 o Ministério da Cultura, ao criar a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (SID/MinC), que tem por atribuição promover o diálogo e o debate com diferentes segmentos representativos da Diversidade Cultural Brasileira, deu início a um processo de interlocução com diversos grupos que constituem o patrimônio cultural do Brasil, dentre eles os ciganos. Nesse sentido, foi instituída a Portaria Ministerial nº 2 de 17/01/ 2006, que criou alguns grupos de trabalho para pensar e construir políticas para essas minorias. Um desses grupos é o GT Cigano, composto por alguns representantes ciganos, pesquisadores, estudiosos, além de representantes governamentais.

Outra medida adotada pelo MinC foi a instituição do dia 24 de maio como

Dia Nacional do Cigano³⁶. O decreto foi assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2006, em reconhecimento à importância da etnia cigana no processo de formação do patrimônio histórico e cultural do Brasil.

Além disso, os Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, desde 2004 passaram a desenvolver ações visando a elaboração de uma política nacional voltada para o desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais brasileiras, dentre elas as ciganas. A publicação do Decreto de 27 de dezembro de 2004 criou a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, composta inicialmente por representantes de sete órgãos da administração pública federal, a quem compete estabelecer uma política nacional de desenvolvimento sustentável para essas comunidades (MMA, 2007), com ênfase no reconhecimento, no fortalecimento e na garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos, religiosos e culturais, de respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

Em maio desse mesmo ano foi lançado oficialmente o dia Nacional do Cigano. Durante a solenidade, o secretário da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, Sérgio Mamberti, anunciou que o Brasil terá o primeiro diagnóstico sociocultural sobre os povos tradicionais e minorias étnicas. Referindo-se aos ciganos, ele explicou que é do interesse do governo conhecer aspectos relativos “aos saberes, fazeres e modos de vida dos povos ciganos”. Ainda sobre isso ele ressaltou que o censo não visará somente à obtenção de dados quantitativos, e que o protocolo de cooperação para realização de censo será firmado ainda em 2007. Sobre o número de ciganos no Brasil, o que existe hoje são somente estimativas³⁷.

A cerimônia foi realizada no Ministério da Justiça e contou com a presença de aproximadamente 80 representantes da etnia cigana. Na mesma ocasião

³⁶ O dia 24 de Maio é o dia consagrado em todo o mundo pelos ciganos à Santa Sara. Segundo a lenda mais aceita pelos ciganos, trata-se de uma escrava de cor parda que desembarcou em Camarque na França, acompanhando as três Marias, Madalena, Jacobé e Salomé desde a Palestina em sua viagem mitológica (MELLO FILHO:51,1886).

³⁷ Dados obtidos no site do Ministério da Cultura do Brasil/MinC. Segundo estimativa da APRECI (Associação de Preservação da Cultura Cigana), uma das entidades representantes da comunidade, com sede em Curitiba (PR), os ciganos brasileiros chegam a 1 milhão, dos quais 600 mil vivem sem residência fixa. <http://www.pnud.org.br/raca/reportagens.pg>, acessada em 06/08/2007. Conforme dados da Pastoral dos Nômades do Conselho Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), existem cerca de 800 mil ciganos no País

aconteceu o lançamento da Cartilha de Direitos da Cidadania Cigana, elaborada pela Secretaria de Direitos Humanos (Sedh); do selo e carimbo alusivos à data, pela Empresa de Correios e Telégrafos (ECT); entrega do relatório de atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho para as Culturas Ciganas, do Ministério da Cultura, além da assinatura de um termo de compromisso com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para o levantamento do patrimônio cultural e imaterial cigano. Foi divulgado ainda que no ano de 2007 também haverá o lançamento de edital do primeiro prêmio Culturas Ciganas, no valor de R\$ 200 milhões, de onde serão selecionados 20 projetos que se destacarem na valorização cultural desses povos.

Todas essas medidas por serem muito recentes ainda não permitem que vislumbremos quais serão suas possíveis repercussões tanto no contexto cigano quanto na sociedade não-cigana. Durante a realização da pesquisa, conseguimos identificar a dificuldade que os ciganos têm em relação a outros contextos sociais e políticos que se diferenciem daquilo que eles possuem como referência. Quando mencionávamos a participação de alguns representantes ciganos nas discussões com o Governo e outras minorias étnicas, o que observávamos era que eles não reconhecem essas pessoas como seus representantes colocando muitas vezes em dúvida a lisura dessa representação.

O que estamos aqui tratando são de processos históricos cristalizados, de paradigmas, de estruturas de poder e de subalternidades. Todos esses elementos constituem um conjunto de elementos que permeiam essas relações sociais desde épocas remotas e que não é de um momento para outro que a realidade poderá ser alterada. O importante nisso tudo é que o primeiro passo foi dado e que dependendo da intencionalidade com que as relações ocorram as mudanças acontecerão naturalmente dentro de uma temporalidade própria que esses processos demandam. Não devemos acreditar, entretanto que o fato dos ciganos permanecerem nas “margens” os tornem seres alienados das situações cotidianas das sociedades não-ciganas. O fato deles não se importarem com esses acontecimentos não significa que eles não os desconheçam.

Nesse sentido não podemos desconsiderar que o Brasil hoje, passa por uma, senão pela pior crise no que diz respeito a credibilidade de seus representantes e de suas instituições. Esse elemento quando considerado num

contexto caracterizado por discriminações, injustiças e ausências adquire uma relevância substancial.

Um ponto importante dentro das mediações do governo brasileiro com os representantes ciganos foi a proposta de produzir materiais informativos sobre programas sociais aos quais os ciganos têm direito: cursos profissionalizantes, estímulo à formação de cooperativas e principalmente a implantação de programas de alfabetização e escolarização infantil e adulta. A questão da escolarização é um ponto nevrálgico em relação às culturas ciganas. Existe uma unanimidade entre os representantes ciganos brasileiros quanto à importância do acesso dos ciganos aos espaços e processos educacionais. A dificuldade surge quando se começa a pensar primeiramente em termos metodológicos sem que se tenha conhecimento das concepções dos ciganos sobre educação e sobre que significados eles atribuem à escola, particularmente quando posta em relação à educação intra-étnica. Foi buscando conhecer um pouco desses aspectos que buscamos, através das falas dos sujeitos e da mediação de alguns autores, realizar o estudo de caso que apresentaremos no item seguinte.

2.3 FAMÍLIA IVANOVICHI: UM ESTUDO DE CASO MATIZADO POR UM OLHAR ETNOGRÁFICO



E não é pequeno, desgraçadamente, o número desses infelizes nômades que, ao Deus dará, mercê da esmola e do roubo, cruzam os nossos sertões. São aos milhares.

E qual a causa disto?

– As falhas de nossa educação.³⁸

A família Ivanovichi: A residência da família Ivanovichi está situada no bairro Pagani, localizado no município de Palhoça³⁹. A área em que residem faz parte de um condomínio de casas de classe média que conta com uma boa infra-estrutura: possui água, luz, saneamento básico, transporte coletivo, telefones públicos e pavimentação.

O primeiro contato com essa família foi muito espontâneo. Na ocasião fomos recebida por Rosa, para quem falamos sobre a pesquisa que pretendíamos realizar. Ela disse-nos que sua família se sentiria muito honrada em poder contribuir com o estudo, pois iríamos escrever sobre eles e seu povo.

A família de Rosa é composta por seis pessoas: Fábio, o esposo; Eduardo, o filho de 17 anos; Milena, de 12; e as gêmeas Estela e Estefani, de 3 anos. Rosa nasceu em Brusque, é filha de pai cigano, falecido, de descendência italiana, e de mãe brasileira. Sua pele é morena, os olhos, profundos, castanho-escuro. Os cabelos são longos, como os de todas as ciganas, e sua forma de vestir, apesar de só usar saias, difere um pouco das ciganas tradicionais que costumam usar roupas muito coloridas e saias rodadas. Fábio é filho de pai cigano argentino, de descendência italiana, sua mãe é nascida em Urussanga/SC e possui descendência italiana.

³⁸ Augusto de Oliveira e Sousa escreveu sobre os ciganos o artigo intitulado “Questões Sociais”, tendo por subtítulo “Os ciganos Brasileiros”, publicado na seção “Debates e pesquisas”, do n° 63 da “Revista do Brasil”, de março de 1921. (nota do autor).

³⁹ O município de Palhoça localiza-se a 15 km de Florianópolis, entre o litoral e a Serra do Mar. Sua população estimada em 2006 é de 128.102.hab. Possui área territorial de 395km². Palhoça tem sua formação étnica composta basicamente por povos de origem portuguesa, açoriana, italiana e alemã.

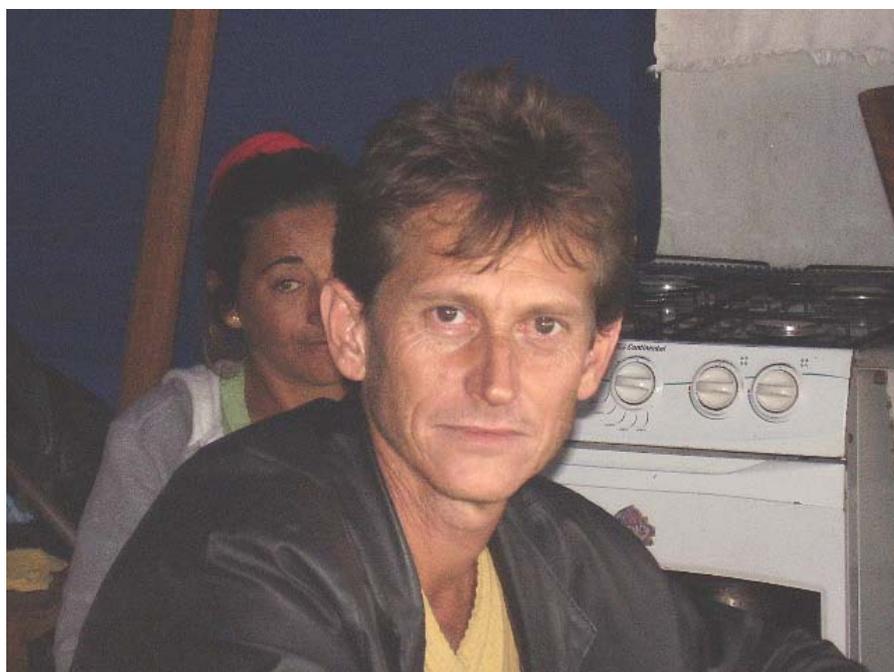


Essa miscigenação dos ciganos com pessoas não-ciganas é um fenômeno muito observado no Brasil. Sobre isso, Rosa comenta que é cada vez mais comum o cigano homem casar com mulheres que não são ciganas, ou seja, “brasileiras”⁴⁰, como eles costumam chamar. Esse fato evidencia questões de gênero quando ao homem cigano é permitido o casamento com mulher não-cigana enquanto que para as mulheres há um interdito nesse sentido. Ao questioná-los sobre a razão disso, eles justificavam dizendo que é mais fácil uma mulher não-cigana adaptar-se aos costumes deles e submeter-se ao esposo e conseqüentemente aos sogros do que o homem. Segundo eles, o homem em qualquer sociedade é o cabeça, é quem determina, direciona e que portanto é mais difícil ele adaptar-se aos costumes e tradições da esposa do que o contrário.

Ao longo da pesquisa, só conhecemos um homem que não sendo cigano casou-se e foi “aceito” pelos demais. Ele narrou-nos todos os obstáculos que ele enfrentou até concretizar seu objetivo. Hoje ele se diz plenamente adaptado aos hábitos culturais da esposa, mas reconhece que apesar de passado tantos anos, os

⁴⁰ Os ciganos desse grupo chamam de “brasileiras”, todas as pessoas não-ciganas bem como aos ciganos que não são “puros”, ou seja, não possuem descendência de pai e mãe ciganos.

ciganos não o consideram como um deles. Essa colocação foi-nos possível constatar quando, durante um dia inteiro de festa na qual estivemos presentes, observamos que ele ficou praticamente isolado, salvo alguns momentos em que o filho ou a esposa a ele se dirigiam. Sobre essa questão, em um dos encontros com a mãe de Fábio, ela nos relatou sobre os obstáculos encontrados por ela para casar-se com um cigano. Segundo ela, tanto a sociedade de Urussanga/SC quanto a cigana não viram com bons olhos essa união, advindo disso grande dificuldade, principalmente preconceitos.



Fábio é um homem bastante calado e discreto, está sempre preocupado com questões familiares e financeiras. Eduardo, o filho mais velho, é um belo jovem, moreno de olhos grandes e bastante vaidoso. Frequentou a escola, mas depois de certo tempo sua atenção voltou-se para as atividades comerciais de seu pai e tios. Como anteriormente referido o trabalho para os ciganos possui conotações bem distintas do que para as demais sociedades. Nesse sentido eles são bastante enfáticos quando comentam sobre a importância do trabalho, pois, além de garantir a sobrevivência da família, o trabalho autônomo também lhes assegura a independência dos processos que fazem parte das relações trabalhistas e que para

eles configura-se como escravidão. Esse traço cultural é algo tão marcante na trajetória dos ciganos que nem mesmo a Revolução Industrial foi capaz de alterá-lo.



Milena é a filha do meio, é branca, possui cabelos ondulados e olhos claros. Quando iniciamos a pesquisa ela cursava o ensino fundamental e desejava tornar-se professora. A menina cigana, entretanto, é desde muito cedo preparada para o casamento, dessa forma, sua passagem pela escola é muito curta. Dessa forma foi que apesar de suas pretensões, pouco tempo depois de iniciarmos a pesquisa, Milena foi retirada da escola pelos pais. Esse momento foi um momento que nos suscitou muitas inquietações e reflexões. Rosa percebendo que esse fato iria de certa forma nos causar admiração, procurou ir aos poucos deixando claro que a saída de Milena da escola era algo definitivo e não por necessidade de uma cooperação maior dela em casa como havia dito num primeiro momento.

Tentamos elaborar todas as reflexões atentos para que nossos valores não se sobrepusessem a condição de pesquisadora. Confessamos que foi o momento em que mais nos sentimos desafiadas, tentadas por uma concepção adquirida, de que os saberes de fato estão confinados nas instituições formais de educação. Essa

experiência, no entanto nos permitiu alargar o campo de leitura e apreensão de mundo e dessa forma compreender que as culturas, metaforicamente falando, se assemelham a um labirinto e era em meio a esse labirinto que muitas vezes nos víamos. Buscávamos saídas, respostas, algumas delas que só agora começamos a perceber e outras tantas que desapareceram com o labirinto.

A família Ivanovichi faz parte de um grupo cigano bastante numeroso, com cerca de trinta pessoas, em sua maioria sedentária que vive também no município de Palhoça. Um outro grupo da mesma família, de aproximadamente quarenta pessoas, reside em Piçarras e Tijucas, ambos municípios catarinenses. Essa família também possui alguns membros nômades que se locomovem pelos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Quando os conhecemos, eles viviam em uma grande barraca, que por sinal foi motivo de alguns conflitos tanto com os moradores do condomínio quanto com a fiscalização da Prefeitura de Palhoça.

O fato é que, ao comprarem o terreno de terceiros, a família não foi informada de algumas cláusulas contratuais específicas desse tipo de condomínio. Ocorreram muitas discussões até que eles conseguissem deixar claro que, para eles, “barraca” é casa, e que não tinham, pelo menos por enquanto, nenhuma intenção de construir outro tipo de residência. Quanto aos órgãos públicos, após provarem, por meio de documentação, serem os legítimos proprietários e cumprirem com algumas exigências sanitárias, foram enfim deixados em paz. Depois de algum tempo, no final de 2006, iniciaram a construção de uma edícula, a fim de tornar possível a realização de pequenas viagens de negócios sem terem que se preocupar com segurança.

A organização social dessa família se dá com a divisão de tarefas, que segue a divisão sexual do trabalho, comum a maioria dos grupos ciganos. À mulher competem os afazeres domésticos, a leitura da mão (sorte) e, em algumas situações, a colaboração ao esposo nas vendas a domicílio. Ao homem cabe garantir o sustento da família e a sua proteção. “Surgindo dos nevoeiros pré-históricos ou não, o certo é que eles altearam-se a perfectibilidade sociológica, no tocante a instituição da família” Mello Moraes (1886). As atividades comerciais da família ocorrem em diferentes regiões do Estado e também se dão de forma coletiva. Um grupo de homens da mesma família se desloca para um determinado local, aluga uma casa por certo tempo, permanecendo nela até que as vendas se esgotem.

Os ciganos, preferencialmente, desenvolvem atividades comerciais ligadas a vendas. Os ciganos com os quais realizamos essa pesquisa trabalham com a venda ambulante de roupas de cama, mesa e banho, sendo que alguns também negociam automóveis. Os meios de transporte têm se constituído em um elemento valioso para a vida nômade dos ciganos, pois, além de serem usados para os grandes deslocamentos, também representam uma moeda de troca. No passado eles utilizavam animais, que foram substituídos por carros. Esse grupo, particularmente, evita que as mulheres saiam para ler a mão ou pedir esmolas, preferindo que elas participem das vendas a domicílio. Essa preferência ocorre por dois motivos: o primeiro é que, com as vendas, elas têm mais garantias de um retorno financeiro imediato; o outro é que muitos grupos de mulheres ciganas costumam freqüentar a Praça XIV, que, segundo o grupo de Rosa, são ciganas mal-educadas, com as quais não querem ser confundidas.

Apesar do pertencimento étnico, a divisão de classes sociais dos grupos ciganos é algo bastante visível. No processo de elaboração da pesquisa, conseguimos identificar além desse aspecto, alguns outros elementos próprios das sociedades capitalistas tais como desigualdade, e individualismo. Em diferentes momentos indagamos, a pessoas do grupo pesquisado, se o fato de haverem ciganos, nas próprias imediações, com dificuldades para acamparem não os preocupavam, ao que eles respondiam que, em virtude de seus muitos afazeres não tinham como largarem tudo para cuidar da vida dos outros.



Os ciganos, apesar de todos os princípios de liberdade que os caracterizam, também estão submetidos aos imperativos do modelo econômico atual. Dessa forma, é muito presente na fala deles seus compromissos bancários, expresso na fala de Ana Lucia⁴¹, quando ela diz: “dona, é muita conta pra pagar, não dá tempo de ir a médico, tem que trabalhar pra pagar os bancos”.

Por estarem quase sempre em grupo, durante a realização deste trabalho houve raros momentos em que mantivemos conversas isoladas. Eles vivem num mundo muito próprio, e mesmo na presença de alguma visita, se eles tiverem algum assunto a tratar, imediatamente começam a falar em sua língua, importando-se muito pouco por estarem interrompendo outra conversa. Nesse sentido, muitos foram os momentos em que isso ocorreu, levando-nos a espaços de silêncio em que tentávamos decifrar, observando as expressões faciais e os gestos, que tipo de elementos e sentimentos estariam presentes naqueles diálogos.

Esse instrumento metodológico, a observação, possibilitou ampliarmos nossa percepção para outras possibilidades de apreensão da realidade. O desenvolvimento dessa habilidade nos permite hoje identificar situações de conflito, de preocupação, de advertência e de repreensão, e, principalmente, o momento de falar e de calar, bem como o de partir. Jamais um cigano mandaria alguém embora de sua casa. Cabe à visita perceber quando está interferindo na rotina dos anfitriões.

Na realização das entrevistas, um dos obstáculos metodológicos encontrados foi a forma como se dão as relações de gênero entre eles. As mulheres raramente estão no mesmo ambiente dos homens. A proximidade das mulheres com os maridos ocorre nos momentos mais íntimos da convivência familiar ou na presença de parentes de primeiro e segundo graus.

A medida que as relações com a família Ivanovichi iam se consolidando, passamos a aprofundar um pouco mais o conteúdo das conversas. Nesse sentido, propusemos à família a elaboração de uma lista contendo o que, segundo eles, seriam os elementos mais importantes de sua cultura e que eles gostariam que relatássemos na pesquisa. Essa proposta tinha como pressuposto dar voz aos sujeitos, buscando identificar aquilo que Geertz (1989) chama de significado. Seria, como ele aponta, “ver as coisas do ponto de vista do ator”. Dessa forma, com a colaboração de Rosa, Milena e Eduardo, selecionamos o casamento, o nascimento,

⁴¹ Diário de Campo n°12.

a morte, as promessas, as doenças, a contaminação, as relações familiares (criança, jovem e idoso), a quiromancia (leitura de mão) e o aconselhamento (o Kriss) como elementos determinantes de sua cultura.

Os casamentos ciganos são normalmente celebrados com muita festa, que pode durar de um a três dias. A união entre jovens ciganos envolve muitos aspectos, desde culturais até econômicos. Os compromissos, na maioria dos casos, são prescritos com vistas à endogamia, e são acordados entre as famílias quando os filhos são ainda bastante jovens. Um exemplo de endogamia, no caso da família Ivanovichi, é Rosa ser casada com Fábio, e a irmã de Fábio, por sua vez, ser casada com o irmão de Rosa. Nessa família existem outros casos semelhantes.

Uma curiosidade em relação aos casamentos entre primos em primeiro grau, nos casos desse grupo, é que não há nenhum dos filhos com deformidades ou anomalias congênitas. A deficiência física em alguma pessoa cigana é um dos únicos empecilhos para que ela se case. Para os ciganos, o celibato não é visto com bons olhos.

A intermediação de um pedido de casamento é feita por parte do pai do pretendente, que, a princípio, demonstra o interesse de sua família em se ligar, por meio da união de seus filhos, à outra família. Esses “arranjos” entre as famílias, em nossa percepção, além de elementos culturais, também estariam presentes aspectos econômicos, o que denota a preocupação deles com a manutenção do status social intra-grupo.

A intermediação paterna como medianeira dos contratos, os usos excêntricos entre os noivos e parentes, a lealdade de revelação que infamava, a prova sacramental do Gade⁴², que assentava sobre a virgindade as bases da família nascente – imprimiam nesses pactos uma característica sem analogias nas nossas camadas populares. (MELLO MORAES, 1886).

Após a oficialização do noivado, os jovens noivos não devem ficar a sós, e raramente se falam. A família da noiva, por sua vez, trata de garantir a integridade da moça e assegurar para que ela chegue virgem ao dia do casamento. O que deverá ser demonstrado aos familiares e convidados, no dia seguinte às núpcias, por meio da exibição de mancha no lençol. Nos dias atuais, esse tipo de ritual vem

⁴² Camisa, ou homem.(nota do autor)

sendo modificado em alguns grupos, entretanto, a importância atribuída a virgindade, ainda é um forte elemento cultural em todos os clãs.

Sobre o móvel cinco lençóis, alvos como uma hóstia, aromatizados com alfazema e salpicados de flores, achavam-se sobrepostos. As janelas fechavam-se, a inquietação transparecia em todos os semblantes: O rito sagrado do gade ia cumprir-se. [...] então nele entravam os desposados e as duas sacerdotisas. (MELLO MORAIS, 1886)⁴³.

Se, no dia das núpcias, que normalmente ocorrem na casa dos pais do noivo, o noivo constatar que sua noiva não é mais virgem, ele pode anular o casamento e pedir a devolução do dote. Esse fato, quando ocorre, é motivo de grande vergonha para a família da noiva, que dificilmente encontrará outro pretendente em seu próprio grupo. “Se a filha não estava pura, o pai, que por instantes acariciara uma ilusão, cobria o rosto de vergonha, lamentava-se soluçando, desvendava o mistério da dor que o pungia” Mello Moraes (1886).

Esse aspecto da cultura cigana é um dos principais responsáveis pela retirada das meninas ciganas da escola logo que elas entram na puberdade. No caso de Milena por exemplo, Rosa foi bastante veemente quanto a isso. Ela explicou que não arriscaria deixar a filha na escola pois poderia acontecer “algo ruim” com ela e depois, como fariam? Em conversa com alguns pesquisadores europeus, fomos informados que a exigência da virgindade da jovem cigana, já não se constitui em algo tão importante para as famílias. Já no grupo pesquisado, como enfatiza Rosa, chegam até mesmo a criticar e exercerem pressão para que seus parentes retirem as filhas da escola.

Ao refletir sobre esse elemento cultural, da forma como ele ocorre no grupo investigado e relacionando isso com a saída de Milena da escola, identificamos que de fato havia ali um obstáculo de certa forma intransponível. Como poderíamos supor que Milena, em seus doze anos arranjará forças e maturidade para confrontar-se com princípios culturais tão arraigados? Essa constatação num primeiro momento nos deu uma profunda sensação de impotência de inconformismo. Essas perturbações, no entanto, nos conduziram ao universo das culturas e adentrar nesse espaço foi o que nos possibilitou estabelecer alguns

⁴³ Relato do ritual de comprovação de virgindade de uma noiva cigana.

diálogos com diferentes autores que nos ajudaram a compreender um pouco sobre os labirintos culturais.

A ida de uma jovem cigana para outra família devido ao casamento significa que ela deverá desligar-se simbolicamente de sua família de nascimento e passar a fazer parte da do esposo, devendo obediência absoluta aos sogros, particularmente à sogra. Nos grupos tradicionais, o filho mais velho, ao casar-se, deve permanecer junto de seus pais, garantindo-lhes apoio e proteção na velhice. No caso de haver irmãos menores, esse dever vai passando de um por um até chegar ao mais jovem. O dote é outra tradição: um valor oferecido pela família do noivo à da noiva, acertado previamente pelas ambas as famílias.

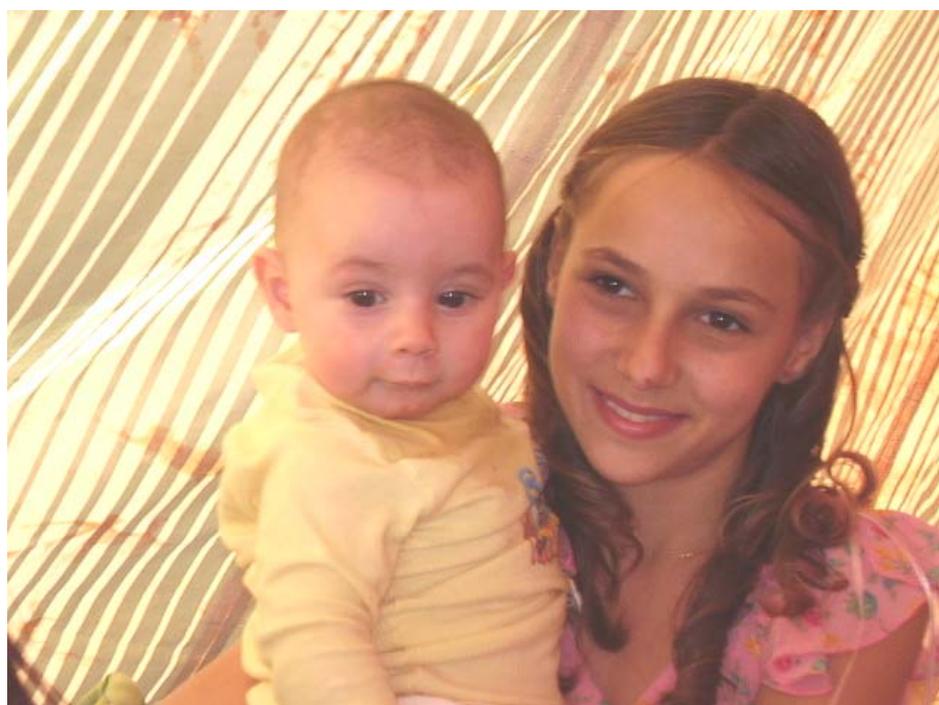
O valor do dote depende, primeiramente, das posses da família do noivo, da idade e da formosura da jovem. No caso dela ter sido casada, o dote pode ser um pouco inferior, já que os ciganos atribuem muita importância à virgindade. Novamente se evidenciam questões de gênero e de classe, pois apesar de não termos questionado, os ciganos nômades de baixa renda, sobre o dote, tudo nos leva a crer que essa prática não é mais adotada por eles.

Uma outra virtude esperada de uma jovem cigana é quanto à sua habilidade em ler a sorte, pois, para a maioria dos grupos, essa prática se constitui em um dos meios pelos quais a esposa poderá contribuir com seu marido na manutenção da família.

Em caso de divórcio, se este for pedido pelo marido, a família da noiva não é obrigada a devolver o dote, mas se for motivado por adultério por parte da esposa ou por simples vontade desta, sua família deverá devolver metade ou tudo do que recebeu, e a guarda dos filhos caberá ao pai, que os educará com a ajuda de sua mãe. Por esse motivo é que um processo de separação entre ciganos, em alguns casos, pode se constituir em algo complexo, sendo necessário que, em última instância, seja convocado o conselho de anciãos (Kriss).

As festas de casamento são sempre um motivo de orgulho e de alegria para os ciganos. Compete à família do noivo arcar com todas as despesas, o que muitas vezes pode envolver altas cifras, uma vez que, para eles, cada festa deve procurar ser melhor ou no mínimo igual à anterior. Nelas é oferecido aos convidados uma grande variedade de pratos, muitos da culinária árabe, e muita música, pois, para os ciganos, a música é um elemento indispensável em todas as comemorações. É

admirável como eles apreciam dançar. Independentemente da idade, costumam dançar bastante, sem, se preocuparem com passos específicos, da moda ou algo similar. O que caracteriza sua maneira de dançar é a efusividade e a alegria com que o fazem, privilegiando, assim, o sentimento e a emoção, em vez da performance. O casamento, para os ciganos, tem como objetivo principal a ligação entre as famílias a continuidade e a preservação de sua cultura, o que significa ser a procriação o principal motivo das uniões.



O nascimento de uma criança cigana é também um momento de extrema importância, pois significa que, a partir daquele momento, uma nova família se constituiu e que, mais do que nunca, se faz necessário que o jovem casal busque formas de assegurar sua subsistência e a do novo rebento. O homem cigano leva muito a sério o sustento de sua família, “Como corolário da cerimônia nupcial, o nascimento de alguma criança revestia-se de um caráter obrigatório a deveres restritos” (MELLO MORAES, 1886).



Ainda com relação aos nascimentos, existe uma prática cultural entre eles, que são as chamadas promessas. Estas ocorrem quando uma criança cigana, ao nascer, apresenta algum problema de saúde. Nesse caso é comum que a família faça uma promessa direcionada a um santo específico na intenção de sua cura. Essa promessa é relembrada a cada aniversário até certa idade definida pelos pais. Geralmente as promessas são endereçadas à Santa Sara⁴⁴, mas eles também costumam reverenciar e fazerem promessas a alguns santos padroeiros dos locais nos quais vivem, como é o caso dos ciganos brasileiros devotos de Nossa Senhora Aparecida.

A criança cigana é batizada na igreja católica, e a escolha dos padrinhos se constitui em algo bastante sério, em face das responsabilidades de que se reveste o apadrinhamento. As expressões de religiosidade dos ciganos na relação com as instituições religiosas de certo modo se restringem aos batismos. No caso da família Ivanovichi, de acordo com Rosa⁴⁵, eles assistem a missas e seus filhos vão à catequese. Esse fato, contudo, não é muito bem visto pelos demais ciganos.

Algo de que os ciganos muito se orgulham é o fato de entre eles praticamente não haver ocorrências de violência contra mulheres, e principalmente

⁴⁴ Diário de Campo nº 5

⁴⁵ Diário de Campo nº 7.

contra crianças e idosos. Esse aspecto é ressaltado por Terezinha, que não é cigana, mas é casada com um cigano, quando ela diz que, “no meio dos ciganos não se ouvem notícias de estupros, crimes, homem batendo em mulher ou em idoso, para ela, “os ciganos são muito afetuosos com seus familiares”⁴⁶.



O idoso, por sua vez, é como um guardião da tradição, além de detentor de um cabedal de experiências. Nesse sentido, quando adoece um idoso no grupo, os ciganos são tomados de muita preocupação e comoção, pois a perda de um deles é também “um pouco de sua história que se perde”. A reflexão sobre o valor atribuído ao idoso nessa cultura nos remeteu a questão da educação dos ciganos. O fato da tradição oral dos ciganos ser o que os constituem em um grupo étnico, confere ao idoso um status inquestionável pois, ao invés dele representar um fim, como ocorre nas sociedades ocidentais, para os ciganos ele é a certeza da continuidade, perpetuada em seus saberes. Nesse sentido ficamos nos questionando se a inserção plena dos jovens aos processos educativos não abalaria de certa forma a importância do ancião nessa cultura.

⁴⁶ Diário de Campo n° 7.

As situações de doenças também apresentam aspectos bem distintos dos das culturas não-ciganas. Apesar de não atribuírem demasiada atenção à sua saúde, os ciganos são extremamente solidários quando alguém do grupo adoece, e, principalmente, quando se faz necessário ir ao hospital. A ida de um deles ao hospital, seja por que motivo for, se dará sempre em companhia de alguém do grupo. No caso de internação, eles montam uma espécie de vigília nas proximidades, e só saem desse local quando o doente recebe alta médica. Essa conduta tem criado, em alguns locais, conflitos e tensões com determinadas instituições hospitalares que não compreendem nem aceitam esse tipo de atitude⁴⁷. Durante a elaboração da pesquisa de campo, foi possível constatar, em alguns momentos, a importância que eles dão a essa questão, chegando até a cancelar viagens e atividades comerciais enquanto aguardavam as melhoras do enfermo. As festas ou qualquer outro tipo de comemoração também ficam suspensas até que a situação do enfermo se resolva.

Essa relação com as doenças, e, principalmente, com a morte, é algo bastante ambíguo, pois, se por um lado eles se preocupam com as doenças e sofrem demasiadamente com a morte de alguém, por outro eles evitam ter contato com os objetos dessas pessoas. “A morte, por ser desgraça, não deixa de ser ventura, pois corta pela raiz males que a vida não cura” (MELLO MORAIS, 1886). Para eles, os objetos pessoais são vistos com muita superstição. Dessa forma, eles não utilizam roupas ou calçados de outras pessoas, principalmente das falecidas. Quando alguém nasce, e, principalmente, quando morre, algumas peças do vestiário da gestante e todos os objetos que pertenceram ao falecido, ou com os quais ele teve contato íntimo antes de falecer, são incinerados.

Esses hábitos fazem parte de um tipo de código que eles chamam de “contaminação”, e que consiste primeiramente em evitar relações muito próximas com pessoas estranhas e num conjunto de orientações relativas ao seu cotidiano. Faz parte dessas orientações, por exemplo, o cuidado que as mulheres devem ter no manuseio dos utensílios domésticos e das peças de cama, mesa e banho, além do vestiário pessoal, pois, de acordo com esse código, a mulher é portadora de algumas impurezas que podem contaminar os demais membros de sua família. Ana

⁴⁷ Durante a realização da pesquisa pudemos confirmar esse fato por meio da fala de alguns profissionais de saúde do Hospital Infantil Joana de Gusmão, em Florianópolis, e Regional de São José/SC.

Lucia explicou esse princípio da seguinte forma: sua nora, Adriana, havia colocado uma bacia com louça para ser lavada no chão, então falou: “se a Adriana passar por cima da bacia, essa louça e a bacia não me servem mais, ponho tudo fora”. Ao ser questionada se, em vez da nora, fosse um homem, ela respondeu: “nada, não haveria problema”⁴⁸.

À medida que íamos nos relacionando com os elementos que compõem a cultura cigana, numa perspectiva que, no dizer de Geertz(1989) seria de, “buscar compreendê-la em sua normalidade e nos sentidos que os sujeitos atribuem a esta”, é que começamos a perceber que sua relação intra-grupo é composta de um “entrelaçamento de signos”, e que para nos aproximarmos de seus significados seria necessário estabelecer um movimento fluido entre o todo e suas partes.

2.3.1 Educação cigana: processos educativos e o papel da escola

Essa atitude metodológica possibilita ao pesquisador, como afirma Morin, que não haja fragmentações ou dicotomias no momento de interpretação dos fenômenos observados. A sociedade cigana, como toda sociedade contemporânea, apresenta certo grau de complexidade, principalmente por tratar-se de um grupo étnico que, conforme Melucci (2001), “se define por um conjunto de elementos biológico-hereditários e por uma tradição histórico-cultural: por certos traços somáticos e raciais, como por uma cultura e por formas específicas de organização das relações sociais e por auto-afirmação dessas diferenças”.

Os ciganos, por serem ágrafos, dedicam muita atenção à tradição oral de sua cultura, que, segundo alguns estudiosos, foi uma escolha consciente com fins de preservação. A tradição oral, portanto, é transmitida na língua Romaní, sendo proibido para os ciganos elaborarem dicionários ou outro tipo de publicação que tenha por finalidade a tradução de seu vocabulário. Por mais absurdo que possa parecer, existem linhagens ciganas que atribuem ao analfabetismo a causa de maior preservação cultural de seu povo. Esse fato não significa que na vida societária intra-grupo os ciganos não possuam processos educacionais, apesar de não reconhecê-los enquanto tal numa perspectiva conceitual e classificatória.

⁴⁸ Diário de Campo n° 12.

Paulo Freire (1987)⁴⁹, ao comentar sobre as raízes da educação, faz uma analogia entre o homem e o animal. Ele diz que, diferentemente do animal, o homem, apesar de também ser um ser inacabado, possui um atributo a mais, a consciência de sua inconclusão e, portanto, de sua historicidade. Nesse sentido, ele afirma ser a educação um processo permanente nos quais “os homens se educam em comunhão mediatizados pelo mundo”. Refletindo sobre as afirmações de Freire em relação aos elementos observados no campo empírico foi possível identificarmos, nos diferentes contextos que constituem o universo cigano, em que momentos dessa cultura se dão os processos educativos e como eles acontecem.

Essa reflexão também nos levou a elaboração de uma outra questão sobre o lugar que a escola ocupa nessa cultura e que valor eles lhe atribuem. Geertz (1989), ao comentar sobre a observação do comportamento, adverte que “deve-se atentar com exatidão, pois é do fluxo do comportamento – ou mais precisamente, da ação social – que as formas culturais encontram articulação”. Ele fala também de alguns artefatos e estados de consciência onde é possível identificar aspectos culturais intrínsecos, e que o significado deles “emerge do papel que desempenham no padrão de vida decorrente”. Assim, iniciamos a interpretação dos contextos educacionais ciganos a partir de sua organização social, e, particularmente, da distribuição de competências no interior das famílias em seu cotidiano. “Do concurso dos sexos não só transmitem aos descendentes heranças fisiológicas e patológicas, caracteres redutíveis e irredutíveis, como também a individualidade moral, que varia como aspecto, mas não se evapora como essência”⁵⁰ (MELLO MORAES, 1886).

O primeiro espaço educativo observado foi a relação mãe-filho, em que cabe à mãe socializar e formar seus filhos⁵¹. É dela que eles recebem os principais fundamentos de sua cultura e de como se conduzir no núcleo familiar e com os demais membros de seu grupo étnico. Esses princípios também deverão ser reproduzidos por ele posteriormente quando se tornar adulto. Na fase que vai de um a oito anos de idade, a criança aprende o uso da língua Romaní, que tem se

⁴⁹ Paulo Freire é um reconhecido educador brasileiro, idealizador da intitulada “Educação Popular” e que, mesmo após sua morte, continua influenciando o pensamento sobre educação no Brasil e em vários países. Uma de suas mais conhecidas obras é o método de educação de adultos, ou “o método Paulo Freire”, como alguns costumam chamá-lo.

⁵⁰ Mello Moraes era médico, e essas descrições sobre os ciganos advinham das visitas domiciliares que ele realizava no exercício da medicina.

⁵¹ Rosseau (1999) afirma que a primeira educação é a mais importante, e que cabe incontestavelmente às mulheres.

constituído historicamente em um mecanismo de defesa e preservação cultural. A utilização da língua também tem como pressuposto a consolidação e a reafirmação de sua identidade étnica.

Stuart Hall, ao falar sobre identidade, afirma que “identidades não são nunca unificadas; elas são na modernidade tardia cada vez mais fragmentadas e fraturadas; elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas identidades. As identidades estão sujeitas a uma historização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação” (HALL, 2000:108).

Com a chegada da adolescência, os ciganos jovens aprendem sobre o valor das coisas e a dificuldade de seus pais em mantê-los. Dessa forma passam a ser educados para se tornarem colaboradores tanto da economia familiar quanto das atividades domésticas. As moças começam, nessa fase, a ser introduzidas na arte de ler a mão. Rosa, ao comentar sobre essa fase, diz que, como essa atividade pressupõe certo tipo de contato com seres espirituais, nem toda jovem quer desenvolvê-la⁵², o que não se constitui, portanto, em uma obrigatoriedade. A liberdade de escolha para praticar ou não aspectos de sua cultura só ocorrem no caso da quiromancia, pois, em relação aos ensinamentos que visam prepará-la para o matrimônio, ela não pode eximir-se. Nesse caso ela passa por alguns estágios de aprendizagem: o primeiro ocorre quando sua mãe começa a educá-la para os afazeres domésticos, além de orientá-la sobre a obediência e o respeito que esta deve ter aos sogros e depois ao marido. Rosa relata: “a mãe ensina a filha mulher para ser boa dona-de-casa, boa mãe e boa nora”⁵³.

O outro estágio ocorre depois de casada, quando a jovem deverá permanecer a maior parte do tempo em companhia de sua sogra, a fim de ser instruída por ela sobre os hábitos de sua nova família. A sogra de Rosa, ao se recordar dessa passagem em sua vida, há quarenta anos, principalmente por não ser de origem cigana, comenta: “Tive que aprender tudo com minha sogra. Era tudo novo e estranho. Tinha que acordar de madrugada para lavar e estender minhas roupas íntimas sem que os homens vissem, foi muito duro”.⁵⁴ Esse período de adaptação é bastante delicado para uma mulher cigana e, conforme o exposto, mais

⁵² Diário de campo n° 15.

⁵³ Diário de Campo n° 15.

⁵⁴ Diário de Campo n° 11.

ainda para aquelas que não o são, pois terão que introjetar aspectos culturais totalmente estranhos aos seus.

A gravidez é acompanhada por muitas normas de como se conduzir e cuidar de seu bebê. Para alguns grupos ciganos tradicionalistas, a gravidez deve ser disfarçada o máximo possível, pois de certa forma há um tipo de pudor em relação a ela. No passado, a grávida em estado avançado de gestação deveria isolar-se dos demais membros de seu grupo até o nascimento da criança.

As comadres e tias, com talismãs milagrosos, com rezas infalíveis, com figas e bentinhos que deitavam ao pescoço, apoiavam nos braços a doente, encorajando-a, soprando-lhe no rosto⁵⁵, fazendo-a recordar do quanto padecera a Virgem por seu bendito Filho, quando viera ao mundo. (MELLO MORAES, 1886).

A chegada de um bebê está permeada também por um contexto educativo que, como coloca Lauris, propicia à mulher.

Um corpo de conhecimentos sobre a natureza do recém-nascido e suas necessidades culturais, assim como a consciência íntima das peculiaridades de seu próprio filho e das técnicas e comportamentos seus mais adequados para responder a estas, dessa forma ela adquire a gnose da maternidade.⁵⁶

O rito de passagem do menino se inicia aos dez anos de idade, com um processo de aprendizagem junto a seus parentes um pouco maiores, com quem aprende a realizar pequenas trocas no interior de seu grupo. Com a idade de onze a doze anos ele começa a acompanhar o pai em suas viagens de negócios, de maneira a aprender a “malícia”, como salienta Lolita,⁵⁷ ao falar sobre o que os ciganos aprendem com a vida. Essas viagens para acompanhar o pai têm sido apontadas por alguns educadores como um dos elementos responsáveis pela

⁵⁵ Soprar no rosto significava transmitir forças, aumentar a resistência. O sopro exercia no cerimonial mágico e religioso de todos os ritos um alto poder revitalizador. O homem foi criado pelo sopro de Deus. A vida mantém pelo sopro e com ele se despede. Nas malocas ameríndias, o sopro possuía os mesmos direitos misteriosos. O pajé transmitia sua benção, multiplicava a energia, adivinhava o futuro, soprando para o ar, no fumo do cigarrão de Tavari, vendo as coisas escuras que são escondidas dos olhos dos mortais. Ainda no batismo católico o sacerdote bafeja com seu hálito o rosto infantil. Manitó vale dizer sopro. O soprar no rosto para sossegar, dar sono, tonificar, é uso na França do sul e na Península Ibérica. (nota do autor).

⁵⁶ Mc.Kee Lauris A, 1982:619 (apud, FONTES, MARTINEZ e ESPINOSA, 2000). Tradução da pesquisadora.

⁵⁷ Lolita é cunhada de Rosa e mãe de um adolescente chamado Tiago, que não frequenta a escola e já está noivo de uma prima em 1º grau.

irregularidade com que os meninos ciganos freqüentam as aulas.

Ela ainda acrescenta que, os ciganos mais antigos costumam dizer que é com a “escola da vida” que os ciganos aprendem a tratar as pessoas, a “conviverem” com elas, e, principalmente, a desenvolverem a “malícia”, que nada mais é do que estratégias de sobrevivência que Home Bhabha (2003) denomina de entre-lugares e que o autor anuncia como sendo um lugar onde ocorre a “elaboração de estratégias de subjetivação que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria idéia de sociedade”.

Os ciganos vivem num mundo em que as sociedades estão organizadas a partir de perspectivas diferentes das suas. Dessa forma é que, eles criam e re-criam continuamente os entre-lugares, que nada mais são do que espaços de mediações, dos quais é possível retirar as condições necessárias para sua sobrevivência. Para tanto é necessário ir de encontro as diferentes formas de organizações societárias, que as conheça, que as decodifique para que a partir desse processo ele consiga elaborar os meios adequados para não somente ter acesso as mesmas, mas principalmente para obter destas os meios que garantam sua subsistência e por conseguinte a de sua cultura.

A escola portanto, por estar estruturada na mesma lógica da sociedade, constitui-se no lócus ideal, no qual os ciganos vão em busca das ferramentas com as quais mediarão suas relações interculturais.

A relação dos ciganos com a escola tem desencadeado um amplo debate e resultado na produção de algumas teses, dissertações e outros tipos de produções, particularmente na Europa⁵⁸. A questão é por demais complexa a partir do momento em que a perpassam aspectos de ordens culturais, sociais, econômicas e políticas. A princípio é importante refletir sobre os motivos que estão por trás da ida da criança ou do jovem cigano à escola.

Sabe-se que a sedentarização e a pobreza são uma das principais causas apontadas pelas famílias. Outra seria a necessidade deles apreenderem a ler, escrever e principalmente se apropriarem das operações básicas da matemática. “Costuma-se dizer que os ciganos tomam da escola aquela bagagem que lhes

⁵⁸ Nesse sentido podemos citar os trabalhos de investigação desenvolvidos pela Prof^a Dr^a Luiza Cortezão, da Faculdade de psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (PT), e as teses de doutorado das professoras brasileiras Dra. Ana M^a Gomes, UFMG/Br e Dra. Márcia Ondina Vieira Ferreira, UFPE-RS/Br.

permite continuar vivendo como ciganos: que querem ter o domínio mínimo da leitura, da escrita e do cálculo” Ferreira (2003:67). A conquista desses conteúdos e habilidades representa um valioso instrumento no desenvolvimento de suas atividades comerciais.

O fato de constituírem uma sociedade fechada e periférica não impede que os ciganos, para garantirem sua sobrevivência, realizem alguns “deslizamentos” em direção às sociedades não-ciganas e estabeleçam, com estas, relações de interdependências, partilhando de suas instituições e modelos econômicos. A diferença, no entanto, está nos significados que atribuem ao dinheiro e como se relacionam com ele. As sociedades capitalistas estão estruturadas em sistemas, dentre os quais o econômico, que está organizado numa perspectiva de lucro e acúmulo que de certa forma, encontram-se alocados num espaço atemporal, que está por vir, (poupança, ações, capitalizações, seguros, previdência privada etc.).

Para os ciganos, entretanto, o que interessa é o presente. As reflexões sobre o futuro não encontram lugar em suas preocupações. O fruto de seu trabalho é usado exclusivamente para lhes propiciar o que eles consideram essencial em suas vidas: a liberdade. Essa liberdade possui múltiplos significados, como o de não terem “patrão”, não se submeterem a horários, poderem adquirir bons carros com os quais podem praticar seu nomadismo, além de se vestirem e se alimentarem com dignidade. Ana Lúcia, ao falar sobre isso afirma que “os ciganos não juntam dinheiro”, tudo o que ganham é para pagarem suas dívidas ou é para viverem como gostam⁵⁹. “Mais vale a tosca palhoça. Onde nela o riso mora, do que palácios dourados. Onde no ouro se chora”⁶⁰.

Essa relação dos ciganos com a economia é um dos aspectos mais interessantes dessa cultura, pois, se por um lado eles reconhecem e se utilizam alguns dos mecanismos impostos pelo modelo capitalista, por outro eles conseguem delimitar esse envolvimento. Amartya Sen, ao comentar sobre desenvolvimento, coloca a economia como possibilidade de constituí-se em um agente da liberdade. Ele enfatiza que:

⁵⁹ Diário de Campo nº 12.

⁶⁰ MELLO, Morais (1843:71). “Os ciganos do Brasil e cancionero dos ciganos”.

O enfoque na qualidade de vida e nas liberdades substantivas e não apenas na renda e na riqueza, apesar de parecerem um distanciamento das tradições estabelecidas na economia, trata-se de uma abordagem mais ampla em sintonia com análises feitas sobre economia profissional desde o princípio e que as conexões aristotélicas são bastante óbvias a esse respeito. (SEN, 2005:39).

Nessa direção, a escola, na concepção da maioria dos ciganos, tem como atribuição prepará-los e instrumentalizá-los para desenvolverem suas atividades mercantilistas. Sua permanência na escola, de maneira geral, se restringe ao ensino fundamental, o qual raramente chegam a concluir. A escola, nesse caso, não possui um valor intrínseco. Ela passa a se constituir em um simples meio de sobrevivência. Sobre esse aspecto, perguntamos a Ana Lucia sobre a importância das crianças ciganas frequentarem a escola. Ela respondeu-nos que a importância é até o momento em que eles conseguem ler e contar⁶¹. Essa questão foi posteriormente feita a outros ciganos e a resposta era sempre a mesma.

Nesse sentido Ferreira observa que, “de fato, a cultura tradicional dos ciganos não necessita da escola; ao contrário, ela pode muitas vezes ser considerada uma imposição ou uma interferência em seu modo de vida” Ferreira (2003:67) e acrescenta que os ciganos quando ingressam na escola “passam a receber dela uma carga de informações, valores e normas muito maior do que gostariam”(idem) o que, de acordo com a autora vai incidir sobre as expectativas que eles apresentam sobre escolarização. Em algumas cidades européias e também no Brasil, muitas famílias ciganas de baixa renda mandam seus filhos à escola para obterem alguns “benefícios”, tais como assistência social e alimentos.

Muito cedo a criança recebe de seus familiares a transmissão oral de suas cultura, que apesar de preservada quanto à sua essência, lhes são acrescentados alguns elementos extraídos das culturas com as quais se relacionam. Esse fenômeno pode ser identificado com o que Bhabha (1998) denomina de “hibridismo”, explicado por ele como sendo um espaço onde as relações identitárias ocorrem influenciando-se mutuamente, sem que nenhuma delas seja assimilada pela outra e sem que haja sobreposições nem perda de identidade. Cortesão, ao analisar a relevância da escola na sociedade atual, observa que, “as teorias da reprodução possibilitam que se verifique que o processo de modernização inaugurou, no campo educacional, uma série de transformações que terminaram por promover a

⁶¹ Diário de Campo N° 12.

massificação do ensino”. (CORTESÃO, 1999).

Esse fenômeno tem se tornado bastante complexo na medida em que os currículos, além de serem fragmentados, são elaborados a partir de uma concepção “monocultural”, resultando naquilo que ela intitula de “daltonismo cultural”, explicado como sendo a falta de sensibilização, tanto da escola quanto do professor, de perceberem a heterogeneidade presente hoje nas salas de aula. Essa postura não se dá por acaso, já que a proposta neoliberal preconiza e atua na perspectiva de homogeneização da sociedade. Como enfatiza Souza Santos⁶², “em vez do direito à diferença, a política da homogeneidade cultural impõe o direito à indiferença” (SANTOS, 1997, apud STOER e CORTEZÃO, 1999:21).

A escola brasileira, apesar de não possuir uma heterogeneidade tão agravada pelos processos migratórios como na Europa, tem cometido graves equívocos na elaboração e efetivação das políticas educacionais. Esse fato é perceptível à medida que se constata que as propostas curriculares continuam sendo elaboradas numa perspectiva monocultural. Que não conseguiu ainda ser pensada a partir da diversidade cultural. Poder-se-ia supor que essa desconsideração pelas diferenças dos currículos escolares brasileiros ocorra por um processo de fixação identitária, que vem sendo historicamente construído, de que o Brasil é multirracial, como se multiracialidade significasse homogeneidade. O Brasil, por sua extensão territorial, é detentor de um riquíssimo patrimônio cultural, fazendo parte dele um grande número de minorias étnicas, citadas anteriormente. Com exceção dos indígenas, as demais minorias têm à sua disposição escolas tradicionais às quais devem adaptar-se, incluir-se para não serem excluídas. Entretanto, pelo próprio processo alienante a que são submetidas, crianças e jovens tendem a abandoná-la por não encontrarem nela nenhum “atrativo”.

No caso dos ciganos jovens que participaram desta pesquisa, quando interrogados sobre o que acham da escola e como se sentiam quando a freqüentavam, foram bastante enfáticos: “a escola era muito chata”, comenta Eduardo⁶³. Seu primo Diego ressalta que a freqüentou, não gostou e não pretende voltar. Mesmo considerando que a fala dos adolescentes ciganos, não se diferenciam das de grande parte dos adolescentes, a ida a escola para eles, se

⁶² Boaventura de Sousa Santos é doutor em sociologia do direito pela universidade de Yale e é professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

⁶³ Diário de Campo n° 5.

constitui em um obstáculo para um outro tipo de aprendizagem que é a arte de negociar. Eles dizem que é muito mais interessante apreenderem com seus pais e tios a negociar do que “perderem tempo” na escola.

Já as meninas não consideram uma perda de tempo, mas falam dos preconceitos e desconfianças com que eram vistas na escola. Lolita, recordando o curto tempo em que frequentou a escola quando era criança, diz que enfrentou duas dificuldades: a primeira com sua própria família, que não concordava; a outra, para ela a mais difícil, era a discriminação que sofria: “Não brincava com ninguém, pois não tinha amigos. O lanche costumava fazer com a professora, que se compadecia de mim e me convidava para ficar com ela”.

Ainda quanto às apreensões dos adultos sobre a ida de seus filhos à escola, ela relembra, “as famílias não queriam que seus filhos fossem à escola, os meninos, porque tinham medo que eles mudassem a forma como foram educados; as meninas, porque tinham medo que fossem estupradas e assim comprometessem seu futuro casamento”⁶⁴. Ela diz que os jovens de hoje já não sofrem tanto preconceito quanto os ciganos de seu tempo. Milena concorda com a tia, mas afirma que, apesar de não ter sofrido tanto quanto ela, também se via alvo de discriminação por ser cigana.

O que esses relatos demonstram é que a escola não está preparada para lidar com as diferenças, não somente em relação às chamadas minorias étnicas, pois é comum se observar cenas, no cotidiano escolar, em que a mera diferença de sotaque, por questões regionalistas de um mesmo Estado, é motivo de preconceitos e discriminações, que só confirmam a não aceitação do “diferente”. Nesse contexto é importante refletir sobre o papel do professor, muitas vezes um agente passivo desse conflito.

A esse respeito, Cortesão afirma que, nem a escola, tampouco os professores, possuem preparo para o enfrentamento dessas situações. Ela aponta que a questão está na forma como a escola foi concebida e de como se deu a socialização do professor que, como explica ela, “não foi preparado para lidar com a diferença sócio-cultural, cada vez mais presente nas salas de aula”. Esses professores realizam suas práticas como se o aluno fosse um “recipiente vazio”, sem

⁶⁴ Diário de Campo n° 16.

historicidade, sem condições de perceber a realidade a partir de si próprio⁶⁵. Para estes, a diversidade cultural, em vez de se constituir em algo positivo, torna-se um problema, como observa Cortesão (1999), “esse professor olha para a diferença não pelo potencial que contém, mas mais pelo obstáculo que significa”.

A questão da dificuldade de lidar com as diferenças não é somente uma dificuldade do professor, a sociedade também a possui. Caberia, portanto à escola, como um espaço educativo democrático e uma extensão da comunidade, construir processos metodológicos que permitam ao educador realizar o que Souza Santos intitula de uma “hermenêutica pluritópica”. Nesse sentido, Cortesão (1999) identifica a investigação-ação como um dos meios capazes de influenciar de forma significativa o cerne do processo educativo e que, conforme ela, “tratasse de descobertas que vão permitindo aceder ao conhecimento de características sócio-culturais e também idiossincráticas dos alunos e dos grupos com quem trabalha”. A partir dessa instrumentalização, juntos, educando e educador poderão, como diz Paulo Freire, através de um processo dialógico, “decodificar” o mundo numa perspectiva denominada por Cortesão (1999) de “justiça cognitiva”, que ela explica como sendo, “a aceitação da existência de diferentes formas de explicar o mundo e de viver nele”.

A convivência entre os diferentes tem se constituído em um dos maiores desafios das sociedades contemporâneas. A busca do mercado por mão-de-obra barata desencadeou um fluxo migratório intenso⁶⁶. Esse fenômeno gerou expressivas alterações nas relações sociais, produzindo conflitos e tensões. Os Estados Unidos foram o primeiro país a ter que lidar com essa realidade, foi dessa necessidade que surgiu o pluriculturalismo e o multiculturalismo. Cabe ressaltar que num período anterior ao aparecimento dessas propostas, inúmeros negros escravos haviam sido segregados, e milhares de índios, exterminados⁶⁷. O multiculturalismo, nesses moldes, tinha como objetivo tornar-se o mediador do processo de

⁶⁵ Abdamalek Sayad (1999), ao explicar os processos de assimilação nos contextos escolares, observa: “ trata-se de inculcamento, em produzir o que chamamos de seres “evoluídos”, “educáveis”ou “consertáveis”.

⁶⁶ Sayad (1998:54) ao definir o que é um imigrante, afirma que “um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, provisória, temporária e em transito”.

⁶⁷ Silva, apud Fleuri, Reinaldo Matias: Educação Intercultural, mediações necessárias/Reinaldo Matias Fleuri (org.)-DP&A,2003.

assimilação das culturas pela cultura dominante.⁶⁸ A apresentação das “outras” culturas se dava de forma pontual em que apareciam alguns elementos históricos. As tradições e os costumes eram mencionados numa perspectiva folclorizadora e caricaturizada.

A partir dos anos 50, algumas organizações norte-americanas de negros passaram a reivindicar políticas mais comprometidas com a democracia. Foi desse movimento que surgiu a necessidade de redimensionar o multiculturalismo, que passava, daquele momento em diante, a ser denominado de pluralismo multicultural, e que, na concepção de Hepburn⁶⁹.

Concebe a existência de várias culturas de forma paralela à cultura ocidental dominante. [...] Procura-se desse modo estabelecer um mosaico de grupos raciais e étnicos que formem parte de um todo unificante. Espera-se que a diversidade prospere, ao mesmo tempo em que a cooperação e a adesão aos valores democráticos contribuam à harmonia político social.

As mudanças, no entanto, só ocorreram no sistema educativo, não abrangendo o contexto social. Assim, novas manifestações e protestos eclodiram, tanto nos espaços escolares como em toda a sociedade norte-americana. Os anos 80 e 90 foram marcados por muitas discussões acerca do multiculturalismo, principalmente no meio acadêmico, no qual muitas iniciativas foram implementadas e que, de acordo com Lima (1997, apud SILVA, 2003), passou a se constituir num “princípio ideológico”. Conforme Silva (2003), o debate sobre multiculturalismo e pluriculturalismo produziu, por alguns anos, uma série de teorias e definições que, de certa forma, distorceram o foco da questão para uma “simples” discussão terminológica.

O autor, ao fazer uma tentativa de síntese sobre a trajetória do multiculturalismo, observa que a proposta do multiculturalismo, independente da terminologia que se utilize, está ancorada em pressupostos de “origem anglo-saxã”. Ele ainda afirma que no campo epistemológico, o discurso do multiculturalismo foi amplamente absorvido pelos intelectuais, que lhe aplicavam as mais diferentes e

⁶⁸ De acordo com Silva, a cultura norte-americana dominante é branca, anglo-saxã e protestante (Silva, apud, Fleuri, Reinaldo Matias. “Educação Intercultural, mediações necessárias/Reinaldo Matias Fleuri (org.)-DP&A,2003.

⁶⁹ SILVA, Gilberto F. Multiculturalismo e educação intercultural: vertentes históricas e repercussões atuais na educação.In: FLEURI,R (org).Educação intercultural: mediações necessárias. Rio de Janeiro: D&A, 2003.

ambíguas impressões, algumas das quais bastante pessimistas.

No entanto, o acelerado processo de complexidade das sociedades exigia um outro olhar sobre os processos inter-relacionais, em face do agravamento de conflitos e tensões emergidos dessas relações. Com o surgimento da intercultura houve algo como um alargamento do que se pretendia alcançar com o multiculturalismo. Ora, se o multiculturalismo reconhecia a coexistência de diferentes culturas num mesmo espaço, a intercultura, além de reconhecer essa diversidade, acreditava na possibilidade do diálogo entre elas, diálogo este que, no dizer de Cortesão, “nem sempre se dá de forma harmônica”⁷⁰ mas que, em sua essência, não contém propostas de assimilação ou eliminação.

Conforme Falteri (1998), o termo intercultura vem sendo usado desde os anos 80 pelo Conselho da Europa, que busca amenizar os problemas gerados pela acentuada presença de imigrantes nas escolas, tendo também como intuito a unificação. Seria uma tentativa de convivência relativamente pacífica, sem necessidade de sobreposições culturais ou “colonização” das minorias.. Para Fleuri, a educação intercultural ultrapassa a perspectiva multicultural quando:

Propõe uma relação que se dá, não abstratamente, mas entre pessoas concretas. Entre sujeitos que decidem construir contextos e processos de aproximação, de conhecimento recíproco e de interação. Relações estas que produzem mudanças em cada indivíduo, favorecendo a consciência de si e reforçando a própria identidade. Sobretudo, promovem mudanças estruturais nas relações entre grupos. Estereótipos e preconceitos – legitimadores de relações de sujeição ou de exclusão – são questionados, e até mesmo superados, na medida em que sujeitos diferentes se reconhecem a partir de seus contextos, de suas histórias e de suas opções. A perspectiva intercultural de educação, enfim, implica mudanças profundas na prática educativa [...] pela necessidade de oferecer oportunidades educativas a todos, respeitando e incluindo a diversidade de sujeitos e de seus pontos de vista. Pela necessidade de desenvolver processos educativos, metodologias e instrumentos pedagógicos que dêem conta da complexidade das relações humanas entre indivíduos e culturas diferentes. E pela necessidade de reinventar o papel e o processo de formação de educadores (as)” (FLEURI, 1998).

⁷⁰ Afirmação feita pela autora ao comentar sobre educação e intercultura durante o III Seminário Internacional de Educação Intercultural e Sustentabilidade, ocorrido na Universidade Federal de Santa Catarina, CED/Mover, em novembro de 2006.

De acordo com Azibeiro (apud, FLEURI, 2003), é na Declaração sobre raça e sobre preconceito racial, um documento publicado pela Unesco em 1978, que a educação intercultural passou a ser incluída nas discussões sobre educação⁷¹. Susi, ao explicar educação intercultural e sua aplicação, identifica o espaço escolar como o terreno ideal para que ela ocorra, quando afirma: “a escola é um dos lugares mais nevrálgicos para a construção de uma interculturalidade possível: um lugar em que o novo paradigma da interdependência, com a contribuição dos saberes necessários, seja compreendido, estudado, assimilado e no qual seja possível modificar a leitura da realidade no sentido crítico e leal”.

Apesar de identificarmos e reconhecermos todas as contribuições presentes na educação intercultural, não podemos perder de vista que estamos tratando de uma etnia que milenarmente vem se mantendo à “margem” por determinação própria, agravada e legitimada pelas discriminações e preconceitos de que é vítima. Nesse sentido Marin (2006)⁷² enfatiza que a capacidade que os ciganos adquiriram de “digerir” e “resistir” às perseguições e discriminações foi o que criou em torno deles uma barreira. Essa atitude de preservação é, no ponto de vista do autor, o responsável pela resistência das famílias ciganas a enviar seus filhos à escola. Ferreira, ao comentar a relação dos ciganos espanhóis com a escola, observa que, “por conta dos conflitos étnicos presentes no mundo hoje, e diante do status marginal dos grupos ciganos, criou-se um impedimento para que ocorra um avanço na reflexão destes grupos sobre a importância da escola, fazendo com que essa escola represente nada mais do que uma simples obrigação” (FERREIRA, 1999).

Esses aspectos, por si, se constituem em um grande obstáculo às interlocuções dos ciganos com as políticas educacionais, particularmente as brasileiras, por estarem estas ainda em processo de elaboração. Trata-se de um terreno movediço e frágil, que deve ser visto com muito cuidado pela própria complexidade que o constitui.

⁷¹ Sobre interculturalidade e educação intercultural, ver: Cortesão e Stoer, 2001. Fleuri, 1998, 2000; McLaren, 1997.

⁷² Citações retiradas de entrevista realizada pela pesquisadora com o Prof. Dr. José Marin, durante o III Seminário Internacional de Educação Intercultural e Sustentabilidade, ocorrido na Universidade Federal de Santa Catarina, CED/ Mover, em novembro de 2006.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Devo identificar-me com o outro e ver o mundo através de seu sistema de valores, tal como ele o vê; devo colocar-me em seu lugar, e depois, de volta ao meu lugar, contemplar seu horizonte com tudo o que se descobre do lugar que ocupo fora dele; devo emoldurá-lo, criar-lhe um ambiente que o acabe, mediante o excedente de minha visão, de meu saber, de meu desejo e de meu sentimento”. (Bakhtin)

Ao pretender realizar essa pesquisa, sabíamos que estaríamos nos impondo um grande desafio: falar sobre o universo cigano. Sim, porque de fato trata-se de uma etnia com um riquíssimo patrimônio cultural e que, por sua magnitude, não poderia “caber” num único trabalho acadêmico. Para esse trabalho, portanto, seria necessário fechar o foco, garimpar uma pedra preciosa em meio a tantas outras. Teríamos que descobrir, no meio de todas, aquela que, a uma certa altura, fizesse com que nossos olhos brilhassem pela alegria da descoberta. E foi assim que nos defrontamos com a temática desse trabalho, que trata dos significados que os ciganos atribuem à educação, a formal (escola) e a intra-étnica (grupo de pertença)⁷³. Buscamos, como sugere Bakhtin (1992), identificar-nos com eles, conhecê-los em sua singularidade, colocar-nos em seus lugares, compartilhar de seus interesses e, a certo ponto, reconhecer a hora de retornar.

O retorno é sempre o momento mais delicado, porque, de certa forma, é como se algo tivesse se rompido. Há uma separação, um desligamento. Sobre esse momento, Freitas esclarece que, caso esse movimento não ocorra, o pesquisador corre o risco de se deter somente nos aspectos relativos à identificação. Ela afirma que a volta é o que permitirá ao pesquisador dar “forma e acabamento”, além de completar o que foi ouvido e observado com elementos que estão fora dele. Esse processo é o que Bakhtin chama de “exotopia”, e que ele explica como sendo o “processo de desdobramento de olhares, a partir de um lugar exterior” (FREITAS, 2003:35).

Nesse trabalho, portanto, tentei “criar um ambiente” que acolhesse, não somente os meus desejos, sentimentos e saberes, mas também os dos sujeitos que

⁷³ Para Melucci (2001), “o pertencimento étnico se impõe, como um dos critérios de definição da identidade nas sociedades complexas”.

juntamente comigo compartilharam dessa experiência. A tarefa de emoldurá-lo, deixo a critério de cada leitor como possibilidade de que este repense sua forma de “ver” esse povo tão extraordinário, que milenarmente vem nos brindando com sua arte, e principalmente com sua alegria. Os ciganos, sem que nos apercebamos, estão presentes em nosso imaginário e em nossa “memória afetiva”. Quem de nós, ao pensar em liberdade, em algum momento não associou isso à “vida Cigana”? Quem, no decorrer de sua vida, jamais pronunciou ou ouviu a palavra cigano, seja de que forma for? Felizmente, apesar de alguns equívocos, eles estão envolvidos em nosso imaginário por elementos mágicos, fantasias e ilusões prazerosas.

Para eles, entretanto, nós, gadjés (não-ciganos), representamos o preconceito, a exclusão, a indiferença e a ameaça constante de que um dia venhamos a subtrair-lhes o que há de mais essencial e valioso para eles, que é sua cultura, sua história. Assim, buscamos apresentar um pouco dessa história sem que nos aprofundássemos em outros aspectos dessa cultura, como os ritos, a arte, os mitos, a língua etc., que nesse momento não faziam parte da proposta desse trabalho, uma vez que demandaria um tempo maior de investigação, inconcebível para um curto processo de mestrado.

De fato, nossa intenção era dar visibilidade à sua história, colocando sobre ela um pouco de luz, a fim de fazer emergir elementos que só recentemente começam a ser vistos, e não só vistos, mas pensados como políticas públicas, particularmente no Brasil. Os avanços das políticas públicas brasileiras na direção de direitos fundamentais, das minorias étnicas e de comunidades tradicionais, nos desafiam a elaborar uma análise das inúmeras possibilidades que podem decorrer a partir desse reconhecimento. Não se trata de discutir se por trás dessas ações poderia haver algum tipo de interesse “obscuro” do Governo, como alguns já começam a acreditar.

Se nos reportarmos a outros contextos, em que já ocorreram processos parecidos, haveremos de encontrar muitas semelhanças, tanto no discurso quanto na aplicabilidade. Temos como expoente maior o caso norte-americano, que ao propor uma sociedade multiétnica acabou por desenvolver um modelo de sociedade guetizada, na qual o discurso multicultural passa pela separação, pela intolerância e pela exclusão. A Europa também se apropriou do mesmo enunciado para legitimar e reconfigurar seus antigos processos de escravidão e “subalternidades”. A questão,

portanto, seria como construir uma perspectiva dialógica honesta e democrática sem que se corra o risco de constatar que aquilo que anteriormente se acreditava ser o melhor, de repente se transforme num mal ainda maior.

A discussão deveria partir não do reconhecimento de direitos fundamentais de minorias étnicas e de comunidades tradicionais, historicamente esquecidas e negligenciadas, mas do fortalecimento da Constituição Federal, que concede direitos iguais a todo e apresenta orientações específicas sobre igualdade, respeito e liberdade, que vêm sendo subtraídos não somente às ditas comunidades tradicionais e minorias étnicas, mas também à “maioria” que, empobrecida e esquecida, continua sendo colocada à margem pelas “minorias”, que são as elites do Brasil.

Os modelos atuais das chamadas sociedades multiculturais têm caminhado para o separatismo não-dialógico, demarcado pelas fronteiras do ódio pós-colonial, o que de fato vem constituindo problemas sociais graves e de difícil solução. O que poderia ter dado errado? A educação, nesse sentido, tem um papel-chave. Como enfatiza Estevão⁷⁴, “a educação constitui-se como um dos lugares naturais de aplicação, consolidação e expansão dos direitos humanos; como um direito-chave cuja negação é especialmente perigosa para o princípio democrático da igualdade civil e política; como uma arena de direitos e com direitos; enfim, como um outro nome da justiça”.

Em relação aos grupos étnicos ciganos, no que diz respeito às suas relações com a educação, e particularmente com a escola, trata-se de algo extremamente complexo, em virtude de alguns elementos culturais que dificultam sua permanência na mesma. No decorrer da pesquisa, ficou evidente que, por todos os motivos já expostos, os ciganos vêm estabelecendo, mesmo que de forma fragilizada e fragmentada, uma relação com a escola.

Foi possível identificar também que essa relação tem produzido diferentes discursos nos quais se busca atribuir responsabilidades pelas dificuldades e impossibilidades que a permeiam. Dessa forma procura-se justificar que essa dificuldade advém das orientações que os ciganos recebem de seus familiares, no sentido de que, ler e escrever, além de saber contar, é suficiente. Outros discursos atribuem ao despreparo da escola, por não conseguir fazer os “deslizamentos”

necessários para o interior das culturas, na busca de possíveis espaços de mediações.

É importante que haja questionamentos e discussões sobre essa problemática, para que assim ela possa ser evidenciada. É fundamental que discursos sejam produzidos no sentido de se constituírem em agentes mediadores das análises. A teoria do discurso está diretamente associada à constituição do sujeito social, assim, os sujeitos sociais não são as causas, tampouco a origem dos discursos mas sim o resultado de discursos⁷⁵. É também essencial que se conheça, onde e de que maneira os ciganos escolarizados utilizam o conhecimento construído. A identificação desses processos e em que contextos eles ocorrem poderiam ser utilizados como subsídios para a elaboração de políticas educacionais mais próximas do universo cultural cigano. Seria de certa forma a legitimação da função social da escola e de sua importância em suas vidas.

No Brasil essa discussão ainda está por vir mas seguramente virá a medida em que, se começa a reconhecer e a pôr em evidência a existência e as demandas dessa população. O que se sabe com segurança é que a maioria das crianças e jovens ciganos está fora da escola. No caso dos que conhecemos por ocasião da pesquisa, nenhum está freqüentando-a. Essa constatação no entanto não significa que eles, como já exposto nesse trabalho, não necessitem freqüentá-la. O que não significa que em razão disso, eles devam ser “obrigados” a freqüentá-la. A educação por tratar-se de um direito, deve ser assegurada. A decisão de lançar mão desse direito e até que ponto o fazer, é uma questão pessoal⁷⁶.

A questão que já começa a ser discutida pelos representantes ciganos, junto ao Ministério da Cultura é, de que forma esse processo se dará? Para alguns o modelo da escola tradicional, com algumas modificações, seria satisfatório. Para o líder cigano curitibano, Cláudio Ivanovitchi, a educação cigana poderia ser ministrada em forma de módulos gravados em fitas de vídeo, possibilitando que os sedentários, bem como os nômades, tivessem acesso a ela. Ele também questiona por quem seriam ministrados os conteúdos.

⁷⁵ Entendendo discurso na perspectiva Foucaultiana que afirma que, “em toda a sociedade a produção do discurso é simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por papel exorcizar-lhe os poderes e os perigos, refrear-lhe o acontecimento aleatório, disfarçar a sua pesada, temível materialidade” (FOUCAULT, 1971).

⁷⁶ No caso de alguns países europeus, é obrigatório o ensino fundamental. O que não significa que os resultados almejados com esse tipo de política, sejam de fato alcançados.

Para alguns ciganos esse ponto não é muito relevante, já para outros os conteúdos deveriam ser ministrados por professores ciganos. Para os primeiros ensinar se reduz ao ato de repassar conhecimento da forma “bancária”, nesse sentido Paulo Freire enfatiza que, “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996). De fato o papel do educador vai muito além do simples repasse, pois o ato de formar constitui-se também num processo de ser formado.

Os ciganos, a nível mundial, são admirados por sua condição de resiliência e de constituir entre-lugares étnicos, que os permitem atravessar diferentes contextos históricos, sociais, políticos, religiosos e econômicos, num “hibridismo”⁷⁷ dinâmico, sem que sua cultura desapareça. Para conhecer e refletir sobre as concepções que os ciganos têm acerca da educação escolar e sobre que tipo de relação estabelecem com ela, faz-se necessário, primeiramente, conhecer sua cultura e sua história. Além disso, é importante compreender as maneiras como eles foram, ao longo de sua trajetória, reinventando mecanismos de sobrevivência que dessem conta do desafio de conviver com diversas culturas sem se “perder” em meio a tanta diversidade.

Ao concluirmos esse trabalho esperamos que ele não seja considerado como algo “acabado”, mas como uma pequena contribuição com trabalhos posteriores. Nesse sentido enfatizamos a necessidade de que mais pesquisas sejam realizadas por diferentes áreas, possibilitando a ampliação e diversificação dos conhecimentos já construídos sobre os grupos ciganos. É importante também que os próprios sujeitos contribuam para a divulgação de sua cultura e com as reflexões sobre sua realidade.

“Não tem cuidado com os empobrecidos e excluídos quem não os ama concretamente e não se arisca por sua causa. A consolidação de uma sociedade mundial globalizada e o surgimento de um novo paradigma civilizacional passa pelo cuidado com os pobres, marginais e excluídos. Se seus problemas não forem equacionados, permaneceremos ainda na pré-história. Poderemos ter inaugurado o novo milênio, mas não a nova civilização e a era de paz eterna com todos os seres humanos, os seres da criação e o nosso esplêndido planeta” (BOFF, 1999).

⁷⁷ Canline (2003) ao comentar sobre as hibridações, aponta que hoje todas as culturas são de fronteiras, ou seja, não é mais possível classificar uma cultura como “pura”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Manuel Antonio de. **Memórias de um sargento de milícias**. 10. Ed. São Paulo: Ática, 1980. 136p.

AZIBEIRO, Nadir Esperança. **Educação intercultural e comunidades de periferia: limiares da. Formação de educador@s**. Florianópolis 2006, (tese de Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano-compaixão pela terra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myrian Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves – Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1998. 395 p. Coleção Humanitas.

CHINA, José Bonifácio D'Oliveira. **Os ciganos do Brasil: "subsídios históricos ethnograficos e lingüísticos"**. Imprensa Oficial do estado de São Paul 1936.

CORTESÃO, Luiza. **A Educação num contexto de capitalismo desorganizado**. Texto apresentado no III Seminário Internacional de Educação Intercultural e Sustentabilidade, ocorrido na Universidade Federal de Santa Catarina, CED/ Mover, em novembro de 2006.

ESTEVIÃO, Carlos V. MOREIRA, António Flávio; PACHECO, José Augusto (orgs.) **Globalização e educação**. Desafios para políticas e práticas. Porto: Porto, Editora. 2006

FALTERI, Paola. Interculturalismo e cultura no plural. In: FLEURI, R.M. (org) **Intercultura e movimentos sociais**. Florianópolis: Mover, NUP, 1998.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. **Identidade étnica, condição marginal e papel da educação escolar na perspectiva dos ciganos espanhóis**. Versão revisada de trabalho apresentado na XXI Reunião Anual da ANPED, Caxambu, setembro de 1998.

_____. **Fabricando a desigualdade: escola e etnia cigana**. Ijuí:Ed.UNIJUÍ,2003 - 232p.-(coleção trabalhos acadêmico-ciêntíficos. Série doutorado; 5).

FLEURI, Reinaldo Matias. **Intercultura e movimentos sociais**. Reinaldo Matias Fleuri (org.).Florianópolis: Mover, NUP, 1998.

_____. **Educação intercultural, mediações necessárias**. Reinaldo Matias Fleuri (org.)-DP&A,2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura)

FRASER, Angus. **“Los gitanos”**. Editora Ariel, 2005.Barcelona-Es.

FUENTES, Venecer Gómez; MARTINEZ, Juancarlos Gamboa; ESPINOSA, Hugo Alejandro Paternina: **Los rom de Colômbia: “Itinerário de um Pueblo Invisible”** (editores compiladores). MJ Editores Ltda. Santa Fé de Bogotá, D.C. 2000.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação da cultura**. Rio de Janeiro, LTC, 1989.

KRAMER, Sônia, M^a Tereza Freitas, Solange J.Souza (Orgs). **Ciências humanas e pesquisa**. Leituras de Mikhail Bakhtin. São Paulo.Cortez, 2003.

LUDKE, Menga; Marli E.D.A. André. **Pesquisa em educação: “abordagens qualitativas”**. São Paulo, SP 1986.

MARÍN, José; DASEN, Pierre. **A Educação e os desafios da mundialização: migrações e direitos humanos**. (L’education face a la mondialisation, aux migrations et aux droits de l’homme). In: III SEMINÁRIO INTERNACIONAL: EDUCAÇÃO INTERCULTURAL, MOVIMENTOS SOCIAIS E SUSTENTABILIDADE, 2006, Florianópolis.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: “movimentos sociais nas sociedades complexas”**. Tradução de Maria do Carmo Alves. Bonfim-Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. P. 108 a 113.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: .Deslandes, Suely Ferreira; Otávio Cruz Neto, Romeu Gomes; Maria Cecilia de Souza Minayo(org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

MINAYO, M^a Cecília de Souza (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MORAES FILHO, Mello, 1843 ou 4-1919. **Os ciganos no Brasil e cancionero dos ciganos**. Posfácio Silvio Romero; notas Luis da Câmara Cascudo. 1986.

PINTO, Bosco. FALKEMBACK, Elza M^a Fonseca. Diário de campo: um instrumento de reflexão. Texto extraído do artigo publicado na **Revista Contexto/Educação**, vol.7, Editora Uniji-RS.

SAYAD, Abdamalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Prefácio Pierre Bourdieu: tradução Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais”/ Tomaz Tadeu da Silva (org).**Stuart Hall, Kathryn Woodward.-Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. **Para um senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. V.1. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. 2^a ed. São Paulo: Cortez, 2000.

STEPHEN, R. Stoer, Luiza Cortesão. **Levantando a pedra**. Da pedagogia Inter/multicultural às políticas Educativas numa época de transnacionalização, Porto, PT. Ed. Afrontamento, 1999.

SUSI, Francesco. **Sociedades multiculturais problemas e perspectivas**. In: III SEMINÁRIO INTERNACIONAL: EDUCAÇÃO INTERCULTURAL, MOVIMENTOS SOCIAIS E SUSTENTABILIDADE, 2006, Florianópolis.

WEFFORT, Madalena Freire. **Educando o olhar da observação**. Observação, Registro, Reflexão e Instrumentos Metodológicos I. Espaço Pedagógico, 2ª edição, 1996.(Série Seminários).

5. BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS

Aurélio Buarque de Holanda Ferreira e J.E.M.M. Editores Ltda.-1986.

(Larousse, 1978).

AZIBEIRO, Nadir Esperança. **Em busca de uma perspectiva dialógica**. Trabalho apresentado no Congresso Internacional do Cotidiano: diálogos sobre diálogos. Disponível em cd-rom. Rio de Janeiro: UFF, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educador: vida e morte** / Carlos Rodrigues Brandão, Marilena Chauí, Paulo Freire. 7 ed. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1986.

_____. (Org.) **Repensando pesquisa participante**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

GARCIA CANCLINI, Nestor. **Culturas híbridas: "estratégias para Entrar e Sair da Modernidade"** Tradução Heloisa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa; tradução prefácio à 2ª ed. Gênese. 4. ed. – São Paulo, 2003.(ensaios Latino-americanos, 1) p: 18 a 97;351 a 372.

MARTINAZZO, Celso José. **A utopia de Edgar Morin: "da complexidade à cidadania na era planetária"**. 2ª ed. Ijuí: Ed. Unijú, 2004-112 p (coleção Educação).

MARTINS, João Batista. **Vigostsky & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005".

MORIN, Edgar. **Educar para a era Planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na certeza humana** / elaborado para UNESCO por Edgar Morin, Emilio Roger, Raúl Domingo Motta: Tradução Sandra Trabucco Venezuela; revisão técnica da tradução Edgard de Assis Carvalho. São Paulo: Cortez; Brasília, DF; UNESCO 2003.

ROUSSEAU, Jean-Jacques, 1712-1778. **Emílio, ou, Da educação**. Tradução Roberto Leal Ferreira – 2 ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1999. – (Paidéia)

SAVIANI, Dermeval: **Escola e democracia**: “teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política”. 37 ed. Campinas SP/ autores associados 2005 (Coleção Polêmicas do nosso tempo; vol. 5).

STEINER, Rudolf. **Educazione Del Bambino e preparazione degli educatori**. Editrice Antroposófica. Milano IT, 1992 p: 47 a 85.

TAJFEL, Henri. **Grupos humanos e categorias sociais II**: estudos em psicologia social. Tradução Lúcia Amâncio, segundo Vol. Livros Horizonte, 1983.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar**: epistemologia e metodologia operativa. Petrópolis RJ, Vozes 2002.

Documentos Eletrônicos:

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE. Página da Internet acessada em 16/09/06. www.ibge.gov.br/.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

<http://www.pnud.org.br/raca/reportagens>. Acesso em 06/08/2007.

www.wikipedia.org/wiki.pt. Página da Internet acesso em 14/07/2007.

www.eletriceye.blogspot.com/2006/09/20. Página da Internet acesso em 02/10/2007.

www.wikipedia.org/ - 64k. Página da Internet acessada em 02/10/2007.

<http://servicos.capes.gov.br/arquivos/avaliacao/estudos/dados>.
Acesso em 02/10/2007.

www.sbd.fflch.usp.br/teses/teses. Acesso em 02/10/2007.

www.salves.com.br/gyphist.htm. Acesso em 02/10/2007.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)